

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Ministério da Justiça e Cidadania / Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

SEGURANÇA CIDADÃ – FASE II

Acordo de Cooperação PRODOC BRA/04/029

Produto II – Documento Técnico contendo o resultado das análises e interpretações
preliminares da execução do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã

1

Contratação de consultoria especializada para realizar a avaliação final do Projeto BRA/04/029
Segurança Cidadã – Fase II

Ana Beatriz Esteves
Andréia de Oliveira Macêdo
Consultoras

Novembro/2016

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AFIS - Sistema Automático de Impressões Digitais

BEPE - Batalhão Escola de Pronto Emprego

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCCCP - Centro de Coordenação e Capacitação Policial

CGAP – Comitê de Gestão e Acompanhamento dos Projetos

CICCIA - Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais

CODIS - Sistema de Índices de Combinados de DNA

CONASP - Conselho Nacional de Segurança Pública

CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública

CONSEG – Programa Educacional de Resistência às Drogas

CONSEMS - Criação do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP

DAEP - Departamento de Avaliação e Execução do Plano Nacional de Segurança Pública

DAIPESP - Departamentos de Análise da Informação, Pesquisa e Ensino em Segurança Pública

DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas DATAFOLHA

DEAM – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

DPPP - Departamento de Políticas, Programas e Projetos

EAD – Rede Nacional de Educação a Distância

ESCOPPOL – Escola de Protagonismo Policial

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

FUB - Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília

GGI - Gabinete de Gestão Integrada

IACP - Associação Internacional dos Chefes de Polícia

IDDEHA – Instituto de Defesa dos Direitos Humanos

INFOSEG – Rede de Informações da Segurança Pública

INMETRO - Cooperação com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INTERSEG - Feira Nacional de Tecnologia, Serviços e Produtos para a Segurança Pública

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LGT – Lésbicas, Gays e Transgênero.

MCM – Matriz Curricular Nacional

MEC – Ministério da Educação

MRE - Ministério das Relações Exteriores

PCPQ - Programa de Construção de Padrões de Qualidade

PEFRON - Policiamento Especializado de Fronteiras

PIAPS – Programa Social de prevenção à Violência

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODOC – Documento de Projeto

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável

RENAESP - Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública Educação a Distância para Segurança Pública

3

RENISP - Rede Nacional de Inteligência em Segurança Pública

RIBPG - Rede Brasileira de Perfis Genéticos

RIDE - Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESI - Serviço Nacional das Indústrias

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIGAP – Sistema de Informações Gerenciais de acompanhamento de Projetos

SINEPSJC - Segurança Pública do Sistema Nacional de Segurança Pública e Justiça Criminal

SINESP - Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública

SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais

SIRCE - sistema Integrado de Radiocomunicação Crítica e de Emergência

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

TCU – Tribunal de Contas da União

TREINASP – Treinamento em Segurança Pública

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UGP – Unidade de Gestão do Projeto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO DE QUADROS

QUADRO 1 – Medidas previstas e compromissos declarados no I Plano Nacional de Segurança Pública – 2000	14
QUADRO 2 – Programas do Ministério da Justiça previstos no Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS – 2002	15
QUADRO 3 – Eixos de orientação e principais ações realizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – 2010	18
QUADRO 4 – Eixos do Sistema Único de Segurança Pública	24
QUADRO 5 – Estrutura da Assistência Preparatória do Projeto Segurança Cidadã	26
QUADRO 6 - Escopo final da Cooperação Técnica BRA 04/029	44
QUADRO 7 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	57
QUADRO 8 – Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	59
QUADRO 9 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.5 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	60
QUADRO 10 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	61
QUADRO 11 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.7 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	63
QUADRO 12 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	64
QUADRO 13 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	65
QUADRO 14 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.3 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	67
QUADRO 15 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	69
QUADRO 16 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	69
QUADRO 17 - Metas associadas ao produto 2.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	71
QUADRO 18 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.9 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	72
QUADRO 19 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.10 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	74
QUADRO 20 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	77
QUADRO 21 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	80
QUADRO 22 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	81
QUADRO 23 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.9 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	82
QUADRO 24 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 4.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II	84

SUMÁRIO DE FIGURAS

FIGURA 1 – Disposição Esquemática das ferramentas de intervenção nas políticas de segurança cidadã	13
FIGURA 2– Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública - 2007	17
FIGURA 3 – Política Nacional de Segurança Pública – 2011	22
FIGURA 4 - Sítio eletrônico da Rede Ead - SENASP	62
FIGURA 5 - Vade Mecum - Segurança Pública. Brasília, 2010	66
FIGURA 6 - Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública. Coletânea 2003-2009	68
FIGURA 7 - Procedimento Operacional Padrão - Perícia Criminal	68
FIGURA 8 - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil	70
Figura 9 - Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária	78
Figura 10 - Edições do Projeto Pensando a Segurança Público disponíveis para o público até a data de dezembro/2016	93

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 - Contas orçamentárias apresentadas na Revisão G com previsão até 2011	94
Tabela 2 - Contas orçamentárias apresentadas na Execução Financeira do relatório de progresso de 2009.....	95
Tabela 3 - Variação de Orçamento Total do Projeto.....	95

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Percentual de Comprometimento Orçamentário Anual	96
GRÁFICO 2 - Participação dos Gastos no Orçamento Anual (2010 - 2015)	97
GRÁFICO 3 - Gastos por Resultados 2012 - 2015	98

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. ANTECEDENTES: Marcos na consolidação da Política Nacional de Segurança Pública e a apropriação do paradigma da segurança cidadã nesse contexto	10
1.1 Marcadores de (in)segurança, violência e criminalidade no contexto brasileiro.....	11
1.2. O paradigma da segurança cidadã nas políticas públicas.....	13
1.3. A apropriação do paradigma da segurança cidadã pela política nacional de segurança pública....	14
1.3.1. I Plano Nacional de Segurança Pública e PIAPS – 2000 a 2002	14
1.3.2. Sistema Único de Segurança Pública – 2003 a 2010	16
1.3.3. Fundo Nacional de Segurança Pública, Projeto Segurança Cidadã e PRONASCI.....	20
1.3.4. A política nacional de segurança pública do governo Dilma – 2011 a 2015.....	21
2. PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ	24
2.1. Projeto Segurança Cidadã – Fase I	24
2.2. Projeto Segurança Cidadã – Fase II.....	28
2.2.1. Objetivos.....	28
2.2.2. Beneficiários.....	28
2.2.3. Arranjo Institucional	29
2.2.4. Metodologia de execução	32
2.2.5. Recurso Investido, Prazo de Execução, Revisões e Alterações de Plano.....	35
2.2.6. Aspectos Institucionais, jurídicos e normativos relativos ao desenho e execução da cooperação técnica	36
2.2.7. Resultados e Impactos Esperados	42
3. AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA.....	44
3.1. Resultado 1: Sistema Integrado de Educação apoiado	55
3.2. Resultado 2: Metodologias de Gestão das Instituições de Segurança Pública Modernizadas.....	63
3.3. Resultado 3: Políticas de Prevenção à Violência fomentadas no âmbito do SUSP	76
3.4. Resultado 4: Gestão Eficiente do Projeto	83
3.5. Conclusões – Avaliação de Eficácia.....	84
4. PRINCIPAIS PRODUTOS DO PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ – FASE II	87
4.1. Pesquisas de Vitimização	87
4.2. Cursos de Convivência e Segurança Cidadã	90
4.3. Pensando a Segurança Pública.....	91
4.4. Comitês Intermunicipais de Segurança Pública.....	Erro! Indicador não definido.
4.5. Jornadas de Direitos Humanos	Erro! Indicador não definido.
4.6. ESCOPPOL – Escola de Protagonismo Policial	Erro! Indicador não definido.

5. AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA	94
Bibliografia	100

APRESENTAÇÃO

O Projeto **Segurança Cidadã – Fase II** é resultado de Cooperação Técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Seu principal objetivo foi dar continuidade ao plano de ação elaborado para implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP junto aos entes federados e sociedade civil.

O SUSP é um programa de modernização da gestão de segurança pública, que atua como indutor de políticas e práticas gerenciais na área da segurança pública e visa principalmente à integração efetiva de todos os agentes de segurança pública no enfrentamento da violência e da criminalidade, por meio da padronização nacional de procedimentos e equipamentos.

O Projeto de Cooperação Técnica esteve focado em ações práticas voltadas para o apoio a ações de formação e valorização profissional, suporte à implantação do SUSP, produção qualificada de provas e prevenção a violência e criminalidade. Sua execução durou aproximadamente 12 anos, iniciados em 2004, durante os quais foram realizadas uma série de mudanças de escopo para garantir a qualidade e efetividade dos investimentos idealizados para a área de segurança pública.

9

Ao aproximar-se o final da realização das atividades planejadas, em 2016, a SENASP, em parceria com o PNUD, contratou consultoria para a elaboração de Relatório Final de Avaliação Ex-Post do Projeto, com vistas a sistematizar as principais contribuições advindas de sua realização, bem como a identificação das lições aprendidas ao longo do processo, tanto do ponto de vista do benefício pretendido, como no que tange aos processos gerenciais a ele associados.

Este documento consiste no resultado das análises e interpretações preliminares da execução do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã, contendo o histórico da política de segurança que culminou na realização desta Cooperação Técnica e o detalhamento e conclusões a respeito da avaliação de eficácia do PRODOC BRA 04/029. A avaliação de eficácia inclui a descrição pormenorizada dos principais produtos do Projeto e, na sequência, estão apresentadas as conclusões relativas à avaliação de eficiência da Cooperação Técnica.

1. ANTECEDENTES: Marcos na consolidação da Política Nacional de Segurança Pública e a apropriação do paradigma da segurança cidadã nesse contexto

Na década de 90 teve curso, no âmbito do Governo Federal, um processo de reformulações das políticas públicas voltados ao controle do crime. Um marco importante dessa trajetória foi a criação, em 1997, da *Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)*¹, ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o passar dos anos, a atuação da Secretaria foi sendo fortalecida por meio da viabilização de instrumentos e de estratégias de políticas públicas voltados à indução de diretrizes nacionais e à cooperação com as unidades subnacionais.

Elementos fundamentais na consolidação de vertentes da política nacional de segurança pública foram, no ano de 2000, o lançamento das diretrizes e propostas de um *Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP)* para o Brasil e a criação do *Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)*, para dar apoio à execução desse plano, o estabelecimento de projeto de cooperação técnica entre SENASP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Segurança Cidadã – e o lançamento, em 2008, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

A SENASP, como o principal órgão de fomento a uma política nacional de segurança pública – abarcando, para tanto, a idealização e execução das políticas viabilizadas por essas fontes de financiamento –, passou por várias modificações estruturais desde sua criação. Atualmente, o escopo de sua atuação está definido no artigo 13 do Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, e prevê, como uma de suas competências, o assessoramento do Ministro da Justiça “na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, de programas e de projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e criminalidade”.

Nas próximas páginas, serão apresentados os principais desdobramentos das discussões e ações desenvolvidas, nos últimos anos, no que se refere à consolidação de uma política nacional de segurança pública. Como será argumentado, a situação de extrema violência em que se situa o Brasil, segundo apontam diagnósticos e indicadores comparativos internacionais e nacionais, têm mobilizado esforços do Governo Federal e, em particular, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para a indução e o fortalecimento de planos e ações especializadas na prevenção e no controle da criminalidade. Uma perspectiva relevante nesses desdobramentos, conforme será demonstrado, é a apropriação do paradigma de segurança cidadã nas diferentes estratégias assumidas pela União.

¹ Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997. Conferir em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2315.htm>.
Data da consulta: 04 de dezembro de 2016.

1.1 Marcadores de (in)segurança, violência e criminalidade no contexto brasileiro

O percurso seguido pelas políticas federais e as propostas consolidadas, nos últimos vinte anos, no que se refere à gestão da segurança e ao controle do crime demonstra a apropriação de uma agenda internacional e de movimentos da sociedade civil organizada, bem como a tentativa de dar respostas às pressões midiáticas. Pesquisas de opinião, realizadas em diferentes momentos e por organizações de pesquisa diferentes, apontam a violência e o crime como principais fontes de preocupação dos brasileiros. No levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, em março de 2007, a menção à violência como principal problema do país foi feita por 31% dos entrevistados, seguida pelos problemas de desemprego (22%) e saúde (11%). Pesquisa semelhante realizada pelo mesmo Instituto e divulgada em 2014 sinaliza a persistência da sensação de insegurança dos brasileiros. O tema volta a aparecer como o primeiro motivo de preocupação para 25% dos entrevistados, perdendo apenas para o da saúde, citado por 32% deles².

Um estudo sobre as percepções acerca da prestação de serviços nessa área, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA –, constatou uma acentuada sensação de insegurança e baixo grau de confiabilidade nas organizações policiais brasileiras. De acordo com tal pesquisa, divulgada em dezembro de 2010, nove entre cada dez brasileiros declararam ter medo de serem assassinados e mais de 70% apresentaram pouca ou nenhuma confiabilidade nas Polícias Cíveis e Militares³. Outros levantamentos apontam cenário semelhante. Em levantamento mais atual do Datafolha, de julho de 2015⁴, 81% dos entrevistados temem ser assassinados e 62% declararam o medo de sofrer agressões da Polícia Militar.

Os eventos criminais e violentos tiveram um nível gradual de crescimento nos últimos anos, fazendo com que, nos crimes contra o patrimônio e violentos contra a pessoa, as taxas brasileiras excedam aquelas encontradas em países com organização social comparável à nossa. (FBSP, 2016)

O acompanhamento periódico e comparado das incidências de mortes violentas intencionais também tem sido objeto de visibilidade na agenda internacional nos últimos anos. O Global Study on Homicide, publicado pelo United Nations Office on Drugs and Crimes em 2011 e 2013, traz os números

² Conferir em <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>.

³ O módulo do Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA, direcionado ao tema segurança pública, procurou medir o grau de medo apresentado pelos entrevistados com relação a determinados tipos criminais, bem como a avaliação sobre as seguintes organizações: Polícias Cíveis, Polícias Militares, Guardas Municipais e Polícia Federal. Para acesso ao relatório completo da referida pesquisa, acessar: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101202_sips_seguranca.pdf.

⁴ Conferir em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1662655-maioria-da-populacao-diz-ter-medo-da-policia-militar-aponta-datafolha.shtml>.

absolutos e taxas de homicídios registrados pelas agências de saúde e/ou agências de segurança pública em vários países. Tais números são tidos como o principal indicador para reconhecimento e comparação dos níveis de violência em contextos nacionais e entre cidades. Segundo dados do último relatório, houve, em 2012, 437 mil pessoas assassinadas no mundo. A região que agrega os países da América Latina e Caribe foi a que apresentou maior concentração de registros dessas mortes (33%). Entre os 20 países mais violentos do mundo, 14 estão localizados nessa parte do globo. O Brasil é atualmente o 14º colocado mundial em taxas de mortes intencionais violentas e o segundo em números absolutos⁵.

Observando-se nacionalmente a questão, o Atlas da Violência demonstra um panorama bastante atual do problema. Com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, o relatório traz o número de 59.627 pessoas vitimadas por homicídio no Brasil em 2014, correspondendo a uma taxa de 29,1 homicídios por 100.000 habitantes. Este é o maior registro tabulado pelo DATASUS desde a sua criação. Idade, sexo e raça são características importantes na definição do perfil das vítimas. Assim, estar na faixa etária dos 15 aos 29 anos, ser do sexo masculino e negro se constitui como descrição corrente para a maior parte das pessoas vitimadas por mortes violentas no Brasil. Observando-se a progressão dessas mortes nos últimos dez anos, temos que

houve um paulatino crescimento na taxa de homicídio de afrodescendentes (+18,2%), ao passo que houve uma diminuição na vitimização de outros indivíduos, que não de cor preta ou parda (-14,6%)... Com esse movimento, considerando-se proporcionalmente as subpopulações segundo sua raça-cor, em 2014, para cada não negro que sofreu homicídio, 2,4 indivíduos negros foram mortos. (IPEA, 2016: 23).

Os levantamentos situacionais sobre crimes e violências no Brasil, produzidos e divulgados sistematicamente por agências internacionais e nacionais, têm colocado em perspectiva a nossa grave condição frente a outras nações e países e uma relativa aproximação com o cenário de diagnosticadas incivilidades no contexto latino-americano. As agências e órgãos federais, frente a esse contexto, foram paulatinamente se apropriando da perspectiva da segurança cidadã como elemento paradigmático na proposição e implementação de ações estratégicas para a segurança pública. Além do Brasil, que inicia essa construção nos anos 2000, outros contextos nacionais têm se apropriado, a partir da década de 90, desse paradigma; notadamente os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Jamaica, México e Venezuela. (MUGÁ, 2016).

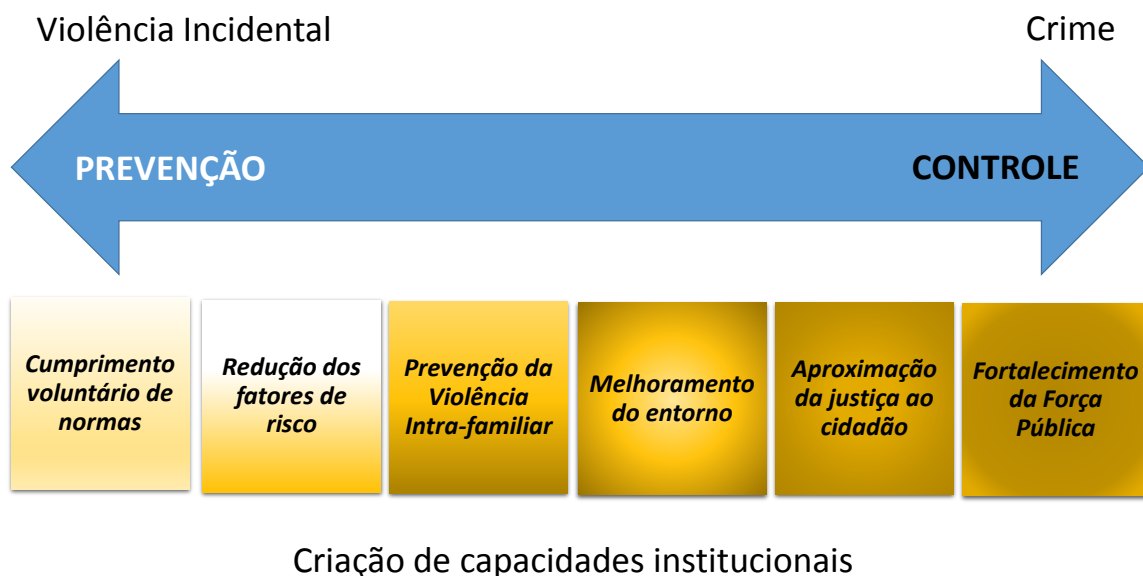
⁵ Fontes dos dados: United Nations Office on Drugs and Crimes e Instituto Igarapé. Conferir em: <http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf> e <<https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-homicidios/>>. Data da consulta: 22 de novembro de 2016.

1.2. O paradigma da segurança cidadã nas políticas públicas

Ressaltando-se a responsabilidade e protagonismo dos governos em lidar com a questão numa perspectiva multidimensional e cooperativa, Serrato (2007) define a “política de segurança cidadã como o conjunto de intervenções públicas realizadas por diferentes atores estatais e sociais voltados para a abordagem e a resolução daqueles riscos e conflitos (concretos ou previsíveis) violentos e/ou delituosos que lesem os direitos e as liberdades das pessoas, mediante a prevenção, o controle e/ou a repressão dos mesmos”. (pág. 10)

Avançando na construção elaborada por esse autor, uma política de segurança cidadã comporta, portanto, a previsão desde estratégias preventivas – antecipação de riscos e controle de sua exposição – até as de caráter ostensivas/coercitivas promovidas pelos órgãos dos sistemas de justiça criminal, promovendo um escalonamento de ações que prevejam intervenções sobre possíveis violências incidentais e crimes, conforme esquematizado na ilustração abaixo:

FIGURA 1 – Disposição Esquemática das ferramentas de intervenção nas políticas de segurança cidadã



13

Fonte: Serrano, 2007 (com adaptações).

Convertendo-se os princípios de uma política de segurança pública em ferramentas, Serrano propõe os seguintes eixos para direcionamento das estratégias de ação:

- a construção de capacidades para o planejamento de políticas de segurança e convivência;

- a autorregulação cidadã e a construção de cidadania (“autorregulação interpessoal”);
- a redução dos fatores de risco que levam a atos de violência;
- o melhoramento dos contextos urbanos;
- a prevenção da violência de gênero e suas formas;
- a facilitação do acesso cidadão à justiça e a promoção de mecanismos de solução pacífica de conflitos;
- o fortalecimento do sistema policial e de justiça. (Idem, pág.15)

1.3. A apropriação do paradigma da segurança cidadã pela política nacional de segurança pública

A seguir, serão apresentados os principais projetos desenvolvidos pelo Governo Federal para a redução das incidências nacionais de crimes e violências, entre os anos de 2000 e 2015.

1.3.1. I Plano Nacional de Segurança Pública e PIAPS – 2000 a 2002

Os princípios orientadores de uma política de segurança pública pautada por elementos previstos numa perspectiva de Segurança Cidadã estão, em maior ou menor grau, previstos nos programas federais desde os anos 2000. Um primeiro marco nessa aproximação conceitual foi o Plano Nacional de Segurança Pública (O Brasil diz não à violência).

14

QUADRO 1 – Medidas previstas e compromissos declarados no I Plano Nacional de Segurança Pública – 2000

Medidas Previstas	Compromissos Declarados
De competência do Governo Federal	Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado
	Desarmamento e Controle de Armas
	Repressão ao Roubo de Cargas e Melhoria da Segurança nas Estradas
	Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
	Ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crime
	(Auto) Regulamentação dos meios de comunicação
Competência partilhada (União e governos estaduais)	Redução da Violência Urbana
	Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social
	Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias
	Combate à Violência Rural
	Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos

	Capacitação Profissional e Reparelhamento das Polícias
	Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário
Medidas de Natureza Normativa	Aperfeiçoamento Legislativo
Medidas de Natureza Institucional	Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública

Fonte: Plano Nacional de Segurança Pública (Brasil diz não à violência), 2000.

Elaboração própria, 2016.

No Plano, estavam contempladas ações específicas para cada um dos compromissos estabelecidos, totalizando 124 ações, com previsão de resultados até o ano de 2002. Alguns dos compromissos elencados para esse período tornaram-se tema corrente nos programas sequenciais criados pelo Ministério da Justiça, tais como desarmamento e controle de armas, inteligência, capacitação profissional e reapearelhamento das polícias, sistemas penitenciário e de segurança pública.

Em 2001, ainda no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é construído um plano de ações envolvendo 13 ministérios, 2 secretarias especiais e a Presidência da República, com o propósito de articular programas direcionados a crianças e jovens, com idades de 0 a 24 anos, como estratégia de prevenção aos casos de violência envolvendo esse público, com foco prioritário nas regiões metropolitanas e localidades consideradas mais problemáticas naquele período – São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Recife, Cuiabá, Fortaleza e Distrito Federal. O Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS – era composto por 48 programas, cada um deles sob responsabilidade de um dos órgãos federais envolvidos na proposta. No cardápio de programas previstos, o Ministério da Justiça tinha a maior concentração de estratégias. Com o início do novo governo, o PIAPS teve suas ações finalizadas.

15

QUADRO 2– Programas do Ministério da Justiça previstos no Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS – 2002

Programa	Objetivo
Assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas	Garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreviventes de crimes
Assistência jurídica integral e gratuita	Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da justiça.
Combate à violência contra a mulher	Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher.
Defesa dos direitos da criança e do adolescente	Coibir a violação de direitos da criança e do adolescente.
Direitos Humanos, Direitos de todos	Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.
Educação e segurança no trânsito	Reduzir o número de acidentes de trânsito no país.
Paz nas escolas	Reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas do país.

Reestruturação do sistema penitenciário	Reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias e promover a reintegração do preso à sociedade.
Reinserção social do adolescente em conflito com a lei	Promover a reinserção social do adolescente em conflito com a lei
Segurança do cidadão	Reduzir a criminalidade

Fonte: GOVERNO FEDERAL, Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS), 2002.

Elaboração própria, 2016.

1.3.2. Sistema Único de Segurança Pública – 2003 a 2010

Os princípios norteadores de uma perspectiva cidadã na política nacional de segurança pública passam a ser mais extensamente apropriados na elaboração do Sistema Único de Segurança Pública, fruto de um acordo de cooperação entre Ministério da Justiça, Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Na publicação “Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública”, de 2003, são definidos conteúdos e orientações para que a política nacional passe a trabalhar na perspectiva de implementação de estratégias contempladas nos seguintes eixos-temáticos:

- Controle de armas;
- Controle externo e participação social;
- Estrutura e modernização da perícia;
- Gestão da segurança municipal e guardas civis;
- Sistema penitenciário;
- Formação policial;
- Gestão da informação;
- Gestão organizacional;
- Prevenção do crime e da violência e promoção da segurança pública no Brasil. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003)

Passados alguns anos dessa definição programática, o relatório de avaliação do triênio 2003 a 2006, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, prevê as seguintes diretrizes gerais que abarcam o rol de ações implementadas pela política nacional de Segurança Pública:

FIGURA 2– Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública - 2007

Fonte: Ministério da Justiça, Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (relatório de atividades), 2007. Elaboração própria (com adaptações).

Uma referência também importante para o acompanhamento dos desdobramentos da política nacional de segurança pública foi o relatório produzido pela SENASP em 2010. No “Vade Mecum da Segurança Pública”, foram registradas as principais políticas de Estado para o setor implementadas entre os anos de 2003 e 2010, durante os mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Nessa publicação, foram apresentadas as principais características – objetivos, público-alvo, estratégias de implementação, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados e metas esperadas – para cada uma das sessenta e nove ações em implementação na Secretaria.

Como pode ser observado no quadro abaixo as ações implementadas foram distribuídas segundo os seguintes eixos: políticas estruturantes, políticas para educação em segurança pública, políticas para a valorização profissional de segurança pública, políticas para a prevenção da criminalidade e violência, políticas de controle interno e externo, política de participação social na segurança pública, perícia forense, políticas de informação e gestão do conhecimento, políticas para grandes eventos, municípios e segurança pública e diretrizes nacionais para atuação dos órgãos de segurança pública. Pode-se considerar que a publicação apresenta um cenário de como as diretrizes mais gerais expostas no esquema acima e previstas desde 2003 foram traduzidas como estratégias de políticas públicas. Assim, nos anos que se seguiram à apresentação do I Plano Nacional de Segurança Pública, houve uma clara ampliação dos temas e intervenções federais possíveis, considerando-se que o rol de ações apresentado reflete um momento histórico da política nacional.

QUADRO 3 – Eixos de orientação e principais ações realizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – 2010

Eixos de Intervenção	Ações Realizadas
Políticas estruturantes	Policamento Especializado de Fronteiras – (PEFRON)
	Desarmamento
	Polícia Comunitária
	Gabinete de Gestão Integrada – (GGI)
	Projeto Hidroviário
	Política Nacional de Aviação de Segurança Pública
	Força Nacional de Segurança Pública – (FNSP)
	Batalhão Escola de Pronto Emprego – (BEPE)
	Fundo Nacional de Segurança Pública – Lei, convênios, acompanhamento, Fiscalização e Avaliação
	Diretriz Nacional de Uso a Força e Armas de Fogo
	Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – (CICCIA)
Políticas para educação e valorização profissional em segurança pública	Centro de Coordenação e Capacitação Policial (CCCP/MERCOSUL)
	Projeto Bolsa-Formação
	Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública
	Projeto Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública
	Matriz Curricular Nacional
	Formação e Capacitação de Guardas Municipais
	Trilha do Educador - Curso de Formação de Formadores
	TREINASP: Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública
	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública Educação a Distância para Segurança Pública (RENAESP)
	Selo RENAESP
	I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania
	Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública – Rede EAD
	Jornada Formativa de Direitos Humanos
	Programa de Construção de Padrões de Qualidade – (PCPQ)
Políticas para prevenção da criminalidade e da violência	Proteção de Jovens em Território Vulnerável – (PROTEJO)
	Mulheres da Paz
	Grupos Situação de Vulnerabilidade - Pacto para Enfrentamento da Violência contra a Mulher
	Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)
	Espaços Urbanos Seguros
	Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Crianças e Adolescentes

	Grupos em Situação de Vulnerabilidade: Crianças e Adolescentes – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
	Grupos em Situação de Vulnerabilidade – População em Situação de Rua
	Grupos Situação de Vulnerabilidade – Livre Orientação Sexual
	GT LGBT (Grupo de Trabalho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)
	Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Idosos
Políticas de controle interno e externo	Fortalecimento do controle interno da atividade policial, por meio das Corregedorias de Polícia
	Fortalecimento de ouvidorias de polícia
	Ouvidoria da SENASP
Políticas de participação da sociedade na segurança pública	1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – (CONSEG)
	Conselho Nacional de Segurança Pública – (CONASP)
	Estruturação de Conselhos Municipais de Segurança e Formação de Lideranças Comunitárias
Perícia forense	Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília – (FUB)
	Cooperação com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – (INMETRO)
	Rede Brasileira de Perfis Genéticos (RIBPG) gerenciada pelo Sistema CODIS (Sistema de Índices de Combinados de DNA)
	Sistema Automático de Impressões Digitais – (AFIS) e Sistema Nacional de Informações Criminais – (SINIC)
	Pesquisa Modelos Internacionais de Referência em Perícia Forense
	Pesquisa Nacional de Informações para a Implantação e Gestão de Processos de Qualidade nas Unidades Periciais Brasileiras
	Capacitação continuada de peritos
	Aquisição direta de equipamentos de perícia para as unidades da Federação
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – (PNDTR)
Políticas de informação e gestão do conhecimento	Grupo de Trabalho - Copa 2014, Olimpíadas 2016, Paraolimpíadas 2016 e afins – Grupos de Comando e Controle
	Centros de Comando e Controle
	Orientações Unificadas de Procedimentos de Segurança Pública em Eventos Esportivos
	Projeto de Capacitação para a Copa e Olimpíadas e Encontro de Gestores de Ensino
Municípios e segurança pública	Criação do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS)
	Modernização das Guardas Municipais
Diretrizes	Doutrina Nacional de Policiamento com Motos / Prevenção
	Padronização Operacional em ocorrências de Crise – Sequestro
	Sistema de Comando de Incidentes (parceria com a Embaixada dos Estados Unidos)
	Canis das Unidades da Federação

Política Nacional de Emprego de Tropa Montada (a cavalo) no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública
--

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública, “Vade mecum Segurança Pública”, 2010.

Elaboração própria, 2016

1.3.3. Fundo Nacional de Segurança Pública, Projeto Segurança Cidadã e PRONASCI

É importante considerar que a expansão das estratégias assumidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública teve como catalisador os instrumentos de financiamento disponibilizados ao longo dos anos, tais como o Fundo Nacional de Segurança Pública, o projeto Segurança Cidadã e o Programa Nacional de Segurança com Cidadania. A partir da criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei federal 10.201/01), “com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal”, tornou-se possível a indução de políticas por meio da provisão de recursos auxiliares para estados e municípios.

O Projeto Segurança Cidadã foi viabilizado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Seu principal objetivo foi dar suporte técnico e garantir a viabilidade de execução das estratégias de políticas públicas afinadas com o paradigma e previstas no Sistema Único de Segurança Pública. Entre os anos de 2004 e 2016, o Projeto apoiou, por meio da gestão de recursos repassados pelo Governo Federal ao PNUD, ações tais como integração e difusão de conhecimentos entre organizações e atores envolvidos na execução das diretrizes previstas no SUSP; produção de pesquisas e estudos técnicos para planejamento e avaliação das políticas da SENASP e intercâmbio de experiências nacionais e internacionais. Ao longo da existência do Segurança Cidadã, uma série de reformulações no projeto original foram produzidas para atender às contingências e desdobramentos da política nacional de segurança pública.

Já o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) foi instituído pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007. De acordo com a Lei, o Programa “destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção a vítimas”. Para tanto, definiu as seguintes perspectivas prioritárias de atuação: foco etário (jovens de 15 a 24 anos); foco social (adolescentes e jovens egressos do sistema prisional ou em situação de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência); foco territorial (regiões metropolitanas e aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos); foco repressivo (combate ao crime organizado). Sob execução da União, por meio de articulação dos órgãos federais, e em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil, o PRONASCI foi composto por 94 projetos, entre os quais: I) Reservista-Cidadão; II)

Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo; III) Mulheres da Paz; e IV) Bolsa Formação (concessão a policiais militares e civis, agentes penitenciários, guardas municipais, bombeiros militares e peritos criminais, de baixa renda, pertencentes aos estados membros do PRONASCI). A implantação do PRONASCI teve início em 2008, com destaque para o papel dos municípios no desenvolvimento das ações de prevenção. Inicialmente, o Programa foi direcionado para as 12 regiões metropolitanas que registravam os maiores índices de homicídios, segundo dados dos ministérios da Justiça e da Saúde: Belo Horizonte, Brasília (entorno), Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Essas três fontes de fomento às ações da SENASP, gradualmente emergentes no cenário da política nacional de segurança pública – e, em alguns momentos, sendo operacionalizadas de maneira concomitante –, viabilizaram um perfil de estratégias que, desde os anos 2000 até o final do 2010, buscou fortalecer o protagonismo da Secretaria na oferta de expertises e de capacidade de financiamento parcial das políticas públicas sobre o tema desenvolvidas pelos entes subnacionais. Como afirma Sá e Silva (2012),

Como saldo dessa história institucional relativamente curta, mas repleta de inovações, pode-se então indicar um quadro de avanços nada desprezíveis. Dois apresentam maior destaque: de um lado, a instalação de maior capacidade de indução e coordenação da PNSP no âmbito federal, com a criação do FNSP e a maior capilaridade federativa e societal das ações executadas no âmbito do Pronasci; de outro, a mudança de paradigma no setor – ou seja, da maneira pela qual atores nele relevantes definem o problema e selecionam alternativas de ação. (pág. 420)

1.3.4. A política nacional de segurança pública do governo Dilma – 2011 a 2015

A partir de 2011, com a eleição da presidenta Dilma, há uma mudança nas prioridades de atuação da SENASP e no papel desempenhado por ela junto aos entes subnacionais. A política nacional de segurança pública passou a privilegiar, a partir daquele momento até o final de 2015, os seguintes programas ou eixos estratégicos: 1. Plano estratégico de fronteiras; 2. Programa Crack, é possível vencer; 3. Combate às organizações criminosas; 4. Programa nacional de apoio ao sistema prisional; 5. Plano de segurança para grandes eventos; 6. Sinesp – Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública; 7. Programa de enfrentamento à violência (trânsito e criminalidade violenta).

FIGURA 3 – Política Nacional de Segurança Pública – 2011

Fonte: Ministério da Justiça, 2011 (com adaptações)

As estratégias contempladas durante os anos de 2011 e 2015 e subsidiadas pela conjugação dos recursos advindos das três principais fontes de financiamento apresentadas no item 1.3.3 envolvem mais diretamente as organizações afins ao sistema de justiça criminal, seja em âmbito federal, seja em âmbito estadual. O plano estratégico de fronteiras e o combate às organizações criminosas centralizam sua operacionalização na atuação do Exército, polícias federais e Ministério Público Federal. O programa de enfrentamento à violência, por outro lado, objetiva incrementar a capacidade investigativa das polícias civis e de produção de prova pelas perícias criminais. A Força Nacional de Segurança Pública assume papel de relevância estratégica na maior parte dos programas, enquanto que ações como guardas municipais, projetos de prevenção e participação comunitária desaparecem do rol de prioridades. Assim, o novo formato da política apresenta um caráter de suporte ou apoio aos entes subnacionais, em comparação aos papéis de indução e coordenação ressaltados em momentos anteriores, assim como busca preservar e incrementar a capacidade gerencial da política, com grandes expectativas sobre o SINESP como ferramenta principal de implementação dessa perspectiva. (Sá e Silva, 2012)

Como argumentado, a perspectiva da Segurança Cidadã é apropriada conceitualmente pelos programas do Governo Federal a partir de diferentes perspectivas de intervenção das políticas públicas ao longo dos últimos 15 anos. Diferentemente de momentos históricos anteriores, nesse viés é ressaltada a cooperação entre diferentes agências e setores para, numa perspectiva preventiva, multidisciplinar, garantir a proteção plena da cidadania e a promoção de uma cultura de paz. Nesse sentido, uma política

pública de Segurança Cidadã não centraliza esforços apenas na atuação do aparato de segurança pública e justiça criminal, mas contempla outras políticas setoriais, possibilitando intervenções coordenadas sobre públicos e territórios vulneráveis, com a participação de representações da sociedade civil e comunidades.

Interessante perceber nesse percurso que a absorção conceitual do paradigma não se deu de maneira linear nas políticas nacionais. Nota-se, numa projeção histórica, o risco de um recrudescimento das intervenções preventivas em favorecimento às ações de natureza ostensiva das políticas de segurança pública. Tal afirmação se dá pelas transformações ocorridas nos últimos 5 anos, na esfera federal, e pelos direcionamentos políticos e técnicos tomados pela SENASP nesse contexto. As prioridades assumidas ainda no governo Dilma sinalizam uma fragilização das estratégias preventivas e a focalização nos incrementos gerenciais e operacionais das organizações de segurança pública, contemplando a cooperação nos fluxos de trabalho e intervenções múltiplas da Força Nacional de Segurança Pública.

Sobre a replicação do paradigma da segurança cidadã, Moema Dutra Freire ressalta que

“a doção de um novo marco conceitual não significa sua imediata materialização na forma de políticas públicas. (...) é importante lembrar novamente que o arcabouço conceitual ou o paradigma que influenciou o desenho de políticas não corresponde necessariamente aos seus resultados práticos. Nesse sentido, apesar de observada a maior convergência conceitual das políticas de segurança mais recentes com o paradigma da Segurança Cidadã, ainda permanecem diversos desafios para a aplicação prática dessa perspectiva”. (FREIRE, 2009: 107)

Diante da revisão apresentada sobre a inserção de uma narrativa mas abrangente sobre a segurança cidadã na política nacional de segurança pública, nas partes que se seguem serão apresentados os desdobramentos específicos decorrentes do Termo de Cooperação firmado entre Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento nos últimos 12 anos de sua execução.

2. PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ

2.1. Projeto Segurança Cidadã – Fase I

A fase 1 do Projeto Segurança Cidadã consistiu no desenvolvimento de atividades voltadas a pensar em alternativas para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. O SUSP visa principalmente à integração efetiva de todos os agentes de segurança pública no enfrentamento da violência e da criminalidade, por meio da padronização nacional de procedimentos e equipamentos, tais como formação profissional básica, sistema de informações criminais que possibilite o compartilhamento dos bancos de dados, uniformização de técnicas operacionais e integração de projetos sociais focados em áreas de grande incidência criminal e baixo desenvolvimento humano.

O SUSP foi idealizado a partir de quatro eixos de ação: i) Valorização e formação profissional, ii) Modernização da Gestão e da Intervenção Operacional das Instituições de Segurança Pública, iii) Produção Qualificada de Prova e iv) Prevenção à Violência e à Criminalidade. O escopo de cada eixo de atuação pode ser resumido no quadro abaixo:

QUADRO 4 – Eixos do Sistema Único de Segurança Pública

Eixo de Atuação	Escopo
1 – Valorização e formação profissional	O primeiro eixo de atuação do SUSP pretende fomentar a formação em segurança pública de forma contínua e unificada, contemplando ações para equipar as academias de polícia e implantar novos processos pedagógicos capazes de garantir a qualificação do profissional da área de segurança. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) teve como escopo principal nesta área a realização de um Sistema de Ensino Integrado, continuado e universal, com a modernização e recuperação dos espaços físicos e implementação das diretrizes para a formação de policiais e guardas municipais. Tais processos visam democratizar e difundir nas instituições de segurança pública e entre seus operadores uma cultura de intervenção social eficiente, eficaz e efetiva, democrática e fundada na promoção dos direitos humanos.
2 – Modernização da Gestão e da Intervenção Operacional das Instituições de Segurança Pública	Este eixo inclui a concepção de modelos de gestão para aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos do FNSP, que envolvam o estabelecimento de critérios simples, mecanismos ágeis de avaliação de projetos e liberação de recursos e capacitação dos entes federados e organizações não-governamentais na elaboração e execução de projetos. Inclui a padronização de instrumentos e sistemas de inteligência, bem como do controle interno da atividade policial. Também aposta no modelo de Polícia Comunitária como política de prevenção do crime e produção de segurança, a partir da existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade, além da padronização dos sistemas de dados e a unificação dos instrumentos de coleta de informação e da gestão dos sistemas de inteligência e análise criminal.
3 – Produção Qualificada de Prova	A padronização dos Sistemas de Perícia é fundamental para a modernização dos métodos de produção da prova no país, indispensáveis à elucidação do crime, antecipação do fato criminal e à diminuição dos índices de impunidade e de mecanismos arbitrários. Por isso, esse eixo do SUSP tem como objetivo racionalizar, integrar e padronizar os procedimentos associados à produção de provas, de maneira a garantir a produção qualificada da prova e diminuir a ocorrência de arbitrariedades remanescentes de uma herança histórica associada ao autoritarismo no país.
4 – Prevenção à Violência e à Criminalidade	O quarto eixo de atuação atua na busca de um novo paradigma de segurança pública, envolvendo os gestores públicos municipais, guardas municipais e lideranças comunitárias, em a atuação essencialmente voltada às ações de prevenção da violência e criminalidade. Para isso, foram priorizadas ações objetivando a integração plena dos municípios no SUSP, a exemplo de (i) formulação, implementação, monitoramento e avaliação de consórcios municipais de segurança

pública; (ii) indução do planejamento articulado entre União, Estados, Municípios e sociedade civil potencializando as políticas públicas de prevenção; (iii) indução do planejamento urbano, utilizando, entre outros instrumentos, o uso de geoprocessamento, para implementação de políticas de prevenção; (iv) definição e difusão dos princípios gerais de polícia comunitária e de segurança pública comunitária, no caso das guardas municipais; (v) instalação do observatório nacional de boas práticas em segurança pública; (vi) modernização e implantação de delegacias e centros de referência para grupos vulneráveis.

Fonte: PRODOC BRA 04/024.

Em 2003, o PNUD, alinhado à sua estratégia de País, concedeu apoio financeiro ao Ministério da Justiça para a elaboração de planos de ação que pudessem dar vazão ao planejamento desenhado pelo SUSP. Com vistas à promoção de melhorias das condições de segurança pública no país, foram assinados as seguintes assistências preparatórias, envolvendo aportes financeiros no montante de US\$ 826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil dólares) para investimentos em modernização da gestão:

- Assistência Preparatória BRA/03/003 – Projeto Segurança Cidadã,
- Assistência Preparatória BRA/03/023, Programa de Modernização da Gestão do Sistema Judiciário
- Assistência Preparatória BRA/03/031 – Apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública;
- Projeto BRA/03/033 – Aprendendo de & Multiplicando Experiências Locais – Projeto Viva Rio.

As Assistências Preparatórias são recursos doados pelo PNUD aos parceiros para fins de elaboração de projetos para Acordos de Cooperação, por meio dos quais se possa pensar em alternativas viáveis para a implantação de soluções para problemas que estejam alinhados com as linhas estratégicas de atuação do PNUD no Brasil. Considerando a importância da questão da segurança pública no contexto de desenvolvimento do País, as assistências preparatórias permitiram ao Ministério da Justiça estabelecer um plano integrado de ações que pudesse impactar positivamente neste cenário, levando em consideração as necessidades identificadas e a capacidade de execução da Administração Pública.

A Assistência Preparatória do Projeto Segurança Cidadã teve o seguinte escopo, detalhado nos quadros que se seguem.

QUADRO 5 – Estrutura da Assistência Preparatória do Projeto Segurança Cidadã

Estrutura da Assistência Preparatória do Projeto Segurança Cidadã			
Resultado do Projeto: 1 – Projeto Segurança Cidadã submetido e aprovado pelo BID			
Indicadores de Resultados	Descrição dos Produtos	Metas dos Produtos	Descrição das atividades
Projeto aprovado ou não pelo BID	Projeto Segurança Cidadã Elaborado	1. Equipe Gestora do Projeto preparada e UGP instalada até janeiro de 2014	1. Recrutar e Capacitar 6 profissionais da unidade gestora em gestão de Segurança Pública e adquirir equipamentos e material de consumo para o funcionamento da UGP
		2. Documento de Projeto e carta consulta elaborada até janeiro de 2004	2. Elaborar documento de Projeto e carta consulta
		3. Parcerias institucionais estabelecidas até janeiro de 2004	3. Identificar parcerias estratégicas e firmar termos de cooperação
Resultado do Projeto: 2 – Compromisso dos estados de adotarem o modelo de gestão			
Compromisso manifestado ou não manifestado	Subsídios para elaboração de modelo de gestão em Segurança	1. Situação e modelos de gestão das Secretarias Estaduais e Municipais analisados, padrões organizacionais mínimos definidos e versão preliminar do modelo de gestão elaborada até janeiro de 2004	1. Realizar levantamento da situação das Secretarias Estaduais e Municipais, definir padrões organizacionais mínimos e elaborar documento preliminar do modelo de gestão
		2. Estudo e diagnóstico para a elaboração de Política Nacional de Formação e Capacitação de Profissionais de Segurança Pública elaborados até janeiro de 2004	2. Realizar estudo e diagnóstico para a elaboração de Política Nacional de Formação e Capacitação de Profissionais de Segurança Pública
		3. Intercâmbio para troca de experiências realizado até janeiro de 2004	3. Realizar intercâmbio para troca de experiências
Resultado do Projeto: 3 – Proposta do Sistema Único de Segurança Pública consensuada			

Projeto de Sistema Único de Segurança Pública elaborado ou não elaborado	Ambiente de consolidação de informações qualificadas e consistentes para monitoramento e planejamento da Política Nacional de Segurança Pública preparado	1.	Levantamento de sistemas de identificação criminal existentes nos estados realizado até janeiro de 2004	1.	Realizar levantamento de sistemas de identificação criminal existentes nos estados e definir padrões de integração à base nacional
		2.	Modelos gerais de gestão de informações analisados e novos modelos elaborados e propostos, os quais incluirão projetos modulares de transição para instituições de Segurança Pública, até janeiro de 2004;	2.	Analisar modelos gerais de gestão de informações e elaborar e propor novos modelos, os quais incluirão projetos modulares de transição para instituições de Segurança Pública
		3.	Proposta de funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública elaborada até janeiro de 2004;	3.	Elaborar proposta de funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública
		4.	Intercâmbio para troca de experiências realizado até janeiro de 2004	4.	Realizar intercâmbio para troca de experiências
Resultado do Projeto: 4 – Modelo de programa de prevenção da violência urbana					
Versão Preliminar do modelo de gestão elaborada ou não elaborada	Modelo de programa de prevenção da violência urbana instrumentalizado	1.	Levantamento e análise de programas nacionais e internacionais de prevenção da violência urbana realizados até janeiro de 2004	1.	Realizar levantamento e análise de programas nacionais e internacionais de prevenção da violência urbana
		2.	Modelo de programa de prevenção da violência urbana proposto até janeiro de 2004	2.	Propor modelo de programa de prevenção da violência urbana
		3.	Intercâmbio para troca de experiências realizado até janeiro de 2004	3.	Realizar intercâmbio para troca de experiências

Fonte: Assistência Preparatória – Projeto Segurança Cidadã.

Como resultado das assistências preparatórias, foram estruturadas as bases para a realização da primeira fase do Projeto Segurança Cidadã, por meio do qual o PNUD, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Serviço Nacional das Indústrias (SESI), e a SENASP firmaram acordo de cooperação para elaboração de estudos em nove diferentes áreas temáticas da segurança pública. O objetivo foi subsidiar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), trazendo insumos teóricos que pudessem fortalecer a estratégia necessária à sua plena implantação.

Com o diagnóstico e o desenho do plano de ação necessário à implantação das bases propostas pelo SUSP para a área de segurança pública, foi estabelecido o Acordo de Cooperação PRODOC BRA/04/029 – Projeto Segurança Cidadã – Fase II, junto ao PNUD, para a efetivação do desenho proposto, resultado da Fase I do Projeto. Este é o escopo específico do qual se trata neste relatório.

2.2. Projeto Segurança Cidadã – Fase II

2.2.1. Objetivos

O Acordo de Cooperação PRODOC BRA/04/029 – Projeto Segurança Cidadã – Fase II teve como objetivo geral apoiar a política de segurança pública do governo federal, fortalecendo o estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) junto aos entes federados e sociedade civil. Seus objetivos específicos foram:

- desenvolvimento de produtos, metodologias e tecnologias nas diversas áreas da segurança pública que possam ser testados e implementados pelos órgãos de segurança estaduais e municipais;
- fortalecimento institucional da SENASP e dos órgãos de segurança pública, dotando-os de modelos e instrumentos gerenciais, e de sistemas de monitoramento e avaliação;
- suporte a negociação e implementação do acordo de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento; e
- apoio à implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e do planejamento estratégico da SENASP, incluindo o sistema integrado de ensino, a modernização das instituições de segurança e segurança comunitária definida como segurança pública.

2.2.2. Beneficiários

As ações programas no projeto Segurança Cidadã – II foram previstas para beneficiar diretamente as polícias civis e Militares estaduais e os Gestores Municipais de Segurança Urbana. No âmbito federal, os

beneficiários foram prioritariamente a SENASP e outros órgãos federais de segurança. No âmbito estadual e municipal, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e os executivos municipais. Igualmente, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Organizações da Sociedade Civil e comunidades locais foram também contemplados com ações realizadas. Também foram contempladas Universidades e núcleos de estudo sobre violência.

2.2.3. Arranjo Institucional

Para a realização do Projeto Segurança Cidadã – Fase II, compuseram o arranjo institucional o então Ministério da Justiça, o PNUD e a ABC/MRE. Os subitens abaixo descrevem as atribuições de cada ente no desenvolvimento das atividades do Projeto.

a) Ministério da Justiça/SENASP

Conforme distribuição formal de atribuições dentro do Projeto, ficou a cargo do Ministério da Justiça a execução da Cooperação Técnica, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Departamento de Análise da Informação, Pesquisa e Ensino em Segurança Pública (DAIPESP), do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DPPP) e do Departamento de Avaliação e Execução do Plano Nacional de Segurança Pública (DAEP).

A Coordenação da implementação das ações previstas coube à Unidade Gestora do Projeto – UGP, sediada no âmbito do Gabinete da SENASP, sendo o Diretor Nacional do Projeto o Secretário Nacional de Segurança Pública - a quem cabe a responsabilidade sobre as ações do Projeto perante a ABC e o PNUD - assessorado diretamente pela área de Cooperação Internacional.

Coube aos Departamentos de Análise da Informação, Pesquisa e Ensino em Segurança Pública (DAIPESP) e de Políticas, Programas e Projetos (DPPP) a elaboração dos termos de referência, acompanhamento técnico da execução das atividades e avaliação dos produtos e processos desenvolvidos. Ao Departamento de Avaliação e Execução do Plano Nacional de Segurança Pública (DAEP), coube, no campo temático de sua área de competência, as atribuições acima descritas, bem como a subcoordenação da gestão orçamentário-financeira do Projeto.

Foram atribuições da Unidade Gestora Projeto:

- i. articular-se como PNUD, ABC/MRE e agência implementadora, visando o desenvolvimento das atividades do projeto de cooperação técnica internacional;
- ii. detalhar o plano de trabalho anualmente, estimar os recursos necessários à sua execução e informar ao PNUD para alimentar o processo de revisões mandatárias anuais;

- iii. desenvolver procedimentos de repasse de recursos para os pagamentos previstos no PRODOC e suas revisões;
- iv. detalhar as intervenções propostas no plano de trabalho do projeto de cooperação técnica, mediante a elaboração de termos de referência, especificações técnicas, em colaboração com o PNUD;
- v. apoiar a identificação de demandas por consultorias de curto, médio e longo prazos para prover assistência técnica às atividades previstas no PRODOC;
- vi. identificar consultores, fornecedores e estabelecer critérios para a sua seleção, em colaboração com o PNUD;
- vii. desenvolver e manter sistemas de informações gerenciais, estatísticas e documentais do Projeto;
- viii. participar da elaboração de editais para compra de bens e serviços técnicos, e das comissões de análise das propostas em processos licitatórios das aquisições para a execução do Projeto;
- ix. supervisionar, controlar, avaliar e certificar a entrega de bens e serviços adquiridos, zelando pela observância dos padrões de qualidade especificados;
- x. responder pela gestão patrimonial dos bens adquiridos pelo Projeto;
- xi. monitorar a implementação física e financeira do Projeto, elaborando relatórios de progresso de acordo com os modelos do PNUD e ABC;
- xii. desenvolver, em conjunto com o PNUD, exercícios de avaliação de meio termo e final do Projeto de cooperação técnica;
- xiii. participar de reuniões tripartites anuais de monitoria e avaliação do Projeto;
- xiv. propor alterações/ revisões ao PNUD;
- xv. responder a auditorias internas e externas do Projeto de cooperação técnica, mantendo arquivada a documentação necessária; e
- xvi. articular-se com o PNUD sobre assuntos pertinentes ao aspectos técnicos da implementação do Projeto.

b) PNUD

O segundo elo institucional de execução do projeto, atuando por meio de assistência técnica, foi o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O PNUD foi fundado em 1965 e sua missão consiste em auxiliar “países a desenvolver políticas, habilidades em liderança e em parcerias, capacidades

institucionais e construção de resiliência de maneira a manter os resultados no âmbito do desenvolvimento” (PNUD. Sem data).

Seu comprometimento com a erradicação da pobreza e a redução de desigualdades e da exclusão social tornaram o PNUD um parceiro importante no fomento das estratégias previstas para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à segurança pública. Também destacam-se as ações voltadas à promoção e garantia dos direitos humanos que permeiam toda a atuação do PNUD em seus escritórios alocados em 170 países, que qualificam a UNESCO a ocupar este papel central de assessoria técnica no projeto Segurança Cidadã – Fase II.

As atribuições da UNESCO no projeto foram compartilhadas com o Ministério da Justiça. Prioritariamente, a agência cooperante atuou em 2 eixos principais, i) na assistência técnica direta, com transferência de conhecimentos e capacitação, e ii) na administração direta dos recursos aportados na cooperação. Adotando o modelo de Execução Nacional, conforme legislação brasileira aplicável, o PNUD executou as rotinas administrativas e financeiras do projeto, colaborando diretamente na contratação de insumos importantes para o projeto, como consultorias de pessoa física ou jurídica, estabelecimento de parcerias com instituições diversas, provisão de insumos como passagens, hospedagens, viagens, além de todas as outras demandas logísticas e administrativas que estivesse na competência do projeto de cooperação.

31

No arranjo institucional de execução do Projeto Segurança Cidadã, coube ao PNUD cooperar com a Secretaria Nacional de Segurança Pública desenvolvendo atividades de apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do mesmo e assistência nos processos de aquisição de bens e serviços e utilização de insumos. Ainda, a agência cooperante disponibilizou insumos técnicos para a preparação de documentos informativos, bem como de pagamento diretos a prestadores de serviços contratados no âmbito do Projeto. Originalmente, também houve a previsão de aporte de recursos e insumos para capacitação da equipe da UGP para a execução dos produtos e atividades previstos neste Projeto.

Formalmente, fez parte das atribuições da Agência Cooperante os seguintes serviços:

- Assistência no recrutamento de profissionais para atuar no Projeto;
- Identificação e apoio as atividades de treinamento, concessão de bolsas de estudo e viagens de estudo;
- Apoio as atividades de aquisição de bens e serviços;
- Acesso aos sistemas mundiais de informação gerenciados pelo PNUD;
- Acesso à rede internacional de escritórios do PNUD;

- Acesso aos sistemas do PNUD sobre informações operacionais, cadastros de consultores, fornecedores e serviços de cooperação para o desenvolvimento; e
- Acesso ao sistema de SAP, sistema corporativo, de monitoramento e gerenciamento de projetos.

c) ABC/MRE

Compondo o terceiro pilar da gestão tripartite desta Cooperação Internacional, esteve presente a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, órgão integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que “tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de Cooperação Técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais” (BRASIL, sem data; Portal ABC Introdução). A ABC tem seu foco na observância da política externa do MRE e nas prioridades de desenvolvimento do país, conforme definições dos documentos normativos que tratam dessa matéria. Especificamente no tocando ao projeto, a ABC realizou as seguintes atribuições:

- Negociação de marcos de programação e demais instrumentos de planejamento para balizar a execução do projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO;
- Acompanhamento das atividades dos projetos, verificando o alcance dos resultados e dos objetivos almejados;
- Disponibilização de sistemas, manuais e instrumentos padronizados para a elaboração, negociação e execução do projeto de cooperação;
- Disseminação de informações sobre a natureza, potencialidades e procedimentos afetos à Cooperação Técnica;
- Capacitação de recursos humanos da SDH quanto aos procedimentos técnicos aplicáveis ao projeto.

32

2.2.4. Metodologia de execução

Para efeito de gerar intervenções voltadas a aumentar a eficiência, a eficácia e dar sustentabilidade à ação dos Governos Federais e Estaduais no setor de segurança pública, definiram-se, inicialmente, as estratégias gerais que devem pautar o Projeto de Cooperação Técnica e que podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

- a. os objetivos e metas do Projeto de Cooperação Técnica devem convergir para as prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública e no Planejamento Estratégico da SENASP 2004/2006;
- b. os objetivos e metas do Projeto de Cooperação Técnica devem estar contidos no Projeto Segurança Cidadã, referente ao futuro Acordo de Empréstimo entre o Governo Federal e o

- Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, fortalecendo-o, complementando-o, viabilizando-o, agilizando-o e aumentando a eficiência e eficácia de sua execução e gestão;
- c. O Projeto de Cooperação Técnica deve ser focalizado em áreas onde o PNUD pode agregar valor em função de sua expertise interna, em especial na área de gestão de programas e projetos de cooperação técnica;
 - d. O Projeto de Cooperação Técnica deve contribuir para garantir a continuidade, disseminação e sustentabilidade de experiências exitosas; para a revisão e o ajuste de intervenções avaliadas como válidas, porém apresentando pontos insatisfatórios, e cancelamento de experiências mal sucedidas. O Projeto deve, portanto, enfatizar a realização de avaliações de experiências desenvolvidas nos Estados e Municípios, pela Secretaria Nacional de segurança Pública e pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados ou por outras organizações.
 - e. O Projeto de Cooperação Técnica deve contribuir para melhorar o registro, a monitoria e a avaliação das intervenções da Secretaria, fortalecendo a formação de uma memória institucional e de uma cultura de avaliação e registro de atividades;
 - f. E, finalmente, o projeto deve privilegiar sistemas de planejamento, avaliação e monitoramento participativos, coordenados pela SENASP. Esses sistemas devem identificar e eleger metas que permitam o acompanhamento do desempenho da política de segurança pública, fortalecendo a capacidade de gerenciamento das instituições de segurança pública e a agilidade de reformulação e de aprimoramento das intervenções resultantes dessa política.

A SENASP deu início, em janeiro de 2003, ao processo de construção de pactos com os estados brasileiros objetivando a adesão ao denominado SUSP, que num sentido amplo, sintetiza as diretrizes do Plano de Segurança Pública para o Brasil. Com as assinaturas, instalam-se nos Estados aderentes, um Gabinete de Gestão Integrada, em que estão representadas as diversas agências de segurança pública. O Estado por sua vez, apresenta um Plano Estadual de Segurança Pública, orientado pelas diretrizes e roteiro apresentado às 27 unidades da federação pela SENASP, baseado em dois grandes grupos de programas: Reforma das Instituições de Segurança Pública e Redução da Violência. O primeiro reúne os programas relacionados à modernização (ampliação da eficiência) e moralização (redução da corrupção e aumento da confiança popular) das instituições de segurança pública. Já o segundo agrupa os programas destinados a definir uma política contra as diversas formas de violência. Durante o ano de 2003, foram pactuados o apoio dos Estados ao SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, processo concluído em dezembro do mesmo ano, com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal.

O Projeto de Cooperação Técnica previu ações voltadas a capacitação das equipes estaduais e municipais na elaboração de projetos e propostas, alinhadas com os princípios fundamentais do SUSP, com vistas a contribuir para a mudança da cultura institucional dos órgãos de segurança. Dentre os princípios levados em consideração cabe destacar alguns de grande relevância:

- Respeito e promoção aos marcos legais dos Direitos Humanos pelos operadores da segurança pública;
- Promoção dos direitos civis;
- Melhoria da gestão operacional dos profissionais, estimulando o planejamento combinado e integrado entre as instituições de Segurança Pública;
- Redução da criminalidade e da insegurança pública, em especial os crimes contra a vida;
- Repressão ao crime organizado;
- Redução da corrupção e da violência policial;
- Bloqueio da dinâmica de recrutamento, pelo tráfico, de crianças e adolescentes;
- Combate ao poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;
- Valorização das organizações e dos profissionais de Segurança Pública, levando-os a recuperar a autoestima e a confiança popular, reduzindo os riscos a que estão submetidos;
- Ampliação da eficiência da organização policial;
- Aplicação rigorosa e equilibrada das leis do sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado;
- Definição e consolidação da filosofia de polícia comunitária;
- Contribuição para a democratização do sistema de justiça;
- Contribuição para a adoção ampla de soluções alternativas de conflito em situações de risco.

Assim, o presente **Projeto de Cooperação Técnica Segurança Cidadã, FASE II**, dando continuidade à primeira fase, priorizou ações práticas de reforma das instituições de segurança pública, sedimentando, desta forma, as bases organizacionais que, por pressuposto, deverão assegurar a sustentabilidade, no médio e longo prazo, da execução plena da política de segurança.

A execução do projeto privilegiou o desenvolvimento de ações coordenadas entre as diversas iniciativas de cooperação técnica já em progresso pelo Ministério da Justiça, com vistas à obtenção de resultados integrados, compondo um arranjo técnico e institucional coerente com a magnitude da política pública desenhada. Sob a coordenação operacional da SENASP, o projeto durou 12 anos e, na data de fechamento deste relatório, ainda possuía atividades a serem finalizadas.

2.2.5. Recurso Investido, Prazo de Execução, Revisões e Alterações de Plano

O Projeto Segurança Cidadã, em sua totalidade, foi estruturado para uma execução de 84 meses, sendo a Fase II originalmente pensada para durar apenas 24 meses. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, iniciados em 22 de dezembro de 2004, percebeu-se que havia um potencial naquele formato de execução do projeto, que, de forma geral, viabilizava a utilização dos recursos aportados na Cooperação de uma forma mais célere e menos burocrática, contando com assessoria técnica direta do PNUD, mundialmente reconhecido pela sua gestão de projetos sociais qualificada e focada no desenvolvimento humano.

Essas questões, aliadas às demandas surgidas no campo das políticas de segurança pública, caracteristicamente dinâmico, acabou gerando uma expectativa de ampliar a abrangência de realização da segunda fase do projeto, incorporando novas metas, atividades e produtos ao escopo originalmente estipulado pelo PRODOC BRA04/029, bem como revendo o planejamento original e fazendo ajustes necessários ao pleno funcionamento do projeto. Com aval da Administração Pública, da ABC e do PNUD, foram sendo incorporados recursos adicionais para a execução do plano de ações original, agora revisto e ampliado para atender demandas complementares e alinhadas a estratégia de país acionada pela Cooperação.

Ao longo do tempo de execução da Cooperação, foram assinados sucessivos aditivos, tanto de valor quanto de tempo, modificando o prazo original de 24 meses para 144 meses de execução consecutivos. Conforme registrado na última Revisão Substantiva submetida à apreciação dos patrocinadores do Projeto, o valor global previsto foi totalizado em US\$ 39.630.722,74, correspondendo a um total de R\$74.109.451,52, considerando cotação de câmbio de 1,87, sendo o prazo estendido por outros instrumentos normativos até a data limite de dezembro de 2016.

Sobre as alterações sofridas, o contrato passou por várias revisões substantivas⁶, que alteraram prazos, escopo e recursos previstos para aporte. As alterações tiveram o objetivo de melhor adequar a execução do projeto às possibilidades de execução da política de segurança pública, naquilo que compete à SENASP, tanto na supressão e adição de novas atividades, quanto na melhor utilização dos recursos disponíveis, a exemplo da alteração de rubricas, utilização de rendimentos e demais questões que se mostraram relevantes em cada período de referência das revisões aprovadas.

⁶ Não foram disponibilizadas as revisões mandatárias do Projeto, de forma que não há como indicar o histórico de alterações e aditivos de prazo registradas nesses documentos.

2.2.6. Aspectos Institucionais, jurídicos e normativos relativos ao desenho e execução da cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre o PNUD e o Ministério da Justiça esteve inserido em um contexto específico de normativos legais, jurídicos e institucionais que foram considerados e respeitados desde o planejamento até o fim da execução das atividades previstas pelo projeto. Esses normativos cumprem as funções de orientar e ajustar a administração dos processos de Cooperação Técnica, com vistas a garantir que os acordos firmados estejam em plena consonância com as políticas de desenvolvimento estabelecidas nos programas nacionais que tratam dessa matéria, possibilitando mais transparência e eficiência à utilização de recursos públicos

É importante, para compreender aspectos estruturais do planejamento e da execução do projeto, abordar brevemente os principais normativos que o disciplinaram. Trata-se aqui dos seguintes documentos: i) Decreto Nº 5.151, de 22 de julho 2004; ii) Portaria nº 717 de 09/12/2006 / MRE - Ministério das Relações Exteriores e iii) Diretrizes para o Desenvolvimento de Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral – Agência Brasileira de Cooperação / 2014.

a) Decreto Nº 5.151, de 22 de julho 2004

O Decreto Nº 5.151, de 22 de julho 2004,

“estabelece os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de Cooperação Técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais cooperantes, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos”. [BRASIL, 2004]

Este normativo define, entre outros aspectos, a modalidade de Execução Nacional como forma prioritária de realização das cooperações técnicas com organismos multilaterais. De acordo com esse modelo de execução, a coordenação dos projetos de Cooperação Técnica internacional é realizada por instituição brasileira e tem o acompanhamento direto da Agência Brasileira de Cooperação, parte integrante, como se viu anteriormente, do Ministério das Relações Exteriores.

O artigo 2 do Decreto, no parágrafo quinto, define que, para casos em nos quais o financiamento do projeto seja exclusivo de origem orçamentária da União, a participação do organismo ou agência internacional deve se dar mediante prestação de assessoria técnica ou transferências de conhecimento. Esse foi o modelo adotado pela projeto BRA/04/029, no qual a participação do PNUD se deu por meio da atuação direta do organismo na orientação e acompanhamento para formação das políticas de segurança pública no âmbito federal.

O normativo ressalta a importância da estruturação do documento de projeto, o qual deve explicitar claramente os produtos que decorrerão da realização da cooperação, definindo os compromissos que o projeto deverá cumprir e adotar como orientação na execução das atividades. Assim como os produtos esperados, o documento de projeto deve abranger, conforme indicação do Decreto, informações detalhadas sobre o objeto, o órgão executor, o detalhamento dos recursos financeiros envolvidos, a vigência, as disposições sobre auditoria e aferição de resultados, assim como deve indicar procedimentos para prestação de contas, taxa de administração e questões relativas a suspensão e extinção do acordo de Cooperação Técnica.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado no Decreto é a definição a respeito dos tipos de contratação que podem ser feitas no âmbito da Cooperação Técnica, que abrangem pessoas físicas ou jurídicas, na modalidade de consultoria por produtos. Essas consultorias devem ter a natureza de “serviços técnicos especializados, relativos a estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, pareceres, perícias e avaliações em geral, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” e prevê a criação de uma biblioteca de arquivos do projeto que possam materializar os produtos financiados por meio do acordo de cooperação. Destacam-se a execução temporária dos serviços contratados e a não subordinação jurídica resultante da prestação dos serviços, levando em consideração, para seleção dos fornecedores, os princípios da “legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, bem como a programação orçamentária e financeira constante do instrumento de Cooperação Técnica internacional” [BRASIL, 2004].

37

Essas definições do Decreto 5.151/2004 reforçam a orientação institucional do governo de evitar utilizar os recursos das cooperações técnicas para a provisão de alocação de mão-de-obra para executar rotinas do órgão responsável pela realização da cooperação, desviando-se assim dos objetivos últimos previamente estabelecidos quando da solicitação de aporte financeiro para a Cooperação Técnica.

O Decreto configura-se como um dos principais normativos aos quais os projetos de Cooperação Técnica estão subordinados e o Projeto **Segurança Cidadã – Fase II** leva em consideração as orientações nele estabelecidas, inclusive pela sua contemporaneidade com o início dos trabalhos previstos no âmbito do escopo do projeto. A avaliação de processos, contida no produto 03 desta consultoria, abordará de que maneira este normativo impactou na execução do projeto, haja vista que seu planejamento como política pública antecedeu às determinações estabelecidas pelo referido decreto.

b) Portaria nº 717 de 09/12/2006 / MRE - Ministério das Relações Exteriores

A Portaria nº 717 de 09/12/2006 do Ministério das Relações Exteriores tem como objetivo, conforme previsão do Decreto 5.151,

“Aprovar normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de Cooperação Técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos” [BRASIL, 2006].

O normativo apresenta orientações alinhadas com o Decreto 5.151 e traz detalhes importantes para orientar a execução das cooperações técnicas no âmbito do Governo Federal. Uma das principais definições do normativo diz respeito ao tempo de duração das cooperações, o que vai se refletir diretamente no histórico de atuação que se observou nesta Cooperação Técnica. Segundo a portaria, os projetos devem ter duração de até cinco anos, prorrogáveis, mediante fundamentação, por mais cinco, de forma a não ultrapassar o período de 10 anos.

A respeito da gestão de projetos de Cooperação Técnica, o decreto enumera as obrigações do órgão ou entidade executora nacional, com destaque para a elaboração dos relatórios de progresso, encaminhamento à ABC dentro dos prazos estabelecidos e manutenção da comunicação ativa entre os entes implicados no arranjo institucional do projeto. Também identifica as funções do Diretor Nacional do Projeto, cujo destaque está na representação formal do “órgão ou entidade executora nacional perante a ABC, o organismo internacional cooperante e os órgãos de controle, responsabilizando-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto” [BRASIL, 2006]. Em relação às competências do Coordenador do projeto, ficam assumidos os seguintes compromissos:

- substituir o Diretor Nacional em suas ausências e impedimentos;
- coordenar a elaboração e a execução dos planos de trabalho do projeto;
- zelar pelo cumprimento do cronograma de implementação do projeto;
- elaborar os relatórios de progresso com as informações técnicas e administrativas e financeiras do projeto;
- manter os arquivos organizados com a documentação do projeto;
- promover articulações com outras instituições para o desenvolvimento do projeto;
- auxiliar o Diretor Nacional na gestão do projeto.

A portaria trata de forma pormenorizada das instruções sobre acompanhamento dos projetos de Cooperação Técnica internacional, trazendo como importantes inovações o detalhamento das atribuições referentes à Agência Brasileira de Cooperação, conforme seguem listadas:

- acompanhar o desenvolvimento dos projetos sob os aspectos técnicos e administrativos, mediante análise dos relatórios anuais recebidos dos projetos, visitas aos órgãos ou entidades executoras e reuniões com seus responsáveis, para fins de verificação do cumprimento dos seus objetivos, metas e resultados;
- orientar os órgãos ou entidades executoras quanto aos procedimentos técnicos e administrativos da Cooperação Técnica internacional;
- efetuar reuniões periódicas com os órgãos ou entidades executoras e os organismos internacionais cooperantes;
- promover a constituição de banco de dados para armazenar as informações sobre a execução técnica, administrativa, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos projetos;
- colocar à disposição dos órgãos de controle nacionais os relatórios de progresso recebidos dos projetos;
- divulgar informações sobre a Cooperação Técnica internacional;
- promover, na medida de sua disponibilidade técnica e financeira, a capacitação do pessoal envolvido na execução dos projetos.

39

Importante destacar que a portaria define a necessidade de ajuste para todos os projetos de Cooperação que tenham iniciado sua execução e que, por algum motivo, não se adequem às especificações do Decreto 5.151 e da Portaria 717.

c) Diretrizes para o Desenvolvimento de Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral – Agência Brasileira de Cooperação / 2014

Com a quarta edição revisada e publicada em 2014, o documento *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral* é uma abordagem detalhada sobre os aspectos institucionais, processuais e normativos que orientam o desenvolvimento de Cooperação Técnica no país. Sua estrutura contempla uma introdução sobre Cooperação Técnica internacional, na qual há uma definição detalhada sobre o significado deste termo para as políticas públicas no Brasil:

“Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI) [...] pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico de forma a sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, bem como para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades de instituições/entidades e de indivíduos. Essa capacitação, por sua vez, poderá direcionar-se à apropriação de conhecimentos por segmentos da população e ao aperfeiçoamento da ação finalística de instituições públicas e entidades privadas, bem como a intervenções de desenvolvimento em áreas geográficas pré-determinadas (esses três níveis a serem doravante denominados “beneficiários”). Por meio da Cooperação Técnica, os beneficiários têm acesso a experiências e conhecimentos que, agregados às capacidades institucionais e humanas previamente existentes, poderão contribuir para o desenvolvimento do país” [BRASIL, 2014; 9].

Além de detalhar o amplo leque de possibilidades nas quais a cooperação internacional pode colaborar com os planos e estratégias de desenvolvimento do país, o manual apresenta as diretrizes para a estruturação de um acordo de cooperação com organismos multilaterais, contextualizando os marcos jurídicos, legais e institucionais que balizam esse tipo de operação e que devem ser observados quando do planejamento deste tipo de empreendimento.

O manual também traz importantes informações sobre procedimentos para elaboração, análise e aprovação de programas e projetos de Cooperação Técnica Internacional, estabelecendo os critérios para enquadramento dos projetos nas linhas de ação previstas na estratégia de país. Há um capítulo específico de orientações sobre execução de projetos, que trata da direção e coordenação de projetos, bem como define aspectos a serem observados para o seu adequado acompanhamento. Destaque deve ser dado ao SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS (SIGAP).

O SIGAP tem como objetivo realizar o

“acompanhamento do planejamento e cumprimento de metas propostas pelas instituições executoras dos projetos, bem como pela sistematização de dados sobre sua execução financeira. O sistema igualmente proporciona condições de se correlacionar a execução física com a financeira. Os módulos do SIGAP foram concebidos de forma a atender a necessidade por informações organizadas, possibilitando tanto visões temáticas ou setoriais quanto visões globais da execução de projetos, subsidiando o monitoramento do uso dos recursos tanto em nível operacional quanto estratégico” [BRASIL, 2014; 48].

O SIGAP foi utilizado no Projeto **Segurança Cidadã - Fase II** a partir de 2012, substituindo o modelo de relatório de progresso utilizado até então para reporte do andamento e consecução de metas e objetivos do planejamento realizado.

Esse manual é um importante marco institucional relacionado ao contexto da Cooperação Internacional e reflete um importante conjunto de instruções que são relevantes principalmente para manter em dia as atribuições do órgão executor do projeto, no caso o Ministério da Justiça e Cidadania, com o órgão de controle e acompanhamento da cooperação, no caso a ABC. A avaliação de processos, contida no produto 3 dessa contratação, demonstra como essas orientações foram cumpridas no âmbito da realização do projeto e como impactaram nas rotinas da equipe executora envolvida com o BRA/04/029.

d) Acórdãos 1339/2009 e 1256/2010 – Tribunal de Contas da União

Os acórdãos 1339/2009 e 1256/2010 do Tribunal de Contas da União são normativos que impactaram de forma relevante a execução do projeto, como se verá na avaliação de processos contida no produto 3 dessa contratação. Eles datam de 2009 e 2010, ou seja, entram em vigor entre 5 e 6 anos após o início das atividades do escopo do Projeto.

O acórdão 1339/2009 resulta de processo encaminhado entre a Agência Brasileira de Cooperação e da Secretaria de Controle interno, ambas vinculadas ao MRE, e a Secretaria da Educação Básica, vinculada ao Ministério da Educação – MEC. Seu objetivo é acordar, no que tange à execução de projetos de Cooperação Técnica internacional financiados exclusivamente com recursos orçamentários da União, a vedação do desempenho, por parte da agência cooperadora,

“[...] de atribuições próprias dos órgãos públicos, nas quais não haverá transferência de conhecimento por parte do organismo internacional executor ou em que a assessoria técnica de um ente externo é dispensável, por se tratar de temas e práticas já de domínio público, demandados rotineiramente pela Administração, a exemplo da contratação de bens e serviços de natureza comum, usualmente disponíveis no mercado” [BRASIL, 2009]

Dessa forma, esclarece o TCU, mesmo que o projeto de cooperação contemple atividades de assessoria técnica, nas quais fique evidente a transferência de conhecimentos, e, ainda, inclua de forma complementar atividades de caráter instrumental, o organismo cooperante poderá apenas executar as primeiras. As necessidades de caráter usual deverão, então, ser absorvidas pela Administração Pública, que deverá praticar, de acordo como os regimes institucionais próprios do regime jurídico competente, suas atribuições na provisão desses recursos.

Essa decisão impacta diretamente sobre uma série de objetos de contratação, a exemplo de

“produção, impressão e distribuição de material para treinamentos; da organização de eventos, inclusive quanto ao fornecimento de transporte aéreo, hospedagem e alimentação para os participantes; da execução de

serviços comuns, como revisão ortográfica e gramatical de textos e serviços gráficos; da aquisição de materiais de expediente e equipamentos de informática – entre outros fornecimentos intermediados [pela agência cooperante]” [BRASIL, 2009]

Ainda em relação ao acórdão 1339/2009, há indicação de necessidade de reajuste da previsão orçamentária referente aos projetos de cooperação que sejam afetados por esta decisão, cabendo à ABC a atribuição de observar o atendimento às decisões ali tomadas, de forma retroativa e progressiva, na celebração, acompanhamento, promoção de revisões de projeto de Cooperação Técnica internacional financiados exclusivamente com recursos orçamentários da União.

O acórdão 1256/2010, por sua vez, resulta também de processo encaminhado entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Secretaria da Educação Básica do MEC, que trata das reverberações da matéria fundamentada no acórdão 1339/2009, na qual se define o prazo para readequação da estimativa orçamentária dos projetos afetados pelo conteúdo do referido normativo. O acórdão 1256/2010 estabelece como prazo máximo para as readequações, sob supervisão da ABC, a data de 31 de dezembro de 2010.

Esses dois marcos legais afetaram de forma relevante a forma de executar o Projeto **Segurança Cidadã – Fase II**, o que será visto tanto na avaliação de processos, quanto na avaliação do uso dos recursos aportados nesta cooperação.

2.2.7. Resultados e Impactos Esperados

Com a realização do projeto Segurança Cidadã- Fase II, na perspectiva da implementação do SUSP, pretendeu-se mobilizar esforços na realização de ações práticas que pudessem efetivar o planejamento feito na primeira fase do projeto. Esse planejamento, orientado por resultados de pesquisas realizadas em diferentes localidades do país a respeito das pautas eleitas como prioritárias na área de segurança pública, tornou-se um norteador da política de segurança pública que se desejava realizar com a segunda etapa do projeto, resultando no plano original de trabalho a ser realizado com a Cooperação Técnica.

Definiram-se 4 resultados a serem alcançados pela operação, que resumem as linhas de atuação priorizadas no PRODOC BRA/04/029:

- Resultado 1: Sistema Integrado de Educação apoiado;
- Resultado 2 – Metodologias de Gestão das Instituições de Segurança Pública Modernizadas;
- Resultado 3 – Políticas de Prevenção à Violência fomentadas no âmbito do SUSP;
- Resultado 4 – Gestão Eficiente do Projeto.

A avaliação de efetividade, objeto do terceiro produto desta contratação, trará a discussão sobre a realização dos resultados esperados pelo projeto, que devem ser um desdobramento do conjunto das atividades realizadas conforme definição do Plano de Trabalho.

Um importante resultado esperado, embora não listado, foi a estruturação institucional em torno da pauta da segurança pública, que deveria, entre outras coisas, possibilitar a criação de instâncias consultivas e deliberativas, em nível nacional e regional, para debater, construir e implementar as políticas públicas de segurança conforme a prerrogativa da cidadania que caracterizou as entregas dessa contratação. Isso significa que a apropriação pelas unidades da federação do que se passou a entender como segurança cidadã provavelmente tenha sido a maior conquista e o maior legado do projeto, que acabou transformando esse conceito em uma identidade e em um referencial fundamental para a discussão sobre as políticas públicas na área de segurança.

Em capítulo específico do terceiro produto da consultoria, será discutido de forma pormenorizada o alcance desses resultados, a partir das análises decorrentes da avaliação de eficácia, eficiência e efetividade do projeto, contidas nesta contratação de avaliação ex-post.

3. AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA

A avaliação de eficácia do Projeto se presta à verificação do atendimento às metas físicas que foram estabelecidas pela operação. Para isso, foi preciso levar em consideração o planejamento original do trabalho e suas sucessivas alterações ao longo dos dez anos de execução.

Nesse levantamento de informações, verificou-se o que, ao final da última revisão substantiva, datada de 2016, configurou, de fato, o conjunto de ações previstas para esta cooperação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 6 - Escopo final da Cooperação Técnica BRA 04/029

Resultado 1: Sistema Integrado de Educação apoiado	
PRODUTO 1.1 Curso de Protagonismo Policial concebido e implantado, em conformidade com a matriz curricular integrada	
METAS	- Materiais reproduzidos e publicados; - 3600 pessoas capacitadas; - 6 seminários/ workshops com foco em juventude

PRODUTO 1.2 Curso de Intervenção Operacional Qualificada, em conformidade com a matriz curricular integrada**METAS**

- Materiais adquiridos/reproduzidos;
- 4 workshops realizados;
- 60 servidores da segurança pública capacitados em análise criminal tático-operacional;
- 60 em análise criminal estratégica;
- 60 em análise criminal administrativa;
- 200 policiais capacitados para emprego de cães farejadores em atividades de localização de pessoas, drogas, explosivos e munições;
- Cursos de capacitação em segurança de aeroportos, portos e fronteiras;
- Curso relacionados a perícia, curso TREINAR e outros cursos em parceria com secretaria de segurança;
- 40 (quarenta) conteúdos para cursos presenciais e à distância;
- 5 (cinco) conteúdos para curso à distância com o objetivo de difundir os procedimentos operacionais padronizados;
- 500 (quinhentas) inscrições em eventos nacionais e internacionais para servidores e/ou colaboradores eventuais;
- Produção de materiais didáticos e proposta de metodologia de curso nas modalidades presenciais e à distância;
- Produção de conteúdo para curso à distância com o objetivo de difundir os procedimentos operacionais padronizados produzidos;
- Produção de Caderno Temático de Referência sobre abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher;
- Produção de Caderno Temático de Referência sobre abordagem investigativa nas infrações penais contra criança e adolescente;
- Produção de material didático sobre Gabinete de Gestão Integrada nas Fronteiras;
- Impressão da Matriz Curricular Nacional editorada e diagramada;
- Editoração e diagramação para impressão de 03 publicações da área de ensino - Caderno Temático de Referência em Investigação de Homicídios, Caderno Temático de Referência em Investigação de Drogas Ilegais e Indicadores.
- Diagramação e impressão do Caderno Temático de Referência: abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher;
- Identidade Visual, diagramação e impressão da Matriz Curricular para as Ações Formativas das Guardas Municipais;
- Diagramação e impressão do Caderno Temático de Referência: abordagem investigativa nas infrações penal contra criança e adolescente.

45

PRODUTO 1.3 Portal nacional de segurança humana implantado

PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO J

PRODUTO 1.4 Academias de polícia fortalecidas

METAS

- Propostas para reconhecimento de cursos das academias pelo MEC e autorização de funcionamento;
 - Conteúdos, com respectivos kits instrucionais elaborados;
 - Bibliotecas de 15 academias de polícia fortalecidas com material de pesquisa;
 - Academia com cursos técnicos e de graduação e uma com curso de mestrado implantado;
 - Rede de multiplicadores estabelecida;
- Instituições de Ensino na área de Segurança Pública, fortalecidas.
- Pesquisa sobre as Instituições de Ensino e a qualidade da produção de conhecimento;
 - Indicadores de implementação da Matriz Curricular Nacional – MCN (PC, PM, BM);
 - Pesquisa sobre a implementação da MCN;
 - Atualização e disseminação da MCN;
 - Diagnóstico sobre a necessidade das Instituições de Ensino dos Órgãos de Segurança Pública Estaduais e apoio à criação e implementação de 81 (oitenta e um) Projetos e Planos Pedagógicos;
 - Projeto e Plano Pedagógico para criação de Academias de Formação das Guardas Municipais;
 - Avaliação da implementação da Matriz Curricular das Guardas Municipais;
 - Estudo sobre a implantação e implementação da Biblioteca virtual;
 - Estudo sobre o processo de ingresso nas corporações (PC, PM, BM e GM);
 - Profissiografia e mapeamento de competências das polícias civil e militar e do corpo de bombeiro militar;
 - Programa de capacitação para a Coordenação de Perícia;
 - Indicadores de implementação da Matriz Curricular Nacional – MCN (PC, PM, BM e Perícia) e pesquisa sobre a implementação da MCN;
 - Avaliação da implementação da Matriz Curricular das Guardas Municipais;
 - Elaboração do Projeto de criação da Escola Nacional de Segurança Pública.

PRODUTO 1.5 Programa de qualidade de vida para os agentes da segurança pública implantado e disseminado

METAS

- Rede de Gestores de Projetos Psicossociais;
- Diretrizes do Plano Nacional de Qualidade de Vida;
- Guia de Projetos biopsicossociais (manifestação suicidas, prevenção ao uso de tóxico, prevenção ao estresse, preparação para inatividades);
- Mapeamento das condições de saúde dos profissionais de segurança pública;
- Planejar, coordenar e acompanhar a realização de duas Campanhas Nacionais de Valorização Profissional voltadas para Saúde;
- Programa de qualidade de vida para os servidores/funcionários da SENASP;
- Diagnóstico acerca dos projetos implementados nas unidades da federação projetos de biopsicossocial;
- Mapeamento das condições de saúde dos profissionais de segurança pública;
- Projeto piloto de um núcleo de atendimento psicossocial implantada;
- Programas de prevenção ao estresse desenvolvidos;
- Prevenção ao uso de tóxicos (álcool, drogas);
- Programa de prevenção a manifestações suicidas;
- Campanhas educativas executadas;
- Formação de Rede de Gestores de Projetos Psicossociais;
- Elaboração de Diretrizes do Plano Nacional de Qualidade de Vida;
- Guia de Projetos biopsicossociais (manifestação suicidas, prevenção ao uso de tóxico, prevenção ao estresse, preparação para inatividades);
- Mapeamento das condições de saúde dos profissionais de segurança pública;
- 2 Campanhas Nacionais de Valorização Profissional voltadas para Saúde;
- Programa de qualidade de vida para os servidores/funcionários da SENASP;
- Rede de Gestores de Projetos Psicossociais capacitada em pelo menos um curso de 16 horas;
- Mapeamento das condições de saúde e condições de trabalho dos profissionais de segurança pública;
- Elaboração do Plano de Valorização dos profissionais de segurança pública de fronteira;
- Pesquisa de mapeamento dos tipos de jornadas e escalas de trabalho em Segurança Pública;
- Editoração e diagramação de um caderno técnico na área de Valorização Profissional em Segurança Pública;
- Impressão de quatro cadernos técnicos na área de Valorização Profissional em Segurança Pública;
- Perfil profissiográfico e mapeamento de competências do cargo de Perito Criminal;
- Realização de pesquisa sobre as relações hierárquicas nas Polícias Militares brasileiras;
- Construção e validação de um instrumento psicológico de diagnóstico de vulnerabilidade ao estresse ocupacional em Profissionais de Segurança Pública no Brasil.
- Mapeamento dos Programas Estaduais de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida das Instituições de Segurança Pública.
- Diagramação e impressão do Caderno Técnico: relações hierárquicas nas Polícias Militares brasileiras e seu Impacto na Qualidade de Vida dos Profissionais;
- Diagramação e impressão do Caderno Técnico: Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal.

PRODUTO 1.6 Jornadas de Direitos Humanos, concebidas e disseminadas	
METAS	- 8o Jornadas de Direitos Humanos até dezembro de 2009, prevendo a capacitação de 4.780 profissionais da área de segurança pública.
PRODUTO 1.7 Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, desenvolvida, por meio de pesquisas, estudos, avaliações e produção de conteúdos e artigos científicos e implementação do Site Institucional	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013
PRODUTO 1.8 Indicadores de monitoramento criados e pesquisas sobre o Projeto Bolsa Formação realizadas	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO J
PRODUTO 1.9 Rede Nacional de Educação à Distância – EAD, desenvolvida, por meio de pesquisas, estudos, avaliações produção de conteúdos e artigos científicos	
METAS	- Criação de indicadores de monitoramento e acompanhamento da Gestão Local e Federal; - 2 avaliações do processo de implementação do Projeto Bolsa Formação; - 2 pesquisas sobre os resultados do benefício sobre a população alvo e dos cursos na vida profissional dos agentes de segurança pública; - Desenvolvimento, estruturação e sistematização de relatórios qualitativos e quantitativos correlacionados com os dados existentes na plataforma da Rede Nacional de Educação à distância – EAD; - Produção de banco de imagens relacionados às atividades de Segurança Pública para utilização nos cursos produzidos pela SENASP, tanto na modalidade a distância quanto presencial; - Pesquisa sobre as práticas de gestão e utilização da Rede de Educação a Distância – Rede EAD/SENASP nos Estados e municípios; - Elaboração de “Trilhas da Tutoria” para 28 cursos da Rede Nacional de Educação a Distância.
Resultado 2 – Metodologias de Gestão das Instituições de Segurança Pública Modernizadas	
PRODUTO 2.1 Estrutura organizacional, física e administrativa da SENASP adequada às necessidades do SUSP	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013
PRODUTO 2.2 Projetos de segurança pública concorrendo a recursos do FNSP elaborados segundo a lógica de integração de ações de competência estadual com as de competência municipal	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013

PRODUTO 2.3 Gabinetes de Gestão Integrada (GGI, GGIR e GGIM E GGIFs), estruturados nos Estados e Regiões
METAS

- Oficinas para discussão dos resultados da avaliação de meio termo realizadas;
- Modelo de funcionamento dos GGIs;
- Planejamento estratégico dos GGI;
- Funcionamento do GGI e GGIR acompanhados de reuniões de trabalho;
- Diagnóstico sobre o funcionamento do GGI's e GGIR's;
- Materiais bibliográficos publicados;
- Instrumentos de avaliação e monitoramento dos Gabinetes de Gestão Integrada;
- Pesquisa sobre a implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada;
- metodologia e capacitação dos servidores da SENASP para realizar o Planejamento estratégico anual dos Gabinetes de Gestão Integrada;
- Modelo de sistema web de videoconferência entre os GGIs e Guia Nacional de Videomonitoramento para GGI Municipais;
- Conteúdo programático do curso de operador de videomonitoramento para GGI's;
- Análise e elaboração de conteúdos dos produtos oriundos do II e III Fórum de GGI Nacionais;
- Guia Técnico Nacional e Cartilhas didáticas para GGIs elaboradas, disseminadas e publicadas;
- Construção de novas diretrizes e produção do Guia Nacional de Videomonitoramento para GGI Municipais;
- Gabinetes de Gestão Integradas Municipais (GGI-M's);

PRODUTO 2.4 Procedimentos e padrões mínimos para as Polícias Estaduais, Bombeiros, Peritos e Guardas Municipais desenvolvidos e implantados

PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013

PRODUTO 2.5 Órgãos de controle de atividades em Segurança Pública apoiados e fortalecidos na perspectiva da prevenção
METAS

- Sistemas de denúncia avaliados e certificados;
- Proposta de projeto para a implementação do Sistema de Recebimento, Encaminhamento, Acompanhamento e Retorno de Denúncias encaminhadas à SENASP;
- Estudo de avaliação da metodologia de tratamento das denúncias encaminhadas à SENASP;
- Diretrizes para qualificar o controle interno da atividade policial;
- Procedimentos operacionais e padrões mínimos para apuração de denúncias;
- Metodologia e conteúdo de curso de formação para corregedores de polícia;
- Estrutura organizacional das Corregedorias desenvolvidas

PRODUTO 2.6 Sistema de gerenciamento das informações periciais fortalecido**METAS**

- Seminário para apresentação dos sistemas implantados nos estados realizado;
- Equipes dos estados capacitadas para operacionalização do sistema;
- Revisar diagnóstico dos institutos periciais;
- Desenvolver e adaptar sistema de informações gerenciais e periciais;
- Capacitar equipe técnica da SENASP na operacionalização do sistema;
- Disseminar aos estados e capacitá-los em sua utilização
- Diagnóstico da situação atual dos órgãos de perícia forense no país e no exterior focando desafios, boas práticas e aperfeiçoamentos;
- Estabelecer diretrizes para os órgãos de perícia forense, com foco em tecnologias, metodologias, ferramentas e equipamentos utilizados, conforme referências internacionais;
- Estudo relacionado à perícia forense, desenvolvido até dezembro de 2010;
- Programa de Educação Continuada para Profissionais da área de perícia forense;
- Procedimentos operacionais padronizados para a atuação da perícia oficial;
- Produção de novos procedimentos operacionais padronizados nas áreas prioritárias do Programa Brasil Mais Seguro;
- Realização do segundo Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil;
- Campanhas educativas para conscientização da necessidade de Preservação do Local de Crime, tanto para profissionais de segurança pública quanto para população em geral;
- Produção de Cartas de Serviços da Perícia Oficial e Manual de Elaboração de quesitos;
- Diagramação e impressão Cartas de Serviços da Perícia Criminal;

PRODUTO 2.7 Sistema das operações das forças policiais e guardas municipais fortalecido

PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO I

PRODUTO 2.8 Modelo de funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública concebido e implantado**METAS**

- Modelo de funcionamento da FNSP revisto, de acordo com a nova legislação em vigor;
- Experiência da FNSP disseminada junto aos demais países da América Latina e Caribe

PRODUTO 2.9 Modernização tecnológica das redes de informações para atuação operacional de Segurança pública, Justiça fiscalização, gestão da informação e expansão da integração das bases existentes**METAS**

- Modelo de funcionamento da FNSP revisto, de acordo com a nova legislação em vigor;
- Experiência da FNSP disseminada junto aos demais países da América Latina e Caribe;
- Data Center da SENASP modernizado;
- Sistemas de Informação da SENASP modernizados;
- Integração das informações de segurança pública, justiça e fiscalização de todas as Unidades da Federação e difusão dessas informações periodicamente;
- Desenvolvimento de processos, metodologias e instrumentos voltados à padronização da coleta, tratamento, análise, integração e divulgação de informações da área de segurança pública;
- Padronização das peças de Perícia Criminal;
- Pesquisa para levantamento do cenário tecnológico das instituições de Segurança Pública.

PRODUTO 2.10 Serviços de inteligência estruturados para apoiar as atividades preventivas e de controle dos Estados**METAS**

- Rede Nacional de Inteligência ampliada e monitorada;
- Estudos e atualização da doutrina de inteligência realizados;
- Rede Nacional de Inteligência ampliada e monitorada;
- Planejamento para realização de grandes eventos desenvolvido;
- Manual de inteligência, contra inteligência e operações de inteligência em segurança pública;
- Avaliação de 27 (vinte e sete) projetos;
- Certificado para reconhecimento das empresas que podem atuar na área;
- Estudos e Pesquisas sobre a Normatização dos Sistemas Estaduais de Inteligência de Segurança Pública.

PRODUTO 2.11 Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública para América Latina e Caribe implantado

PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO J

PRODUTO 2.12 Boas práticas em segurança com cidadania, identificadas, avaliadas, premiadas e disseminadas

PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013

PRODUTO 2.13 Pesquisas de vitimização, de práticas de prevenção à violência e de estatísticas de Segurança Pública e temas correlatos com a Segurança Pública, realizadas, aperfeiçoadas e divulgadas**METAS**

- Critérios de avaliação de padrões para pesquisa de vitimização elaborados;
- Pesquisa nacional de vitimização (2);
- Dados da pesquisa compilados, analisados, divulgados e publicados;
- Avaliação de práticas de prevenção do Observatório de Práticas de Prevenção;
- Resultados das avaliações anunciados em eventos e publicados;
- Módulos de coletas de dados para o Sistema Nacional de Estatística de segurança Pública (SINESP) implantados, aperfeiçoados, analisados e publicados;
- Gestores capacitados para atuarem de acordo com a metodologia desenvolvida;
- Análises temáticas com dados da 1ª. Pesquisa Nacional de Vitimização;
- 2 (duas) análises temáticas com dados de Segurança Pública no Brasil;
- 2 (dois) anuários de análises periódicas de estatísticas de segurança pública
- Produção de Base de Conhecimento para orientação de gestores da área de Segurança Pública para subsidiar a implantação, execução e avaliação de práticas de prevenção (Observatório de Práticas de Prevenção);
- Levantamento dos modelos de autos de prisão em flagrante nas Unidades da Federação;
- Concurso de Pesquisas Aplicadas “Pensando a Segurança Pública”;
- Análises dos resultados obtidos nos 11 estados com a implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras;
- Análises dos Programas, Ações e Projetos que tenham interfaces e se relacionem ao Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras;
- Estudos e pesquisas sobre a temática das políticas públicas de segurança de prevenção da violência, e sobre as ações já implementadas;
- Pesquisa para aferir a eficiência, sistematizar e avaliar os resultados e verificar a institucionalização da metodologia empregada pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD ante a Política Nacional de enfrentamento as drogas e de prevenção da violência, relacionando-a a outros Projetos de Segurança Pública voltados para jovens;
- Pesquisa para diagnosticar, mensurar e propor recomendações para aperfeiçoamento da capacidade operacional do PROERD em todo o território Nacional;
- Edição temática do Projeto Pensando a Segurança Pública focada na análise dos dados da 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização;
- 3ª Edição do Projeto Pensando a Segurança Pública;
- Análise da Execução Orçamentária 2011 a 2013 (Fundo e PRONASCI);
- Adequação da Revista Segurança, Justiça e Cidadania em uma edição digital (antigas e futuras);
- Análise de consistência e fluxo dos dados do Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Pesquisa, coleta e análise de dados, destinada a produção do relatório Diagnóstico sobre os principais problemas e respectivas demandas, atuais e emergentes, na gestão da segurança pública no Brasil;
- Pesquisa e coleta de dados, destinada a produção de relatório contendo um Compêndio de boas práticas, na gestão da segurança pública no Brasil;
- Realização de pesquisa da vida útil dos bens adquiridos por intermédio de convênios ou doação, às instituições de segurança pública dos estados e municípios, com recursos do fundo nacional de segurança pública – FNSP;
- Pensando a Segurança Pública – Edição PNRH;
- Avaliação final do projeto BRA/04/029, com ênfase na efetividade dos resultados alcançados durante sua vigência.

PRODUTO 2.14 Estudos, diagnósticos, avaliações e implementação de metodologias elaborados para a Força Nacional de Segurança Pública	
METAS	- Estudo sobre a implementação da Força Nacional; - Modelo de funcionamento da Força Nacional, de acordo com a legislação em vigor; - Experiência da Força Nacional de Segurança Pública, disseminada junto aos demais países da América Latina e Caribe; - Manual de Padrão mínimo de atuação; - Metodologia para acompanhamento psicológico dos integrantes da Força Nacional; - Metodologia para o acompanhamento pedagógico dos cursos da Força Nacional; - Avaliação do impacto dos cursos da Força Nacional; - Modelo de funcionamento das bases aero policiais da Força Nacional. - Produção de conteúdos sobre normas gerais de ação e procedimentos padrão para integrantes do DFNSP; - Pesquisas sobre o resultado da atuação da Força Nacional nas unidades da Federação; - Proposta curricular para os cursos de nivelamento do conhecimento de acordo com as diretrizes pedagógicas da SENASP; - Pesquisa, coleta de dados, relatos, e imagens que retratem o histórico da Força Nacional de Segurança Pública.
PRODUTO 2.15 Arcabouço metodológico e técnico para a implantação do Centro de Estudos e Formação Continuada para Docentes da área de Segurança Pública para a América Latina e Caribe – TREINASP desenvolvido	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO J
PRODUTO 2.16 Arcabouço metodológico e técnico para a implantação do Centro de Competência em Aviação de Segurança Pública	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013

Resultado 3 – Políticas de Prevenção à Violência fomentadas no âmbito do SUSP**PRODUTO 3.1 Unidades de segurança pública e seus profissionais preparados para atuar em comunidades****METAS**

- Profissionais de segurança pública capacitados na redução da oferta e da demanda do uso de substâncias psicoativas (PROERD);
- 10 cursos de multiplicador de polícia comunitária;
- Materiais didáticos e de divulgação produzidos e publicados;
- Contratação de agências implementadoras universidades para estudo diagnóstico de impacto institucional de polícia comunitária;
- Seminário de seleção e premiação de melhores experiências;
- Modelos de guardas municipais implantados e disseminados;
- Pagamento de inscrição para 30 (trinta) pessoas participarem dos encontros do DARE nos EUA;
- Modelo de Gestão em Prevenção, implantado e disseminado;
- Diagnóstico de impacto institucional das ações de Polícia Comunitária;
- Diagnóstico de impacto institucional das ações do PROERD;
- Avaliação da implantação da nova metodologia de trabalho do PROERD;
- Desenvolvimento e teste de conteúdo voltado para o atendimento de crianças e adolescentes nas instituições de segurança pública;
- Avaliação das Delegacias Especializadas de Criança e Adolescente e elaboração de norma técnica de funcionamento;
- Mapeamento e Avaliação das Delegacias Especializadas de atendimento de Idosos, de mulheres e segmento LGT, além de delegacias especializadas de homicídios e de drogas;
- Estudos para subsidiar a elaboração de Normas Técnicas de Padronização para Delegacias especializadas;
- Subsídios Conceituais e Metodológicos visando a criação de um marco referencial que auxilie na implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública, decorrente do Plano Estratégico de Fronteiras;
- Desenho do marco teórico conceitual para atuação dos profissionais de segurança pública no âmbito do “Programa Crack é Possível Vencer”;
- Sete (7) cursos de Convivência e Segurança Cidadã, sendo cada curso com 80 horas e um encontro nacional para apresentação dos projetos selecionados;
- Quatro (4) rodas de diálogos segundo a metodologia do Educomunicação aplicada pelo PNUD;
- Oficinas para definição de diretrizes para a criação de observatórios de segurança;
- Guia prático sobre a Campanha Nacional do Desarmamento Voluntário da População;
- Construção de diretrizes nacionais para projeto de prevenção à violência contra a pessoa com deficiência;
- Documento de referência acerca das múltiplas identidades e missões socioprofissionais das Guardas Municipais;
- Desenho de procedimentos operacionais padronizados para abordagem de populações em situação de risco por profissionais de segurança pública.

53

PRODUTO 3.2 Comunidades, Conselhos e gestores preparados para atuar no campo da Segurança Cidadã**METAS**

- Material didático para cursos de capacitação de lideranças comunitárias;
- 2700 líderes comunitários capacitados para o exercício das atividades atinentes aos Conselhos Comunitários de Segurança;
- Cinco cursos regionais de capacitação realizados;
- Seminários de sensibilização junto aos gestores municipais e sociedade civil visando estimular a criação de conselhos de segurança cidadã e fortalecer a atuação de outros conselhos relacionados ao tema realizados;
- 2 sessões dos cursos de gestão em Segurança Cidadã;
- Fundamentação legal, conceituação, definição de estrutura básica de Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Pública;
- Elaborar estratégias de fomento de participação social nas políticas de segurança pública;
- Guia de Prevenção da Violência para Municípios da SENASP, incluindo as novas políticas da Secretaria que se relacionam com o tema;
- Mapeamento dos fluxos de armas e munições no Brasil para pautar a Política Nacional de Desarmamento.

PRODUTO 3.3 Projetos de Polícia e segurança comunitária selecionados e implantados	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO G
PRODUTO 3.4 Núcleos e Mediação Pacífica de conflitos estruturados criados e estruturados em 10 polos descentralizados no país, operando como parte do TREINASP	
METAS	- 2 núcleos implantados e equipados; - Equipes técnicas dos núcleos treinada; - Mapeamento das metodologias de mediação existentes realizado; - Princípios básicos para aplicação da mediação definidos; - Sistema de monitoramento dos núcleos; - Projeto justiça comunitário fortalecido, incluindo a capacitação de agentes comunitários para atuação ampliada no Distrito Federal; - Adaptação de veículos para instalação de núcleos móveis; - 3 núcleos monitorados, equipes atualizadas com novos treinamentos, núcleos trabalhando em rede; - Mediação pacífica de conflitos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor incluídas na grade curricular e apoio metodológico de material didático.
PRODUTO 3.5 Conselhos intermunicipais, municipais e comunitários estimulados e fortalecidos	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO G
PRODUTO 3.6 Processo de regularização fundiária viabilizado em áreas de conflito social urbano	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO J
PRODUTO 3.7 Legado social dos Jogos Pan-americanos disseminado	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO I
PRODUTO 3.8 Mapeamento das metodologias, nacionais e internacionais, e dos serviços de resolução não violenta de conflitos existentes no âmbito das instituições de segurança pública, realizado	
	PRODUTO CANCELADO NA REVISÃO 2013
PRODUTO 3.9 Estudos para aprimoramento do modelo de funcionamento e desenvolvimento do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e dos Conselhos Institucionais de Segurança Pública	
METAS	- Modelo de integração e funcionamento sistêmico entre os conselhos institucionais de segurança pública, propondo um desenho legalmente fundamentado para o SUSP; - Estratégias de informação para remodelação do portal do CONASP, com vistas a alcançar a participação democrática dentro dos três segmentos envolvidos com a temática da segurança pública; - Avaliar e monitorar o CONASP, de forma a ampliar o cumprimento de sua finalidade enquanto instância participativa de formulação e fiscalização das políticas públicas de sua área de competência; - Estratégias de informação, divulgação e editoração dos materiais produzidos pelo CONASP; - Estratégias de mobilização dos atores do Sistema de Justiça Brasileiro, visando sua integração no processo de reestruturação do CONASP; - Estratégias de articulação da Política Nacional de Segurança Pública e das atividades do CONASP com a comunidade em geral; - Estudo qualitativo sobre perfil e atuação dos conselhos institucionais (municipais e estaduais) de segurança pública; - Estudo para a criação de um sistema para interface pública dos resultados do monitoramento do CONASP – Observatório Nacional de Segurança Pública – e para interface pública com os demais Conselhos de Segurança Pública no país; - Estratégia de mobilização e atuação para gestão do CONASP; - Sistematização e análises de pesquisas produzidas na área da segurança e da justiça no país com vistas à produção de um livro institucional do CONASP; - Metodologias participativas de atuação e interlocução do CONASP com a sociedade civil e instituições do Estado.
PRODUTO 3.10 Metodologias para produção de subsídios para as discussões da 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública	

METAS	- Dez (10) cursos de Convivência e Segurança Cidadã; - Produção do texto base para a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública; - Edição Especial de Pesquisas do Pensando a Segurança; - Articuladores e mobilizadores contratados, capacitados e treinados para atuação nos Estados; - Feira de experiências em Segurança Cidadã.
Resultado 4 – Gestão Eficiente do Projeto	
PRODUTO 4.1 Programas e ações do Projeto monitoradas, avaliadas e disseminadas	
METAS	- Equipe interna da SENASP treinada em ferramentas de acompanhamento e monitoramento; - Memória do projeto documentada; - Realização de Avaliação de Outcomes nas Áreas de Segurança Pública e Judiciário Humanizado.

Fonte: PRODOC BRA/04/029 e suas revisões substantivas. Elaboração própria.

Para realizar, então, a avaliação da eficácia do projeto, ou seja, aferir se as metas estabelecidas foram cumpridas, foram analisadas as atividades a partir de seu agrupamento nos quatro resultados esperados do projeto. Em cada subitem que se segue, são apresentados resumos das principais atividades que decorreram da realização do plano de ação referente aquele objetivo imediato.

A ausência de documentos relativos a algumas revisões substantivas impediram a composição do histórico de alterações do Projeto de forma completa, de forma que optou-se por trabalhar com a compilação dos dados das revisões disponíveis, estabelecendo como parâmetro final, em caso de dúvidas, as informações contidas na revisão substantiva aprovada em 2016. A revisão substantiva de 2016 foi última fonte de alterações consideradas, fechando uma análise histórica de todas as outras revisões disponibilizadas que a precederam⁷.

55

3.1. Resultado 1: Sistema Integrado de Educação apoiado

Para realização do Resultado 1 do Projeto, Sistema Integrado de Educação apoiado, foram realizadas diferentes ações agrupadas em 6 conjuntos de atividades. Essas atividades priorizaram a realização de cursos de capacitação em benefício de policiais e de atores relacionados ao planejamento e execução das políticas de segurança pública, a exemplo de instituições de ensino voltadas para a área e redes nacionais e regionais de estudos sobre segurança.

Percebeu-se que houve um esforço relevante na realização de cursos de capacitação, foco, por exemplo do primeiro produto previsto para esse resultado esperado. O Curso de Protagonismo Policial, em cujas turmas realizadas pelo país inteiro foram formados mais de 4.000 profissionais da área de segurança pública, superou a meta estipulada originalmente. O curso foi um importante instrumento de

⁷ Foram disponibilizadas as Revisões A (planejamento original), D, G, I e J, 2013, 2015.1, 2015.2 e 2016.

qualificação para as polícias, abordando assuntos como a criminalização da pobreza e o papel do policial como agente de transformações sociais.

Com duração média de 4 dias, o ESCOPPOL, como ficou conhecido o curso de protagonismo policial, recebeu aportes financeiros do projeto para a elaboração da metodologia de realização, elaboração e impressão de materiais e também para a realização de workshops focados em temáticas relevantes para tratamento da juventude no âmbito da segurança pública. Foi um marco inicial importante para abrir os caminhos para a efetivação de um sistema integrado de educação que pudesse difundir as bases e capacitar profissionais nas diretrizes de um projeto que entende e dissemina a segurança pública a partir do conceito de cidadania.

Não apenas o ESCOPPOL foi realizado no âmbito deste produto. Os relatórios de progresso identificam uma série de ações realizadas, embora não sejam claros, nos registros que sucedem o ano de 2008, sobre a quantidade de profissionais formados em cada uma delas. Essa ausência do registro pormenorizado, impede a verificação total da realização da meta, embora demonstre a realização de diferentes atividades de formação no âmbito dos objetivos esperados pela segunda fase do Projeto Segurança Cidadã.

Entre 2009 e 2015, a maior parte dos investimentos foram feitos em apoio logístico, contratação de serviços gráficos, emissão de passagens e hospedagens para participação em encontros e reuniões técnicas, bem como aquisição de equipamentos e materiais diversos para viabilizar a realização de eventos.

Em relação ao produto 1.2 - Curso de Intervenção Operacional Qualificada, em conformidade com a matriz curricular integrada, ressalta-se a diversidade de ações realizadas pelo projeto. Foram investidos recursos em realização de eventos de formação, participação em eventos externos para capacitação em temas relevantes para a qualificação operacional e produção de materiais técnicos, com participação de profissionais de diferentes localidades do país. Nesse escopo, chama atenção também a produção de Cadernos Temáticos de Referência sobre Abordagens Investigativas, contemplando temas como infração penal contra criança e adolescente, infração penal contra mulheres, homicídios, drogas ilegais e indicadores de acompanhamento da efetividade dos processos de investigação criminal.

Algumas atividades realizadas no âmbito o produto 1.2 e seus descritivos, de forma não-exaustiva, podem ser verificados no quadro abaixo, conforme registros realizados a partir dos relatórios de progresso anual disponibilizados para a avaliação externa. Não foram consideradas na listagem as contratações referentes a serviços comuns, como apoio logístico, contratações para revisão gramatical ou outros itens de expediente comum da Administração pública, realizados enquanto ainda não havia vedação formal por parte do TCU a respeito da possibilidade de realização desse tipo de aporte pelo Projeto.

QUADRO 7 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 1.2 Cursos de intervenção operacional qualificada, em conformidade com a matriz curricular integrada		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	Curso Tripulante Operacional Curso Instrutor de Guias de Cães Farejadores Treinamento Equipes de Cães Farejadores Curso Guias Cães Farejadores Curso Instrutor Condutor Cães Busca E Resgate Curso De Condutores Cães De Busca E Resgate Curso De Condutores Cães Farejadores Drogas Curso Inteligência Em Seg. Públ. – Módulos I, II, III E IV	285 cursistas formados
2007	Curso de Gerenciamento de Bombas Seminário sobre Tráfico Ilícito de Materiais Nucleares e Radioativos II TREINAR: Treinamento no Comércio Legal e no Combate ao Tráfico de Armas de Fogo, Munições e Explosivos Seminário sobre Tráfico Ilícito de Materiais Nucleares e Radioativos Jornadas de Direitos Humanos I Seminário Internacional Brasil/França: investigação criminal nas fronteiras Cursos de Sistema de Comando de Incidentes TREINAR – Venezuela	25 cursistas formados 100 cursistas formados 62 cursistas formados 25 cursistas formados 510 cursistas formados 78 cursistas formados 840 cursistas formados 45 cursistas formados
2008	Curso Internacional de Capacitação em Técnicas Operacionais com foco em Fronteiras Curso de Análise Criminal – Nível Multiplicadores Curso de Técnico Explosivista Policial Curso de Estratégias de Conservação da Natureza – 1ª edição Treinamento no Comércio e no Combate ao Tráfico de Armas de Fogo, Munições e Explosivos (TREINAR) Seminário Internacional Brasil / França: Polícias Judiciárias nas Fronteiras Curso Internacional em Técnicas Operacionais com foco nas Fronteiras Curso Sub-Regional de Segurança Portuária Cursos Nacionais de Multiplicadores de Sistema de Comandos de Incidentes 8º Curso Nacional de Treinamento em Técnicas de Investigações para o Controle de Armas de Fogo, Munições e Explosivos (realizado em Letícia – Colômbia) Curso de Formação de Multiplicadores de Uso Progressivo da Força e de Técnicas e Tecnologias não Letais e o Seminário Internacional de Segurança Pública.	1.633 cursistas formados
2009	Desenvolvimento e implantação dos sistemas e das rotinas complementares na plataforma de tecnologia da Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública, pertencente à SENASP/MJ Tradução de 3 (três) cursos da Rede de Educação a Distância: Polícia Comunitária, Tráficos de Seres Humanos e Elaboração de Materiais para a Educação a Distância, da língua portuguesa para a língua espanhola, considerando a participação dos integrantes dos países membros e associados do Mercosul Contratação de consultoria especializada para elaboração e organização de textos sobre temáticas relacionadas à Segurança Pública, constituindo cadernos para compor a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública	Sistema Documento Documento

	Desenvolvimento de material didático e realização de treinamento com os alunos do Curso de Análise Criminal	Sem registro
	Emissão de passagens aéreas para os alunos e instrutores do 6º Treinamento no comércio Legal e no combate ao Tráfico de Armas de Fogo, Munições e Explosivos (VI TREINAR).	Sem registro
	Apoio à Realização do II Curso de Análise Criminal – Nível Multiplicador (serviços de impressão gráfica de apostilas, tradução simultânea, emissão de passagens, pagamento de diárias).	Serviços
	Realização de viagem de colaborador eventual, incluindo emissão de passagens e pagamento de diárias, para participação no CODIS TRAINING CLASS JUNE 2009	01 cursista formado
	Realização de viagens de 2 (dois) colaboradores eventuais, incluindo passagens e diárias, para participarem do Curso Intensivo em Metodologia Quantitativa	02 cursistas formados
	Apoio a realização do Curso de Alocação da Força de Tarefa, com a emissão de passagens e pagamento de diárias.	Sem registro
	Apoio à realização do III Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, incluindo o pagamento de inscrições, emissão de passagens e pagamento de diárias.	Sem registro
	Apoio à realização do Curso de Operações Antissequestro (emissão de passagens e pagamento de diárias).	Sem registro
	Viabilização da participação de servidores e colaboradores eventuais no XXI Congresso da Academia Internacional de Medicina Legal, com o objetivo de promover a educação continuada de instrutores e coordenadores de ações de ensino da SENASP em especialidade de medicina legal pouco desenvolvida no Brasil (emissão de passagens e pagamento de diárias).	Sem registro
	Apoio à realização do Seminário Nacional sobre Homicídios (emissão de passagens e pagamento de diárias).	Sem registro
	Curso de Análise Criminal – Nível Multiplicadores.	Sem registro
2013	Elaboração de cadernos técnicos de referência	Documento
2014	Elaboração da versão atualizada da Matriz Curricular Nacional (MCN)	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Sobre fortalecimento de academias de polícia, objeto do produto 1.4, o projeto apoiou a elaboração de conteúdo para a formação de profissionais ligados às academias, equipagem de bibliotecas com acervo qualificado, formação de agentes multiplicadores em formação profissional na área sensível às instituições beneficiadas, além de programas de capacitação para Coordenação de Perícia e projeto de criação da Escola Nacional de Segurança Pública.

No que tange a Escola Nacional de Segurança Pública, a elaboração do projeto estruturou-se de forma a contemplar a formação integrada proposta para a área de segurança, na perspectiva da cidadania,

coordenando ações com esforços também realizados pela SENASP, a exemplo das Redes Nacionais de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) e de Educação a Distância para Segurança Pública (Rede EaD), conforme se verá mais adiante na descrição das realizações físicas do Projeto.

O escopo relacionado a estudos e pesquisas também foi relevante na perspectiva do produto 1.4 – *Academias de Polícia Fortalecidas*, contemplando estudos sobre diretrizes para implantação da Matriz Curricular Nacional associada à formação policial, criação e implantação de projetos pedagógicos junto a unidades de ensino e profissiografia e mapeamento de competências das polícias civil e militar e do corpo de bombeiro militar, com vistas a subsidiar as políticas futuras de formação profissional desta categorias.

De forma não exaustiva, pode-se verificar a realização de atividades ao longo da execução do projeto, conforme informações disponibilizadas nos relatórios de progresso disponibilizados. Novamente, foram desconsideradas ações de caráter logístico, sendo dada a preferência aquelas que tenham direta relação com a efetividade das ações propostas frente aos resultados esperados.

QUADRO 8 – Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 1.4 Instituições de Ensino na área de Segurança Pública fortalecidas		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2008	5ª Conferência Ibero-Americana IADIS, realizada na Cidade de Lisboa, no período de 10 a 12 de dezembro de 2008	03 cursistas formados
2009	Planejamento das atividades de coordenação da implementação do Projeto Sistema de Aperfeiçoamento das Instituições de Ensino de Segurança Pública	Documento
	Contratação de empresa especializada para publicação de 03 (três) volumes com diferentes temas compondo a Coleção Segurança com Cidadania.	Documento
2010	Contratação de consultoria especializada para elaboração da Matriz Curricular Nacional – 2011 – 2014.	Documento
2011	Apoio na elaboração da versão atualizada da Matriz Curricular Nacional (MCN)	Documento
2015	Elaboração do Projeto de criação da Escola Nacional de Segurança Pública; Estudo sobre o processo de ingresso nas corporações e estrutura curricular (PC, PM, BM e GM)	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Considerando o escopo previsto para o produto 1,5 Programa de qualidade de vida para os agentes da segurança pública implantado e disseminado, chama a atenção o desenho plural proposto para a estratégias de garantia da qualidade de vida dos agentes da segurança pública. Os estudos e cursos realizados trataram de prevenção ao suicídio, abuso de drogas, estresse, relações hierárquicas nas polícias

militares, entre outros assuntos que compuseram o próprio programa de qualidade de vida dos agentes da segurança.

Todo esse conteúdo programático foi derivado de uma série de estudos diagnósticos, também financiados com aportes do Programa, que incluíram diferentes pesquisas e levantamento de dados sobre necessidades e demandas para a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, bem como identificaram as ações em execução ou finalizadas de forma bem sucedida em contextos similares. O Projeto também financiou a diagramação e impressão dos estudos e pesquisas realizados, bem como de materiais derivados da Programa de Qualidade de Vida para os Agentes da Segurança Pública.

O quadro abaixo aponta um conjunto não exaustivo de atividades realizadas o âmbito deste produto.

QUADRO 9 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.5 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 1.5 Programa de qualidade de vida para os agentes da segurança pública implantado e disseminado		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2009	- Levantamento de informações que consolidem um perfil profissiográfico e o mapeamento de competências dos profissionais das Instituições Estaduais de Segurança Pública (PC, PM e CBM);	Documento
	- Implementação do Programa Nacional de Qualidade de Vida para a Segurança Pública;	Documento
	- Pagamento de inscrições, emissão de passagens e pagamento de diárias para gestores estaduais e representantes da SENASP que atuam na área de saúde participarem do 9º Congresso de Stress, do 1º Congresso Brasileiro de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho e 11º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho	Sem registro
	- Guia de Elaboração de Projetos Biopsicossociais para Servidores da Segurança Pública;	Documento
	- Elaboração das diretrizes para o Plano nacional de Qualidade de Vida;	
2011	- Apoio na construção de avaliação histórica e documental das estratégias, processos e políticas de gestão com enfoque em profissionais mulheres do quadro efetivo das instituições de segurança pública para elaboração de um perfil nacional dessas servidoras;	Documento
	- Revisão documental, construção de indicadores qualitativos e quantitativos e para o desenho de um sistema de monitoramento, que possibilitem a análise dos insumos, do esforço empreendido na implementação, e dos resultados e impactos das ações de valorização profissional, condições de trabalho e saúde na segurança pública;	Documento
	- Perfil de prevalência de fontes estressoras em operadores de segurança pública;	Documento
	- Caderno técnico a partir de consolidação de um protocolo de intervenção em ocorrências de risco e incidentes críticos visando à prevenção de estresse pós-traumático na segurança pública;	Documento
	- Mapeamento e diagnóstico institucional com vistas à estruturação de serviço de acompanhamento psicossocial para a Força Nacional de Segurança Pública;	Documento
2015	- Diagramação e impressão do Caderno Técnico: Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal;	Documento

- Diagramação e impressão do Caderno Técnico: relações hierárquicas nas Polícias Militares brasileiras e seu Impacto na Qualidade de Vida dos Profissionais

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Ação relevante do produto 1.6 do projeto foi a Jornada de Direitos Humanos, concebida para subsidiar a disseminação de formação em pautas essenciais para a consolidação dos princípios da segurança cidadã entre os profissionais da área. As jornadas aconteceram em diferentes locais do país, formando cerca de 5.000 profissionais da segurança pública. Foram realizadas mais de 80 jornadas, cada um com carga-horária de 40h, tendo como tema central Estudo e Pesquisa em Segurança Pública com Cidadania. Seu objetivo foi contribuir para a criação de uma cultura nacional de deveres e direitos humanos, solidariedade e paz social, consubstanciada em uma política de segurança que leva em consideração a dignidade de todos e a responsabilidade do Estado em garantir a segurança sem desrespeitar os direitos dos indivíduos e da coletividade.

QUADRO 10 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 1.6 Jornadas de Direitos Humanos, concebidas e disseminadas		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2008	Contratação do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA para a realização de 48 Jornadas de Direitos Humanos Aquisição de material didático para a realização de 8 Jornadas de Direitos Humanos, 4 Curitiba e 4 Alagoas, foram capacitados 480 profissionais da área de segurança pública.	- 480 cursistas formados
2009	Jornadas de Direitos Humanos	3.901 cursistas formados
2010	32 (trinta e duas) Jornadas Formativas de Direitos Humanos	1.920 cursistas formados
2011	Finalização das Jornadas Formativa de Direitos Humanos	-

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 1.7 *Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, desenvolvida, por meio de pesquisas, estudos, avaliações, eventos acadêmicos e produção de conteúdos e artigos científicos* foi mais um pilar da construção do sistema integrado de ensino proposto pelo resultado esperado 1 do Projeto. Como dito anteriormente, a formação de um sistema integrado de ensino na área de segurança privilegiou abordagens que, somadas, pudessem trabalhar diferentes contextos, públicos e limitações logísticas observadas na área de segurança pública. A necessidade de formação de profissionais em grande quantidade motivou a criação da Rede Nacional de Educação a Distância, que, no âmbito do Projeto, foi pensada, fundamentada, articulada e operacionalizada para cumprir os objetivos de alinhamento das políticas de segurança pública em torno da pauta da cidadania.

A Rede EaD – SENASP, também resultado dessa série de estudos e da proposição fundamentada pelos esforços desse produto realizado, é hoje uma realidade e continua em operação contínua na proposição de formação continuada para os profissionais de segurança pública. A figura abaixo é uma ilustração do sítio por meio da qual opera a Rede Ead – SENASP: <http://portal.ead.senasp.gov.br/>.

FIGURA 4 - Sítio eletrônico da Rede Ead - SENASP



Fonte: <http://portal.ead.senasp.gov.br/>

Parte desse esforço resultou na criação de indicadores de monitoramento e acompanhamento da gestão da segurança pública nos âmbitos estadual e federal, bem como deu origem aos estudos avaliativos referentes à efetividade das políticas de formação financiadas pelo Projeto. Vale ressaltar a realização da ação nomeada de “Trilhas de Tutoria”, que têm o objetivo de construir, orientar e aprimorar, no âmbito

pedagógico, a atividade dos tutores da Rede Nacional EAD/SENASP, visando uma melhor aplicabilidade dos conteúdos programáticos dos cursos.

A situação do cumprimento das atividades previstas pode ser verificada de forma compilada nos quadros que se seguem, que resumem as intervenções realizadas no âmbito deste resultado esperado ao longo da execução do Projeto, excetuando-se ações de apoio logístico.

QUADRO 11 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 1.7 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 1.7 Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, desenvolvida, por meio de pesquisas, estudos, avaliações, eventos acadêmicos e produção de conteúdos e artigos científicos		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2010	- Atlas do II Encontro de Áreas Educativas em Segurança Pública um Guia de Orientação aos Docentes que participam das ações formativas promovidas pela SENASP; - Elaboração de termos de referência voltados ao fortalecimento da Rede de Ensino a Distância da SENASP; - Mecanismos de acompanhamento de 48 convênios, apoio a realizações de reuniões técnicas, apoio às capacitações da equipe da disciplinar e coleta de informações do Projeto; - Relatórios e guias para subsidiar a equipe da RENAESP no credenciamento e contratação das instituições participantes da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança;	
2011	- Trilhas da Tutoria para 30 cursos da Rede Nacional de Educação a Distância; - Elaboração e revisão de questões objetivas (múltipla escolha), criação de questões dissertativas para o banco de provas da Plataforma da Rede Nacional de Educação a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rede EAD – SENASP);	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

3.2. Resultado 2: Metodologias de Gestão das Instituições de Segurança Pública Modernizadas

O segundo resultado do Projeto esteve focado em viabilizar instrumentos e metodologias para a modernização da gestão das instituições de segurança pública. Seu escopo abrangeu atividades de formação por meio de investimento em cursos e/ou participação em eventos temáticos na área de gestão em segurança pública. Também foram investidos recursos no desenho e implantação de sistemas informatizados de apoio ao controle de dados relativos às ocorrências criminais e análise de dados a partir da perspectiva georreferenciada.

O quadro abaixo demonstra de forma não exaustiva as atividades realizadas no âmbito do produto 2.1 - Estrutura organizacional, física e administrativa da SENASP adequada às necessidades do SUSP, conforme informações disponibilizadas nos relatórios de progresso disponibilizados.

QUADRO 12 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.1 Estrutura organizacional, física e administrativa da SENASP adequada às necessidades do SUSP		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- I CONGR. INTERAMERICANO EDUCAÇÃO EM D.H.	20 cursistas
2007	- Curso a Distância de Prevenção ao Delito Local - Capacitação da equipe do Projeto BRA 04/029 em Língua Espanhola	01 cursista formado 06 cursistas formados
2009	- Elaboração de 11 (onze) questionários eletrônicos, com interface Web, do Módulo Perfil dos Órgãos de Segurança Pública do Sistema Nacional de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINEPSJC; - Sistema de análise de dados espacial com informações secundárias disponíveis coletadas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; - Ferramenta de simulação computacional pedagógica para o treinamento de alunos das academias de polícia no que tange a alocação da força de tarefa policial; - Serviços web referente ao Sistema de Cadastro de Currículos; - Sistema nacional de indicadores de desempenho de segurança pública; - Avaliação do processo de implementação da Matriz Curricular Nacional nas Instituições de Ensino de Segurança Pública; - Diagnóstico situacional com a indicação de medidas corretivas, otimização da gestão do acompanhamento de contratos, no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública; - Contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento de um sistema WEB para a coleta de ocorrências criminais e de fatores condicionais provocadores dessas ocorrências em mapas georreferenciados; - Contratação de consultoria especializada para realizar avaliação da percepção dos usuários da plataforma de Educação a Distância da SENASP; - Avaliação dos Cursos de Especialização - RENAESP, em visitas in loco das IES credenciadas junto ao Ministério da Justiça, para a realização de Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública; - Contratação de serviços de operação técnica, captação de imagens e edição para a produção e gravação de conteúdos em vídeos destinados à Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública.	
2010	- Sistema de análise de dados espacial com informações secundárias disponíveis coletadas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; - Ferramenta de simulação computacional pedagógica para o treinamento de alunos das academias de polícia no que tange a alocação da força de tarefa policial.	Sistema Sistema
2011	- Levantamento, pesquisa e análise de conteúdo, perfis e comunidades presentes na WEB cujo conteúdo esteja relacionado com os seguintes assuntos correlacionados entre si: Segurança Pública, violência, crimes, Poder Público e atividades da polícia e da justiça.	
2012	Satisfação da população com os serviços de segurança pública ampliada. Acompanhamento da implantação do Padrão de Gestão (por resultados) voltado para as Secretarias Estaduais e Municipais de Segurança Pública e das ferramentas de gestão para subsidiar o funcionamento desses órgãos.	

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 2.2 – *Projetos de segurança pública concorrendo a recursos do FNSP elaborados segundo a lógica de integração de ações de competência estadual com as de competência municipal* privilegiou a realização de cursos, seminários e eventos de formação. Além dessas ações, foram investidos recursos na elaboração de manuais, documentos técnicos, estudos e pesquisas, com vistas a produzir subsídios para melhor estruturar, a partir da integração de políticas estaduais e municipais, as propostas a serem submetidas ao FNSP.

O quadro abaixo aponta as atividades realizadas nesse produto ao longo do tempo, conforme informações disponibilizadas nos relatórios de progresso disponibilizados. Foram retiradas as informações relativas a apoio logístico e serviços comuns, permanecendo registros relacionados apenas às entrega finais esperadas pelo produto.

QUADRO 13 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.2 Projetos de segurança pública concorrendo a recursos do FNSP elaborados segundo a lógica de integração de ações de competência estadual com as de competência municipal		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS - SEMIN. LATINO AMERICANO SEGURANÇA PÚBLICA	279 cursistas
2007	- Curso de Gestão em Segurança Pública - Publicação de manual “Modernização de Polícias Cíveis	34 cursistas formados Documento
2008	- Contratação de consultoria especializada para atuar na formação de gestores estaduais e municipais em relação à gestão de projetos na área de segurança pública	Sem registro
2010	- Pesquisa exploratória nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia sobre letalidade da ação das polícias brasileiras e a vitimização à qual os profissionais de segurança pública são submetidos, com vistas a subsidiar o Ministério da Justiça na elaboração de políticas públicas de redução da letalidade e vitimização policial.	Documento
	- Elaboração e aplicação de mecanismos de acompanhamento e análise das ferramentas disponibilizadas pela Rede de Educação a Distância (fóruns, chats, tutoria)	Documento
	- Levantamento do histórico e sistematização da metodologia das ações desenvolvidas pelo DEPAID, com a finalidade de produção de um registro e memória de forma a que as estratégias para a implementação das referidas ações possam ser acompanhadas pelos futuros gestores da Administração.	Documento
	- Consultor especializado para organizar a elaboração da publicação preliminarmente denominada Vade Mecum da Segurança Pública.	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Ainda sobre o produto 2.2, chama atenção a produção do Documento VADE MECUM Segurança Pública⁸, realizado no ano de 2010, que apresenta um conjunto de informações sobre as políticas na área

⁸ Disponível em https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/1vademecum_segpub.pdf. Acesso em 10.12.2016

de segurança pública a partir de sua perspectiva integrada entre os entes federativos. O Vade Mecum da Segurança Pública foi constituído para ser um guia de consulta rápida com o registro das ações realizadas, nestes últimos anos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e que sistematiza as principais políticas de Estado para o setor.

Está subdividido nos seguintes capítulos:

- i. Políticas estruturantes;
- ii. Políticas para educação em segurança pública;
- iii. Políticas para valorização do profissional de segurança pública;
- iv. Políticas para prevenção da criminalidade e violência;
- v. Políticas de controle interno e externo;
- vi. Políticas de participação da sociedade na segurança pública;
- vii. Perícia forense;
- viii. Políticas de informação e gestão do conhecimento
- ix. Políticas de informação e gestão do conhecimento: INFOSEG;
- x. Políticas para grandes eventos;
- xi. Municípios e segurança pública;
- xii. Diretrizes.

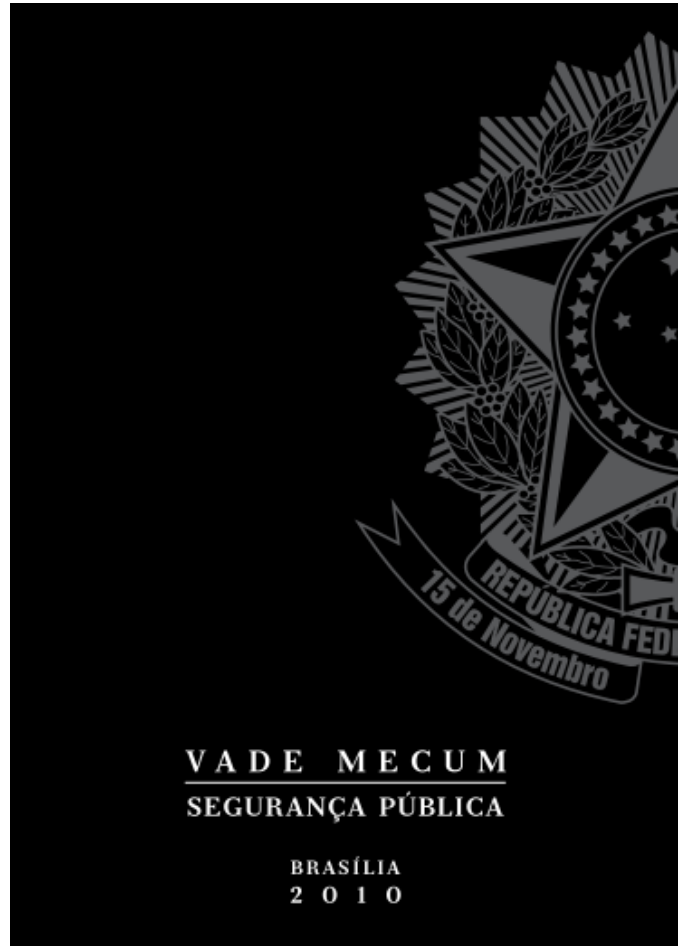


FIGURA 5 - Vade Mecum - Segurança Pública. Brasília, 2010

O produto 2.3 – *Gabinetes de Gestão Integrada (GGI, GGIR e GGIM E GGIFs)*, estruturados nos Estados e Regiões priorizou a realização de ações para estruturação dessas unidades de planejamento e execução de políticas de segurança pública, por meio do fortalecimento de suas instâncias deliberativas e executivas junto aos diferentes entes responsáveis pela indução das ações relacionadas à política da segurança pública no país.

Os relatórios de progresso indicam as ações realizadas no âmbito desse produto, que são compiladas no quadro abaixo, excetuando-se as ações de apoio logístico e realização de serviços comuns, quando houve.

QUADRO 14 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.3 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.3 Gabinetes de Gestão Integrada (GGI, GGIR e GGIM E GGIFs), estruturados nos Estados e Regiões		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- Passagens e outras despesas que viabilizaram o GGI	Sem registro
2007	- Realização de diagnósticos da implantação dos GGIs - Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública	Documento 01 cursista formado
2008	- Encontros Regionais e Temáticos dos Gabinetes de Gestão Integrada	132 cursistas formados
2009	- Livro Gestão Integrada em Segurança Pública no Brasil - Realização de viagens de consultores, incluindo a emissão de passagens e pagamento de diárias, para a implementação e acompanhamento dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs, GGIRs e GGIMs). - Desenvolver ferramentas e criar instrumentos de avaliação e monitoramento dos Gabinetes de Gestão Integrada já criados para qualificar o desempenho da Segurança Pública nos Estados e estrutura organizacional dos GGIs e GGIRs.	Documento
2011	- Estudos sobre o fenômeno da violência e da criminalidade, avaliação da performance dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública nos 19 (dezenove) municípios goianos e 02 (dois) mineiros que compõem a Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Diagnósticos e Proposituras	Documento
2012	- Satisfação da população com os serviços de Segurança Pública ampliada. Desenvolvimento de metodologia, ementas e conteúdos para Curso de capacitação de Gestores Municipais de Segurança Pública e Curso de capacitação em Gestão e operacionalização dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais.	
2014	- Pesquisa social aplicada destinada a reformular o marco teórico-conceitual dos Gabinetes de Gestão Integradas Municipais (GGI-M's); - Diagramação e publicação do Guia Técnico Nacional e das Cartilhas didáticas para GGIs; - Construção de novas diretrizes e produção do Guia Nacional de Videomonitoramento para GGI Municipais	

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Chama atenção a publicação da primeira Coletânea dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública, financiada com recursos do Projeto⁹, que reuniu os resultados da pesquisas diagnósticas sobre implantação dos GGIs e seus resultados e práticas exitosas. O objetivo do documento foi traduzir seis anos de esforços em articular instituições das diversas esferas de governo sobre um tema comum: redução da violência e criminalidade.

⁹ Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/15livro-ggi-capa-verde.pdf. Acesso em 10.12.2016.



FIGURA 6 - Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública. Coletânea 2003-2009

Segundo o documento,

Os Gabinetes de Gestão Integrada surgem no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), articulados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que é o órgão responsável pela indução de políticas de segurança pública. O GGI é um fórum executivo e deliberativo, que tem como missão integrar sistemicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. Visa, ainda, avançar em torno de um paradigma em segurança pública com enfoque em boas práticas de gestão por resultados. [REF, 2009;11]

A coletânea está subdividida em 5 seções, quais sejam:

- a. PARTE I: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA NO BRASIL;
- b. PARTE II: ANAIS DO FÓRUM NACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2005);
- c. PARTE III: ANAIS DO FÓRUM INTERNACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2007);
- d. PARTE IV: ARTIGOS;
- e. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS QUANTO À TRAJETÓRIA DOS GGIs.

O produto 2.4 – *Procedimentos e padrões mínimos para as Polícias Estaduais, Bombeiros, Peritos e Guardas Municipais* desenvolvidos e implantados realizou atividades focadas em cursos de treinamento e elaboração de documentos de planejamento necessários à padronização de procedimentos junto aos beneficiários estipulados para essas ações.

Chama atenção, nesse contexto, a publicação do documento *Procedimento Operacional Padrão – Perícia Criminal*, publicado em 2013¹⁰. Elaborado a partir da perspectiva da qualificação da investigação criminal, o documento foi organizado pela SENASP, com participação dos Conselhos de Dirigentes do Órgãos Periciais, associações representativas dos profissionais da perícia, a equipe da Força Nacional de Segurança Pública e outros especialistas da área.

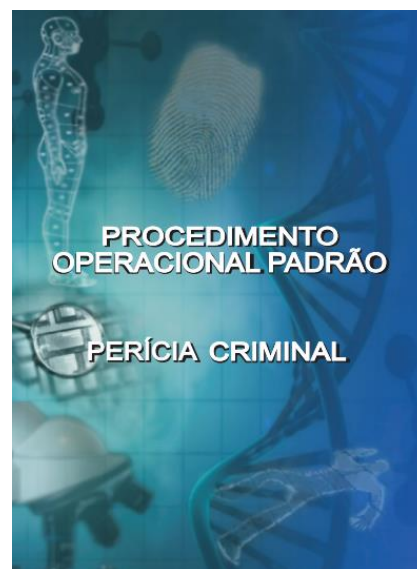


FIGURA 7 - Procedimento Operacional Padrão - Perícia Criminal

¹⁰ Disponível em http://www.politec.mt.gov.br/UserFiles/file/Documentos/POPS_DE_PERICIA_-_VERSAO_PARA_INTERNET.pdf. Acesso em 10.12.2016

O quadro abaixo resume brevemente as atividades realizadas no âmbito do produto 2.4, excetuando-se, quando houve, as ações de apoio logístico e realização de serviços de natureza comum.

QUADRO 15 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.4 Procedimentos e padrões mínimos para as Polícias Estaduais, Bombeiros, Peritos e Guardas Municipais desenvolvidos e implantados		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO COMPUTACIONAL DE INCÊNDIO	01 cursista formado
2007	- Elaboração do planejamento estratégico dos corpos de bombeiros - Revisão do modelo de polícia judiciária – Estudo de Viabilidade do Modelo	Documento Documento
2008	- Livro Gestão Integrada em Segurança Pública no Brasil	Sem registro
2009	- Reunião de Avaliação da Norma Técnica de Funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM - Elaboração de 30 (trinta) procedimentos operacionais padronizados para a atuação das polícias militares em âmbito nacional e criação de conteúdos para curso à distância com o objetivo de difundir estes procedimentos	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 2.5 *Órgãos de controle de atividades em Segurança Pública apoiados e fortalecidos na perspectiva da prevenção* foi um conjunto de atividades que não teve muita movimentação ao longo da execução do projeto. Segundo os relatórios de progresso, as atividades não foram iniciadas ao longo de uma série de anos, havendo registro apenas do Seminário de Controle Externo realizado no ano de 2006.

O produto 2.6 *Sistema Pericial Fortalecido* priorizou a realização de atividades de formação e o fomento a estudos e pesquisas no âmbito do sistema pericial. Foram aportados recursos para viabilizar a participação de equipe em eventos e também aporte em serviços de diagramação de estudo e documentos elaborados no escopo desse produto.

O quadro abaixo resume brevemente as atividades realizadas no âmbito do produto 2.6, excetuando-se, quando houve, as ações de apoio logístico e realização de serviços de natureza comum.

QUADRO 16 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.6 Sistema Pericial Fortalecido		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO DE ESTATÍSTICA APLICADA À GENÉTICA	12 cursistas
2007	- Curso de Capacitação em Genética Forense - XIX Congresso Nacional de Criminalística	03 cursistas formados Sem registro
2008	- Curso de Capacitação nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense	19 cursistas formados

2009	- Contratação de consultoria especializada para a realização de pesquisa nacional visando levantar informações, inclusive em nível internacional, sobre os procedimentos e estratégias necessários à implementação de um processo de metrologia, normalização e qualidade nas perícias forenses das Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal).	Sem registro
		Documento
2011	- Diagnóstico nacional sobre a situação das perícias estaduais e federais	Documento
2014	- Proposta para realização de um diagnóstico nacional sobre a situação das perícias estaduais e federais no sentido de mapear as possibilidades e limitações existentes em cada estado, no DF e nas Superintendências da PF a fim de, em seguida, reunir um conjunto de boas práticas para a área forense; - Produção de Cartas de Serviços da Perícia Oficial e Manual de Elaboração de quesitos	Documento
2015	- Serviços contratados para diagramação e publicação das Cartas de Serviços da Perícia Criminal	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Vale ressaltar o resultado das ações verificadas no ano de 2011 em relação ao diagnóstico nacional sobre a situação das perícias estaduais e federais, que culminou, em 2012, na publicação do documento Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil¹¹. O diagnóstico decorre do reconhecimento da importância do investimento em perícia como fator fundamental para realização de investigações qualificadas, que resultem na identificação do criminoso e na produção de provas que possibilitem sua condenação.

Os resultados da publicação buscam subsidiar os próximos investimentos em qualificação da perícia policial, a partir da verificação do perfil das instituições de perícia e do mapeamento das demandas das instituições.

O documento está dividido da seguinte forma:

- i. Introdução
- ii. Aspectos Metodológicos
- iii. Gestão da Informação
- iv. Recursos Materiais
- v. Recursos Humanos
- vi. Funcionamento
- vii. Processos de Trabalho
- viii. Produtividade



FIGURA 8 - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil

Considerando as metas estabelecidas, percebe-se que muitas atividades não possuem registro de realização, considerando a principal fonte de informação, os relatórios anuais de progresso.

¹¹ Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/2diagnostico-pericia-criminal.pdf. Acesso em 10.12.2016

O quadro abaixo resgata as metas propostas para o produto, para fins de comparação com o resumo acima apresentado.

QUADRO 17 - Metas associadas ao produto 2.6 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

PRODUTO 2.6 Sistema de gerenciamento das informações periciais fortalecido	
METAS	- Seminário para apresentação dos sistemas implantados nos estados realizado; - Equipes dos estados capacitadas para operacionalização do sistema; - Revisar diagnóstico dos institutos periciais; - Desenvolver e adaptar sistema de informações gerenciais e periciais; - Capacitar equipe técnica da SENASP na operacionalização do sistema; - Disseminar aos estados e capacitá-los em sua utilização - Diagnóstico da situação atual dos órgãos de perícia forense no país e no exterior focando desafios, boas práticas e aperfeiçoamentos; - Estabelecer diretrizes para os órgãos de perícia forense, com foco em tecnologias, metodologias, ferramentas e equipamentos utilizados, conforme referências internacionais; - Estudo relacionado à perícia forense, desenvolvido até dezembro de 2010; - Programa de Educação Continuada para Profissionais da área de perícia forense; - Procedimentos operacionais padronizados para a atuação da perícia oficial; - Produção de novos procedimentos operacionais padronizados nas áreas prioritárias do Programa Brasil Mais Seguro; - Realização do segundo Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil; - Campanhas educativas para conscientização da necessidade de Preservação do Local de Crime, tanto para profissionais de segurança pública quanto para população em geral; - Produção de Cartas de Serviços da Perícia Oficial e Manual de Elaboração de quesitos; - Diagramação e impressão Cartas de Serviços da Perícia Criminal;

Fonte: PRODOC BRA/04/029 e suas revisões substantivas. Elaboração própria.

O produto 2.8 - Modelo de funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública concebido e implantado possuía duas metas para atendimento no âmbito do Projeto:

- Modelo de funcionamento da FNSP revisto, de acordo com a nova legislação em vigor;
- Experiência da FNSP disseminada junto aos demais países da América Latina e Caribe

Os relatórios de progresso não apresentam relatos sobre a realização das metas estipuladas, senão a respeito de apoio logístico e serviços de natureza comum. Há uma divergência de informações nos documentos disponibilizados, nos quais não fica claro se houve, de fato, a solicitação de retirada do produto na Revisão I. O relatório anual de 2009 firma que

“Este produto não foi iniciado considerando que entendemos que o sistema de planejamento e monitoramento das operações das forças policiais e guardas municipais é de responsabilidade de cada estado e específico para cada organização policial. Em 2009 foi realizada a Revisão Substantiva I do Projeto, que está para a aprovação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, e neste documento foi sugerida a retirada deste produto.” [Relatório de Progresso Anual 2009;13]

Entretanto, como se verificou no documento da Revisão I, esse produto não foi solicitado para retirada do escopo. Considerando essa não formalização da retirada no documento, optou-se por continuar a considerá-lo na matriz de investimentos para fins da avaliação, evidenciando que as ações realizadas no âmbito deste escopo específico não foram suficientes para entregar os resultados esperados pelo projeto.

O produto 2.9 - *Modernização e expansão tecnológica das redes de informações para atuação operacional de Segurança Pública, Justiça, fiscalização, gestão da informação e expansão da integração das diversas bases de Segurança Pública existentes* focou no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a modernização e expansão das redes de informações que subsidiam a atuação operacional da Segurança Pública.

Suas principais atividades foram o subsídio à melhoria e/ou criação de sistemas informatizados que pudessem auxiliar na melhoria da operação dos agentes da segurança pública. Esses aportes financeiros tiveram como objetivo atender à arrojada meta de integração das informações de segurança pública, justiça e fiscalização de todas as Unidades da Federação e difusão dessas informações periodicamente. Nos relatórios de progresso, não fica claro se a meta foi alcançada, ficando o desenvolvimento dessa análise restrita às informações colhidas em entrevistas com os atores relacionados com o Projeto.

O quadro abaixo resume brevemente as atividades realizadas no âmbito do produto 2.9, excetuando-se, quando houve, as ações de apoio logístico e realização de serviços de natureza comum.

72

QUADRO 18 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.9 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.9 Modernização e expansão tecnológica das redes de informações para atuação operacional de Segurança Pública, Justiça, fiscalização, gestão da informação e expansão da integração das diversas bases de Segurança Pública existentes		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- ENCONTRO NACIONAL DA REDE INFOSEG	116 cursistas formados
2008	- Aquisição de certificado digital para a Rede INFOSEG - Aquisição de suprimentos de informática; - Fornecimento de sistema de informática para facilitar a troca de mensagens entre os organismos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública; - Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul da IACP (Associação Internacional dos Chefes de Polícia) e na Feira Nacional de Tecnologia, Serviços e Produtos para a Segurança Pública – INTERSEG	Certificado Digital Sem registro de informática 300 cursistas formados
2009	- Desenvolvimento de artefatos referentes à definição de escopo, requisitos, modelos, relatórios de planejamento, de controle e de execução de projetos de Tecnologia da Informação para os sistemas de Dispositivos Móveis, Identificação Civil e Integração com o Judiciário.	Documento Documento

	- Diagnóstico de vulnerabilidades dos sistemas operacionais e serviços, bem como necessidades de padronização e novos recursos e elaboração de proposta de aperfeiçoamento dos sistemas operacionais e serviços da Rede INFOSEG. - Contratação de consultoria especializada em administração de banco de dados Oracle e POSTGRESQL para configurar e analisar os bancos de dados e os servidores - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de logística e de serviços gráficos para os eventos da Rede INFOSEG: 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Rede INFOSEG, 1ª Reunião Ordinária do sistema Integrado de Radiocomunicação Crítica e de Emergência – SIRCE-BR, 2ª reunião Ordinária do Comitê Gestor da Rede INFOSEG, 2ª Reunião Ordinária do Sistema Integrado de Radiocomunicação Crítica e de Emergência e IV Encontro da Rede INFOSEG. - Realização de viagens de servidores e colaboradores eventuais, incluindo a emissão das passagens e pagamento de diárias, para participação em eventos de aprimoramento ao conhecimento e as novas tecnologias no setor de sistemas de banco de dados da ferramenta oracle. - Pagamento de inscrições para os Cursos: Introdução ao MPS.BR e Gestão de Segurança da Informação ABNT. - Realização de viagem de servidores e colaboradores eventuais, incluindo pagamento de inscrição, emissão de passagens e pagamento de diárias, para participação no Evento de Aprimoramento ao Conhecimento e as Novas Tecnologias no Setor de Telecomunicações para Missão Crítica, Emergência e Segurança Pública e Cursos e Conferências sobre Segurança da Informação. - Contratação de consultoria especializada em análise administrativa, processual e de justiça para auxílio na construção crítica e objetiva da definição de requisitos e marcos legais para a Rede INFOSEG. - Desenvolvimento de Sistema Nacional de Dados Estatísticos de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Desenvolvimento web services que permita, atualizações e consultas ao cadastro de informações nacionais sobre entorpecentes e outros bens materiais apreendidos em decorrência de crimes previstos na Lei de Entorpecentes. - Desenvolvimento de Sistema informatizado visando propiciar aos órgãos brasileiros de segurança pública, justiça e fiscalização o acesso, em tempo real, às informações de Identificação Civil existentes nas 27 Unidades da Federação. - Contratação de empresa especializada em auditoria de tecnologia da informação e comunicações, com foco em segurança da informação na análise de quatro domínios: Processos de negócio, Aplicações WEB, Bancos de dados e Ambiente de infraestrutura e gestão.	Serviço Serviços/compras Sem registro Sem registros Sem registros Documento Sistema Sistema
2010	- Apoio técnico ao gerenciamento de requisitos de negócio no projeto de desenvolvimento de sistemas de integração de informações de inquéritos e procedimentos de polícia judiciária na Rede INFOSEG. - Apoio técnico ao gerenciamento de requisitos de negócio no projeto de desenvolvimento de sistemas de integração de ocorrências de segurança pública, defesa civil e social na Rede INFOSEG. - Apoio técnico ao gerenciamento de requisitos de negócio no projeto de desenvolvimento de sistemas de integração de apreensão de entorpecentes na Rede INFOSEG.	Documento
2014	Padronização das peças de Perícia Criminal	Documento
2015	Pesquisa para levantamento do cenário tecnológico das instituições de Segurança Pública	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 2.10 - *Serviços de inteligência estruturados para apoiar as atividades preventivas e de controle dos Estados* priorizou a realização de cursos de capacitação e aquisição de equipamentos e suprimentos necessários aos serviços de inteligência.

Suas metas podem ser elencadas da seguinte forma, conforme as revisões substantivas consideradas:

- Rede Nacional de Inteligência ampliada e monitorada;
- Estudos e atualização da doutrina de inteligência realizados;
- Manuais de inteligência, contra inteligência e operações de inteligência em segurança pública concebidos e disseminados;
- Rede Nacional de Inteligência ampliada e monitorada;
- Planejamento para realização de grandes eventos desenvolvido;
- Manual de inteligência, contra inteligência e operações de inteligência em segurança pública;
- Avaliação de 27 (vinte e sete) projetos;
- Certificado para reconhecimento das empresas que podem atuar na área;
- Estudos e Pesquisas sobre a Normatização dos Sistemas Estaduais de Inteligência de Segurança Pública.

O quadro abaixo resume brevemente as atividades realizadas no âmbito do produto 2.10, excetuando-se, quando houve, as ações de apoio logístico e realização de serviços de natureza comum.

QUADRO 19 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 2.10 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 2.10 Serviços de inteligência estruturados para apoiar as atividades preventivas e de controle dos Estados		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO DE DNA	06 cursistas formados
2007	- Curso de Capacitação de Busca Eletrônica; - Solução tecnológica voltada à interceptação legal de telecomunicações e a interligação dos núcleos de inteligência nos estados brasileiros e da Polícia Federal	56 cursistas formados
2008	- Visitas técnicas para o monitoramento da instalação e uso de equipamentos, referentes ao Sistema Guardião	Sem registro
2009	- Aquisição de equipamentos para ampliação e modernização da RENISP – Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública	Compras
	- Realização de viagens de consultores, incluindo a emissão de passagens e pagamento de diárias, para a implantação do Projeto de Ampliação e Modernização da Rede Nacional de Inteligência em Segurança Pública - RENISP.	Sem registro
	- Apoio à realização do Curso de Introdução à Atividade de Inteligência, realizado em Recife/PE, no período de 27 a 30 de abril de 2009, com a emissão de passagens e pagamento de diárias.	Sem registro
	- Apoio à realização do Curso de Administrador do Sistema Guardião WEB, realizado em Florianópolis/SC, no período de 27 a 30 de abril de 2009, com a emissão de passagens e pagamento de diárias. - Aquisição de suprimento para o Projeto de Modernização e Ampliação da RENISP/RESINF (TOKENS).	Sem registro

	- Apoio à realização do 6º Curso de Inteligência de Segurança Pública, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 1 a 23 de junho de 2009 com a emissão de passagens e pagamento de diárias.	Compras
		Sem registro
2015	- Manuais de Inteligência elaborados	

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

Percebe-se que os relatórios de progresso não explicitam as atividades realizadas para o cumprimento de todas as metas estipuladas. A ausência das informações nos relatórios de progresso deixa a dúvida sobre a realização das metas, incluindo a realização de pesquisas, estudos e documentos previstos originalmente para este produto.

O Produto 2.13 - *Pesquisas de vitimização, de práticas de prevenção à violência e de estatísticas de Segurança Pública e temas correlatos com a Segurança Pública, realizadas, aperfeiçoadas e divulgadas* foi um importante produto entregue no âmbito do Projeto Segurança Cidadã – Fase II. Consistiu na realização de diferentes estudos e pesquisas em todas as regiões do país, incluindo a Pesquisa Nacional de Vitimização. Com edital foi lançado em 2009 e resultados apresentados oficialmente em 2013, a contratação possibilitou a realização da primeira experiência nacional de coleta padronizada de dados sobre vitimização criminal.

Se falará mais a respeito desse produto no terceiro relatório da avaliação, no qual se detalham as principais entregas realizadas pelo Projeto.

75

O produto 2.14 - *Estudos, diagnósticos, avaliações e implementação de metodologias elaborados para a Força Nacional de Segurança Pública* tinha como metas a realização de estudos, elaboração de modelos de funcionamento da Força Nacional, elaboração de manuais e metodologias de acompanhamento pedagógico dos cursos oferecidos para este público. Também previu a elaboração de metodologia de acompanhamento psicológico dos integrantes da Força Nacional, avaliação dos impactos dos cursos oferecidos.

No âmbito deste produto, também previu-se a elaboração de modelo de funcionamento das bases aero policiais da Força Nacional e produção de conteúdos sobre normas gerais de ação e procedimentos padrão para integrantes do DFNSP, bem como pesquisas sobre o resultado da atuação da Força Nacional nas unidades da Federação. Finalmente, propôs-se a elaboração de proposta curricular para os cursos de nivelamento do conhecimento de acordo com as diretrizes pedagógicas da SENASP e realização de pesquisa, coleta de dados, relatos, e imagens que retratem o histórico da Força Nacional de Segurança Pública.

A listagem abaixo elenca as metas que foram atingidas, conforme as informações disponibilizadas nos relatórios anuais de progresso:

- Mapeamento das condições dos canis em 12 Unidades da Federação com vistas a elaborar uma política de canis no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública;
- Pesquisa, coleta de dados, relatos, e imagens que retratem o histórico da Força Nacional de Segurança Pública;
- Proposta curricular para os cursos de nivelamento do conhecimento de acordo com as diretrizes pedagógicas da SENASP, realizadas;
- Satisfação da população com os serviços de segurança pública ampliada;
- Metodologia para acompanhamento psicológico dos integrantes da Força Nacional.

3.3. Resultado 3: Políticas de Prevenção à Violência fomentadas no âmbito do SUSP

O resultado 3 esperado a partir da realização do Projeto Segurança Cidadã – Fase II fez referência à necessidade de investir em mecanismos de prevenção para lidar com a questão da violência no âmbito da modernização da política de segurança pública. As ações focaram na realização de cursos de formação, promoção e/ou participação em eventos temáticos e realização de estudos e pesquisas.

Muitas foram as atividades pensadas para o escopo deste resultado. As metas estipuladas no produto 3.1 - *Unidades de segurança pública e seus profissionais preparados para atuar em comunidades* se relacionam principalmente com a realização de capacitação na redução da oferta e da demanda do uso de substâncias psicoativas (PROERD); realização de cursos de multiplicador de polícia comunitária; elaboração e distribuição de materiais didáticos e de divulgação; diagnóstico de impacto institucional de polícia comunitária; premiação de experiências exitosas na área; elaboração e implantação de modelos de guardas municipais, e de Gestão em Prevenção.

Ainda, este produto previu a realização de diagnóstico de impacto institucional das ações de Polícia Comunitária; Diagnóstico de impacto institucional das ações do PROERD; avaliação da implantação da nova metodologia de trabalho do PROERD e desenvolvimento e teste de conteúdo voltado para o atendimento de crianças e adolescentes nas instituições de segurança pública. Foi também proposta a realização de avaliação das Delegacias Especializadas de Criança e Adolescente e elaboração de norma técnica de funcionamento; Mapeamento e Avaliação das Delegacias Especializadas de atendimento de Idosos, de mulheres e segmento LGT, além de delegacias especializadas de homicídios e de drogas; estudos para subsidiar a elaboração de Normas Técnicas de Padronização para Delegacias especializadas; subsídios conceituais e metodológicos visando a criação de um marco referencial que auxilie na implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública, decorrente do Plano Estratégico de Fronteiras; e desenho do

marco teórico conceitual para atuação dos profissionais de segurança pública no âmbito do “Programa Crack é Possível Vencer”.

Um conjunto de ações esperadas nesse produto corresponde aos sete cursos de Convivência e Segurança Cidadã, com carga horária de 80 horas e um encontro nacional para apresentação dos projetos selecionados. Esse foi um dos produtos mais relevantes indicados nas entrevistas realizadas pela avaliação externa e ele será retomado no terceiro produto desta consultoria.

Foram ainda previstas atividades para definição de diretrizes para a criação de observatórios de segurança; guia prático sobre a Campanha Nacional do Desarmamento Voluntário da População; construção de diretrizes nacionais para projeto de prevenção à violência contra a pessoa com deficiência; documento de referência acerca das múltiplas identidades e missões socioprofissionais das Guardas Municipais; desenho de procedimentos operacionais padronizados para abordagem de populações em situação de risco por profissionais de segurança pública.

Pode-se ver a realização das ações planejadas no quadro abaixo, conforme informações retiradas dos relatórios de progresso do Projeto.

QUADRO 20 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

77

Produto 3.1 Unidades de segurança pública e seus profissionais preparados para atuar em políticas públicas de prevenção da violência em nível local		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO RESOLUÇÃO PACÍF. CONFLIT. - RJ I, II, III, IV e V e RSI - CURSO MULTIPLICADOR POLÍCIA COMUNITÁRIA	536 cursistas formados
2007	- Cursos Nacionais de Promotores de Polícia Comunitária - Seminário Nacional de Polícia Comunitária - Cursos Nacionais de Promotores de Polícia Comunitária	22.402 cursistas formados 485 cursistas formados 13.500 cursistas capacitados
2008	- Curso de Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD	41 instrutores formados
2009	- Realização de viagens de servidores e colaboradores eventuais, incluindo pagamento de inscrições, emissão de passagens e pagamento de diárias, para participação na 22ª Conferência Internacional Anual de Treinamento DARE – PROERD	Sem registro
2010	- Realização de viagens de servidores e colaboradores eventuais, incluindo pagamento de inscrições, emissão de passagens e pagamento de diárias, para participação na 22ª Conferência Internacional Anual de Treinamento DARE – PROERD	Sem registro
2012	- Aumento da participação da Comunidade na Gestão local de Segurança Pública. - Atualização dos conteúdos programáticos do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária	01 pessoa capacitada
2013	- Estudos para subsidiar a elaboração de Normas Técnicas de Padronização para Delegacias especializadas, realizados e publicados	Documento

2014	- Subsídio à implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária por meio de: elaboração dos conteúdos programáticos do Curso Nacional de Lideranças Comunitárias e da atualização do manual do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, atualização dos conteúdos programáticos do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban e do Curso Nacional de Gestor e Operador de Polícia Comunitária – Sistema Koban, elaboração dos conteúdos programáticos do Curso Nacional do GEPAC e da atualização do manual do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, referenciados pela Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública;	Sem registro
	- Avaliação das Delegacias Especializadas de Criança e Adolescente e elaboração de norma técnica de funcionamento;	Documento
	- Construção de diretrizes nacionais para projeto de prevenção à violência contra a pessoa com deficiência;	Documento
	- Documento de referência acerca das múltiplas identidades e missões socioprofissionais das Guardas Municipais.	Documento
2015	- Desenho de procedimentos operacionais padronizados para abordagem de populações em situação de risco por profissionais de segurança pública; - Estudos para subsidiar a elaboração de Normas Técnicas de Padronização para Delegacias especializadas	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

No âmbito deste produto foi realizada a publicação do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, que foi dividido em 04 disciplinas: i) Polícia Comunitária e Sociedade, ii) Gestão pela Qualidade na Segurança Pública, iii) Direitos Humanos, iv) Relações Interpessoais v) Mobilização Social e Estruturação dos Conselhos Comunitários e vi) Mediação e Demais Meios de Resolução Pacífica de Conflitos e a Polícia Comunitária.

78



Figura 9 - Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária

Vale ressaltar que algumas atividades relatadas como importantes na execução do projeto por meio das entrevistas realizadas não estão listadas nos relatórios de progresso disponibilizados. Por isso, o capítulo 4 fará um adendo às análises aqui disponibilizadas, buscando suprir essa lacuna.

No que tange ao escopo previsto no produto 3.2 - *Comunidades, Conselhos e gestores preparados para atuar no campo da Segurança Cidadã*, foi previsto um conjunto de atividades bem diversificado, incluindo elaboração e impressão de material para capacitações, realização de capacitações regionais referentes às atribuições institucionais dos Conselhos Comunitários de Segurança, realização de seminários de sensibilização junto aos gestores municipais e sociedade civil visando estimular a criação de conselhos de segurança cidadã e fortalecer a atuação de outros conselhos relacionados ao tema realizados e cursos de gestão em Segurança Cidadã.

Em relação a elaboração de documentos, normativos, e publicações, foram previstas ações para fundamentação legal, conceituação, definição de estrutura básica de Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Pública; elaboração de estratégias de fomento de participação social nas políticas de segurança pública; Guia de Prevenção da Violência para Municípios da SENASP e mapeamento dos fluxos de armas e munições no Brasil para pautar a Política Nacional de Desarmamento.

O quadro abaixo indica as atividades realizadas conforme os relatórios de progresso disponibilizados, excetuando-se as atividades de apoio logístico e execução de serviços comuns, quando houve.

QUADRO 21 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.2 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 3.2 Comunidades e Gestores orientados para atuar no campo da segurança com cidadania		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	- CURSO DE SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP) - CURSO DE GESTÃO POR RESULTADOS EM SEG. PÚBLICA - COMITÊ BRASILEIRO DE BALÍSTICA FORENSE - 3º ENCONTRO “DIRIGENTES DE PERÍCIA” - CURSO DE GESTÃO POLÍTICAS EM SEGURANÇA CIDADÃ - CURSO DE GENÉTICA FORENSE	507 cursistas formados
2007	- Curso de Políticas em Segurança Cidadã	Sem registro
2008	- Seminário de Capacitação do PRONASCI - Seminário de Capacitação dos Consultores do PRONASCI em Projetos – Execução - Reunião de Balanço e Análise dos Projetos PRONASCI 2008 - 1º Encontro Nacional do Programa Esporte e Lazer da Cidade / PRONASCI - Visita técnica - do Grupo de Trabalho Especializado em Segurança Cidadã – GTE - Visita técnica - Grupo de Trabalho Especializado em Segurança Cidadã Mercosul	Sem registro
2009	- Realização de viagens de consultores, incluindo a emissão de passagens e pagamento de diárias, para implementar e acompanhar a execução do Projeto Protejo, destinado à jovens em territórios de descoesão social como medida preventiva de segurança com a participação comunitária;	Sem registro
	- Contratação de consultoria para monitorar a implantação do projeto PROTEJO, implementado pelo DEPRO/SENASP;	Documento
	- Planejamentos estratégicos, metodologias participativas e sistematização de informações para subsidiar a estruturação e o funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e de seus grupos de trabalho oficiais;	Documento
2010	- Desenvolvimento e execução de atividades de promoção de diálogos nas atividades internas do CONASP e atividades com o público externo.	Evento/documento
	- Pesquisas e subsídios sobre processos eleitorais de Conselhos Nacionais visando auxiliar na decisão sobre os processos eleitorais dos Conselhos Nacionais de Segurança Pública	Documento
2011	- Subsídio à implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária por meio de: elaboração dos conteúdos programáticos do Curso Nacional de Lideranças Comunitárias e da atualização do manual do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, atualização dos conteúdos programáticos do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban e do Curso Nacional de Gestor e Operador de Polícia Comunitária – Sistema Koban, elaboração dos conteúdos programáticos do Curso Nacional do GEPAC e da atualização do manual do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, referenciados pela Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública.	Documento
		Sistema
2014	Atualização e publicação do Guia de Prevenção da Violência para Municípios da SENASP	Documento
2015	Atualização do Guia de Prevenção da Violência para Municípios da SENASP	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 3.4 - *Núcleos e Mediação Pacífica de conflitos estruturados criados e estruturados em 10 polos descentralizados no país, operando como parte do TREINASP* foi pensado para viabilizar ações relacionadas a implantação e equipagem de núcleos, treinamento de equipes técnicas, fortalecimento do Projeto Justiça Comunitária, adaptação de veículos para instalação de núcleos móveis e criação de sistema

de monitoramento de núcleos. No que se refere à elaboração de documentos e estudos, previu-se o mapeamento das metodologias de mediação existentes, definição de princípios básicos para aplicação da mediação e inclusão da Mediação Pacífica de Conflitos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor na grade curricular dos cursos elaborados para esse público.

Conforme dados dos relatórios de progresso, apenas parte das atividades previstas foram realizadas. É o que se mostra no quadro abaixo.

QUADRO 22 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.4 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 3.4 Núcleos de Mediação Pacífica de conflitos criados e estruturados em 10 polos descentralizados no país, apoiados		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2006	TREINAMENTO ATENDIMENTO SUPERVISIONADO EM MEDIAÇÃO CURSO DE APROFUNDAMENTO EM MEDIAÇÃO	147 cursistas formados
2007	Mapeamento das metodologias de mediação existentes com vistas a aperfeiçoar os métodos de capacitação	Documento
2008	Pagamento de bolsa auxílio (vale transporte, cartão telefônico e refeição) para os agentes comunitários do Programa de Justiça Comunitária do TJDF, possibilitando sua expansão nas Cidades Satélites de Ceilândia e Taguatinga	Sem registro
2009	Pagamento de bolsa auxílio (vale transporte, cartão telefônico e refeição) para os agentes comunitários do Programa de Justiça Comunitária do TJDF, possibilitando sua expansão nas Cidades Satélites de Ceilândia e Taguatinga.	Sem registro

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 3.9 – Estudos para aprimoramento do modelo de funcionamento e desenvolvimento do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e dos Conselhos Institucionais de Segurança Pública focou na elaboração de estudos, pesquisas e documentos normativos.

As metas deste produto estão resumidos na listagem que se segue:

- Modelo de integração e funcionamento sistêmico entre os conselhos institucionais de segurança pública, propondo um desenho legalmente fundamentado para o SUSP;
- Estratégias de informação para remodelação do portal do CONASP, com vistas a alcançar a participação democrática dentro dos três segmentos envolvidos com a temática da segurança pública;
- Avaliar e monitorar o CONASP, de forma a ampliar o cumprimento de sua finalidade enquanto instância participativa de formulação e fiscalização das políticas públicas de sua área de competência;
- Estratégias de informação, divulgação e editoração dos materiais produzidos pelo CONASP;

- Estratégias de mobilização dos atores do Sistema de Justiça Brasileiro, visando sua integração no processo de reestruturação do CONASP;
- Estratégias de articulação da Política Nacional de Segurança Pública e das atividades do CONASP com a comunidade em geral;
- Estudo qualitativo sobre perfil e atuação dos conselhos institucionais (municipais e estaduais) de segurança pública;
- Estudo para a criação de um sistema para interface pública dos resultados do monitoramento do CONASP – Observatório Nacional de Segurança Pública – e para interface pública com os demais Conselhos de Segurança Pública no país;
- Estratégia de mobilização e atuação para gestão do CONASP;
- Sistematização e análises de pesquisas produzidas na área da segurança e da justiça no país com vistas à produção de um livro institucional do CONASP;
- Metodologias participativas de atuação e interlocução do CONASP com a sociedade civil e instituições do Estado.

O quadro abaixo resume as ações realizadas no âmbito deste produto, conforme informações disponibilizadas nos relatórios de progresso considerados para a avaliação externa.

QUADRO 23 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 3.9 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

82

Produto 3.9 Estudos para aprimoramento do modelo de funcionamento e desenvolvimento do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e dos Conselhos Institucionais de Segurança Pública		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2008	Estratégias de mobilização dos atores do Sistema de Justiça Brasileiro, visando sua integração no processo de reestruturação do CONASP	Documento
2010	- Identificar e criar estratégias de mobilização dos atores do Sistema de Justiça Brasileiro, visando sua integração no processo de reestruturação do CONASP.	Documento
2011	- Desenvolvimento da metodologia do processo de documentação, fornecendo subsídios para a implementação de ferramentas de gestão dentro do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP;	Documento
	- Desenvolvimento da reestruturação de formato e conteúdo para remodelação do portal do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP;	Documento
	- Consultoria para acompanhar a metodologia e funcionamento de diversos Conselhos Nacionais, assim como atuar diretamente com os Conselhos Estaduais de Segurança Pública com o intuito de sistematizar suas metodologias e fomentar novos Conselhos nos estados que não possuem;	Documento
	- Consultoria para acompanhar e subsidiar as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, avaliando o desenvolvimento dos trabalhos ao decorrer da 1ª gestão	Documento
	- Pesquisas e produção de subsídios sobre processos eleitorais de Conselhos Nacionais visando auxiliar na decisão sobre o processo eleitoral do Conselho Nacional de Segurança Pública	Documento

	- Consultoria para acompanhar a implantação das Diretrizes propostas na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, assim como subsidiar as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP - Acompanhamento dos princípios e diretrizes das CONSEG'S e mobilização social e Segurança Pública e Grupos Discriminados	Documento
2012	- Elaborar estudo qualitativo sobre perfil e atuação dos conselhos institucionais (municipais e estaduais) de segurança pública.	Documento
2014	- Construção de metodologias participativas de atuação e interlocução do CONASP com a sociedade civil e instituições do Estado; - Sistematização e análises de pesquisas produzidas na área da segurança e da justiça no país com vistas à produção de um livro institucional do CONASP	Documento
2015	- Diagramação e publicação do livro institucional do CONASP	Documento

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

O produto 3.10 - Metodologias para produção de subsídios para as discussões da 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública realizou uma das mais relevantes ações consideradas pelos entrevistados da avaliação externa, os cursos de Convivência e Segurança Cidadã. Foram previstas 10 edições do curso, produção de texto base para a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, além de elaboração e publicação de novas edições de Pesquisas do Pesando a Segurança. Também previu-se a capacitação de pessoal e realização de feira de experiências em Segurança Cidadã.

Considerando que o produto foi inserido na matriz de investimentos na revisão de 2015, para aferição a realização das atividades, consultou-se o relatório de progresso deste mesmo ano, segundo o qual foi realizada a penas a Edição Especial de Pesquisas do Pensando a Segurança.

83

3.4. Resultado 4: Gestão Eficiente do Projeto

O resultado esperado 4 se relaciona ao componente de ações administrativas do projeto. As ações previstas foram realizadas tendo em vista a necessidade de monitorar e avaliar adequadamente o projeto, criando e mantendo processos internos necessários ao registro das informações relativas a operação.

Conforme metas estabelecidas no documento original do projeto e em suas revisões substantivas, o escopo deste produto foi:

- Equipe interna da SENASP treinada em ferramentas de acompanhamento e monitoramento;
- Memória do projeto documentada;
- Realização de Avaliação de Outcomes nas Áreas de Segurança Pública e Judiciário Humanizado.

O quadro abaixo elenca as atividades realizadas no âmbito do resultado 4 esperado, conforme relatórios de progresso disponibilizados.

QUADRO 24 - Lista não exaustiva de atividades realizadas no âmbito do produto 4.1 do Programa Segurança Cidadã – Fase II

Produto 4.1 Programas e ações do Projeto monitoradas, avaliadas e disseminadas		
Ano	Atividades Realizadas	Metas Atendidas
2009	- Acompanhamento do contrato de consultoria especializada em contabilidade para definir metodologia de acompanhamento financeiro do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.	Documento
	- Estratégias de planejamento e gestão, incluindo a formulação de um plano estratégico de comunicação do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/04/029 – Segurança Cidadã com as Coordenações da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.	Documento
2010	- Remodelamento do portal do CONASP, de forma a atingir a participação democrática dentro dos três segmentos envolvidos com a temática da segurança pública - Finalização das atividades pendentes iniciadas no ano de 2009	Documento
2011	- Criação formal de uma unidade específica para a coordenação e condução das atividades dos Projetos de cooperação Técnica Internacional firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e os Organismos Internacionais.	Processo institucional
	- Publicação da portaria nº 45, de 1º de novembro de 2011, que estabelece as regras para pagamento de diárias e passagens pagas aos consultores contratados no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica Internacionais firmados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.	Documento normativo
	- Instituição do Comitê de Gestão e Acompanhamento dos Projetos - CGAP, responsável pela gestão e acompanhamento dos Projetos de Cooperação Técnica Internacionais firmados pela Secretaria, através da portaria nº 48 de 21 de novembro de 2011.	Processo institucional

Fonte: Relatórios Semestrais de Progresso do Projeto Segurança Cidadã – Fase II

3.5. Conclusões – Avaliação de Eficácia

A avaliação de eficácia do projeto se presta, objetivamente, a aferir se as metas estipuladas para a operação foram, de fato, realizadas. Para isso, leva-se em consideração o desenho original do projeto e suas alterações, conforme registros realizados e disponibilizados.

O projeto BRA/04/029 foi executado durante 12 anos consecutivos, passando por diferentes gestões dentro da Secretaria Nacional de Segurança Pública e, portanto, por diferentes entendimentos sobre o que deveria ser priorizado em termos de investimentos em políticas de segurança pública.

É também sabido que ao longo dos 12 anos foram alterados os mecanismos de acompanhamento do projeto, principalmente quando se trata do modelo de relatórios de progresso, que foram sendo alterados conforme exigência da utilização do SIGAP para o acompanhamento das cooperações técnicas realizadas no formato de Execução Nacional.

Ainda, deve-se levar em consideração que o desenho do projeto e seus documentos de registro permitiam uma flexibilidade ampla para a alteração de escopos previstos, possibilitando a inclusão e retirada de atividades conforme a alteração do contexto observado pelas diferentes gestões. Nesse sentido, a ampliação de escopo e/ou alteração das propostas originais, terminou por caracterizar o projeto muito mais como uma fonte de recursos para investimentos em linhas elegíveis à cooperação técnica do que um projeto com ações, metas e resultados específicos a serem alcançados.

Assim, as alterações resultaram em um conjunto solto de atividades, que não necessariamente ensejam resultados mensuráveis das ações realizadas ao longo do grande período de realização do PRODOC BRA 04/029, mesmo depois das alterações de escopo suscitadas pelos acórdãos do TCU segundo os quais não se deveria aportar recursos em serviços de natureza comum, parte da atribuição institucional dos órgãos executores.

Considerando todos esses aspectos, e, ainda, a fragilidade causada pela alteração dos instrumentos de acompanhamento da operação, parte dos registros das atividades parece ter se perdido ao longo do caminho. Durante as entrevistas realizadas, muitas ações foram citadas como produtos relevantes do projeto, embora não estivessem claramente registradas nos relatórios de progresso disponibilizados.

Muitas atividades, embora citadas nos quadros atualizados de metas, porque decorrentes das revisões substantivas realizadas durante o período, não constavam como realizadas nos respectivos relatórios de progresso. Quando citadas, muitas não foram concluídas ou mesmo iniciadas e, por isso, essas últimas foram desconsideradas na contagem de ações finalizadas.

É preciso também resgatar a importância do financiamento de consultorias de pessoas físicas e jurídicas no escopo desse projeto. Foram utilizados recursos de grandeza relevante do orçamento detalhado nesta categoria e, conforme quadro disponibilizado pela SENASP da totalidade das consultorias contratadas, muitas delas parecem não compor os relatórios de progresso disponibilizados. Há que se ressaltar que não há como verificar essa compatibilidade entre as consultorias indicadas no quadro e os respectivos relatórios que deveriam contê-las em seu conteúdo, já que os documentos de acompanhamento não relacionam necessariamente as consultorias aos produtos aos quais estiveram vinculados, embora façam referência ao ano de realização das mesmas.

Em um projeto de 4 componentes, com 20 produtos válidos ao final das revisões, 12 anos de execução e diferentes gestões ligadas ao seu processo administrativo, a preocupação com a padronização dos registros deve ser muito maior do que com operações mais simplificadas. A descontinuidade de informações, até em relatórios de progresso de mesmo formato, aproximam a avaliação de eficácia da

inviabilidade. Por isso, foram privilegiados dois recursos nessa avaliação, quais sejam, i) compilar as metas estipuladas e os registros disponibilizados e ii) focar na relevância dos principais produtos entregues no âmbito do projeto. A primeira parte está apresentada neste relatório. A segunda, por sua vez, compõe o terceiro relatório da consultoria.

Por todas essas questões, não há que se manter o foco na verificação item a item do projeto para definir a eficácia da operação; basta ter em mente a caracterização do projeto como fonte de recursos para ações diversas ligadas às necessidades recorrentes da área de segurança pública. Também é preciso ter em mente sua inovação em termos de normativos, pesquisas e documentos que pudessem viabilizar a proposição fundamentada do conceito de segurança cidadã, utilizando esse mecanismo como orientador da avaliação de eficácia do projeto como um todo.

Entende-se que as grandes inovações propostas pelo projeto se concretizaram, principalmente com a realização de 03 produtos principais:

- Pesquisas de Vitimização;
- Curso de Convivência e Segurança Cidadã;
- Projeto Pensando a Segurança Pública;

Com foco nessas entregas, o produto três complementar as informações mais relevantes que parecem ter ficado em lacunas nesse documento. Também, por meio da visão dos atores estratégicos relacionados à execução do Projeto, serão adicionadas informações que não puderam ser verificadas nos relatórios de progresso e documentos de revisão, que são, por definição, resumidos e descritivos.

4. PRINCIPAIS PRODUTOS DO PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ – FASE II

O projeto Segurança Cidadã – Fase II foi marcado por um intenso investimento em consultorias e em parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a elaboração de documentos que pudesse subsidiar o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas na área de segurança pública.

O objetivo foi viabilizar mecanismos diversos, incluindo formação/capacitação de profissionais e desenvolvimento de pesquisas científicas que pudessem fundamentar e fortalecer a perspectiva da cidadania na condução das políticas de segurança, fomentando essa dimensão da ação entre todas as esferas governamentais na busca de integrar e qualificar todos os elos da política de segurança pública no Brasil.

A relevância desses produtos chamou atenção da equipe de avaliação externa do Programa, que buscou insumos nas entrevistas para melhor compreender a importância dessas ações para a política de segurança pública. Na metodologia adotada, privilegiou-se a confluência entre pesquisa documental e entrevistas com stakeholders do projeto, possibilitando a geração de resultados mais detalhados sobre possíveis inovações ou marcos qualitativos da realização do Segurança Cidadã – Fase II.

Ao final da aplicação dos instrumentos de pesquisa sugeridos para esta avaliação, chegou-se a um conjunto de 6 principais produtos, cujas contribuições resumem de forma pontual os resultados mais relevantes da execução das metas do projeto. Os subitens que se seguem tratam brevemente de cada um deles, que também voltarão a ser citados na avaliação final de resultados contemplada no Produto 3 desta consultoria.

4.1. Pesquisas de Vitimização

O relatório com análises decorrentes dos dados coletados pela primeira Pesquisa Nacional de Vitimização foi publicado em 2013. O estudo foi resultado de um Edital para contratação de pessoa jurídica, publicado pelo Ministério da Justiça e pelo PNUD em 2009, com recursos provenientes do Projeto Segurança Cidadã. A ganhadora do processo licitatório foi o Instituto de Pesquisas Datafolha. A realização da pesquisa foi uma iniciativa inovadora do projeto, visto que buscou levantar medidas de vitimizações na população, as estimativas de taxa de subnotificação de crimes, a avaliação sobre o trabalho das polícias, os fatores determinantes da incidência criminal e os níveis de sensação de segurança presentes na população. Nesse sentido, veio atender a uma demanda antiga da gestão pública no que se refere à produção de dados sobre fenômenos relacionados à segurança pública, buscando diagnosticar, por meio da identificação e estudo dos crimes não comunicados às polícias, a real dimensão do problema da segurança pública no Brasil.

“Diferentemente dos registros oficiais, organizados prioritariamente para fins de gerenciamento do trabalho das instituições do sistema de justiça criminal, os surveys de vitimização são um instrumento de pesquisa elaborado com metodologia especificamente voltada para a mensuração das experiências de vitimização criminal da população pesquisada. Isso faz com que os surveys consigam revelar, com considerável dose de confiabilidade, as taxas de crimes que não se convertem em registros policiais e não chegam ao conhecimento de gestores públicos ou pesquisadores.” [DATAFOLHA, CRISP. 2013;4¹²]

Uma das grandes contribuições da pesquisa foi a padronização das metodologias e instrumentos de investigação, que permitiram vislumbrar a possibilidade de criar séries históricas de dados comparáveis, melhor qualificando os resultados estatísticos e qualitativos sobre a ocorrência dos fenômenos associados à violência e à criminalidade. O relatório da pesquisa objetivou delinear, em linhas gerais, os números da vitimização por crime no Brasil, com especial ênfase em como esse fenômeno se estruturou ao longo do ano de 2013. De forma específica, o estudo contemplou os seguintes levantamentos e sistematização de dados:

- i. o perfil (em termos de sexo, idade, raça/cor e renda) de quem foi vítima dos crimes analisados alguma vez na vida;
- ii. as vitimizações que já sofreram pelas organizações policiais;
- iii. o grau de confiança que depositam nessas instituições;
- iv. o medo que possuem do crime e da violência e
- v. as medidas/alterações de comportamento por eles apresentadas como forma de evitar a vitimização por crime.

O documento foi estruturado em 11 capítulos. A apresentação e a introdução tratam, respectivamente, da descrição do histórico da parceria institucional que viabilizou a realização da pesquisa e das fontes de dados sobre criminalidade, focando na importância da complementação das fontes disponibilizadas por meio da realização das pesquisas de vitimização. O capítulo 3 faz um levantamento histórico das pesquisas consideradas neste tema e suas metodologias de realização. Inclui ainda um referencial internacional de pesquisas sobre vitimização e outras abordagens de pesquisas realizadas no Brasil, embora nenhuma antes dessa tivesse abrangência nacional.

O capítulo 4 apresenta notas técnicas sobre o desenho metodológico da pesquisa, informações sobre planos amostrais e demais aspectos operacionais que orientaram o levantamento e a sistematização

¹² Disponível em http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf. Acesso em 10.12.2016

dos dados apresentados no relatório. O capítulo 5 continua tratando de aspectos relativos ao desenho da pesquisa, especificamente esclarecendo informações sobre margem de erros aceitáveis para o estudo e intervalo de confiança, para que esteja clara a capacidade representativa dos dados apresentados.

O capítulo 6 aborda os primeiros resultados do trabalho por meio da caracterização da população amostrada, traçando o perfil da amostra, caracterizações rotineiras e meios de transporte. O capítulo 7 traz o mapeamento dos crimes, considerando i) furto de veículos, ii) roubo de veículos, iii) furto de motocicletas e lambretas, iv) roubo de motocicletas e lambretas, v) furto de objetos, vi) roubo de objetos, vii) sequestro, viii) fraude ou estelionato, ix) acidente de trânsito, x) agressões e ameaças, xi) ofensa sexual e finalmente xii) discriminação.

O capítulo 8 apresenta os dados sobre vitimização vicária, ou seja, informações sobre a informação de crimes ocorridos com terceiros, que parece ser um grande determinante para o desenvolvimento do sentimento de insegurança. Já o capítulo 9 faz o apanhado da caracterização da vizinhança, considerando i) vizinhança e relacionamento com vizinhos, ii) imagem da vizinhança, iii) características da vizinhança, iv) avaliação de alguns serviços, v) sensação de segurança, vi) percepção de criminalidade e vii) percepção de risco de vitimização.

Os dois últimos capítulos, 10 e 11, tratam da percepção da segurança pública e modelagem multivariada de associação. No capítulo 10, são considerados o contato com a polícia, polícia militar e polícia civil. O 11 trata da análise de correspondência por tipos de crime.

Ao todo, foram realizadas cerca de 78 mil entrevistas em 346 municípios entre junho de 2010 e maio de 2011 e junho de 2012 a outubro de 2012. O plano básico de tabulação dos dados traz contrastes por unidades da federação, capitais, variáveis socioeconômicas, demográficas e comportamentais. A proposta da pesquisa foi também desenhar um modelo de estudo que pudesse ser replicado periodicamente, compondo a série histórica de análise das categorias ali definidas.

Conforme consta na apresentação do documento, opinião consubstanciada pela equipe de avaliação externa com base nas pesquisas e entrevistas realizadas,

“A opção pela realização da Pesquisa Nacional de Vitimização no Brasil sinaliza o papel estratégico do conhecimento na elaboração e na implementação de políticas públicas mais eficazes na área da Segurança Pública do Brasil. Nesse sentido, considera-se a Pesquisa de Vitimização de caráter estratégico para a formulação de políticas de segurança pública, já que é instrumento internacionalmente utilizado para capturar o oculto da criminalidade (subnotificações) que não são conhecidas pelos dados oficiais registrados pelas polícias” [DATAFOLHA, CRISP. 2013;7].

4.2. Cursos de Convivência e Segurança Cidadã

Os cursos de Convivência e Segurança Cidadã também chamaram atenção dos entrevistados que fizeram parte da execução do Projeto Segurança Cidadã – Fase II. Realizado por meio de parceria com o PNUD, a perspectiva teórica dessa intervenção parte do princípio de que

os fenômenos da criminalidade e da violência urbana são multi-causais, pois podem obedecer à lógica da violência incidental, instrumental ou ao crime organizado, a abordagem metodológica do PNUD está didaticamente estruturada em seis eixos, a saber: 1. déficit de coesão social; 2. presença de fatores de risco (drogas, álcool, armas); 3. violência intergerações e contra a mulher; 4. contextos sociourbanos inseguros; 5. insuficiência policial e da Justiça; 6. presença do crime organizado. A este conjunto de fatores soma-se um eixo transversal da falha da Governança e Participação Democrática Local. Desta forma, as estratégias para atender tais problemas e reduzir os índices de violência e delinquência, devem focar em um conjunto de ações voltadas não somente ao controle da violência, mas também para a prevenção, para o fortalecimento da gestão local e para a participação social. [PNUD, sem data;3]

Partindo dessas premissas, o PNUD propôs a realização do curso de forma a estabelecer um canal de aprendizagem e formação com foco na importância da segurança para o desenvolvimento humano. Por isso, operacionalmente, a estratégia se consolidou na integração de conceitos relacionados à segurança humana e governabilidade democrática. A partir da abordagem integrada dessas dimensões, espera-se formar profissionais para a realização de suas atribuições na política de segurança pública de forma mais humana e levando em consideração, acima de tudo, o respeito e fomento aos princípios da cidadania.

O objetivo dos Cursos de Convivência e Segurança Cidadã foi promover uma perspectiva regional de compartilhamento de conhecimento sobre conceitos, ferramentas e lições aprendidas dentro do enfoque integral de Convivência e Segurança Cidadã. A formação busca fortalecer as capacidades dos atores locais e oferecer um programa de caráter multidisciplinar que permita aos participantes aprender ferramentas de análises sobre fenômenos de criminalidade e violência urbana, bem como de identificação e desenho de políticas públicas locais focadas em preveni-los e reduzi-los.

Entre os objetivos específicos do curso, pode-se elencar:

- Capacitar profissionais de segurança, líderes comunitários, pesquisadores e representantes da administração pública na implementação de políticas públicas locais de segurança por meio do estímulo da cidadania;
- Conhecer experiências de sucesso desenvolvidas por municípios ou estados brasileiros;

- Explorar as ferramentas e metodologias para a gestão local de segurança e convivência cidadã criadas a partir de experiências bem sucedidas.

De acordo com a oficial de programa do PNUD, Érica Machado, “o objetivo da Oficina é contribuir com os conhecimentos acumulados pela SENASP para a formulação de diretrizes para a criação e funcionamento de observatórios de violência, que vem se constituindo em uma demanda crescente de estados e municípios”. Érica explica ainda que a violência e a criminalidade urbana são fenômenos multicausais e por essa razão a estratégia aplicada para solucionar ou mitigar o problema deve se basear no conceito de segurança cidadã, que enfatiza a prevenção e o controle, por meio da convivência e na integralidade da segurança na vida do cidadão e na atuação governamental.

Aos participantes, foram ministradas aulas sobre Segurança cidadã – governabilidade democrática e desenvolvimento humano, abordagem convivência e segurança cidadã, Direitos Humanos e Segurança Cidadã, Participação Cidadã, Formação e Modernização da Atuação Policial, Gestão da Política Pública de Segurança – com ênfase na gestão local, Mediação de conflitos, Redução de fatores de risco, Prevenção Social do Crime e das violências, Espaços Urbanos Seguros, Comunicação e Mobilização e Elaboração de Projetos. Entre os palestrantes estão representantes do meio acadêmico, do governo brasileiro e das Nações Unidas.

O curso utilizou estratégias de atividades teóricas e práticas, incluindo a capacitação em estratégias de seguimento e monitoramento de programas e políticas por meio de medição, análise qualitativa e quantitativa de dados, indicadores, coordenação interinstitucional, prestação de contas, identificação de problemáticas associadas à disponibilidade de dados e possíveis soluções para problemas específicos.

Ao todo, cada edição do curso teve 40h, atendendo grupos de profissionais da área de segurança em diferentes estados e municípios do Brasil. Ao final do evento, como atividade de conclusão, os participantes são convidados a elaborar um projeto de prevenção para a segurança local, tendo com incentivador a possibilidade de, após cadastrar seus projetos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, concorrer ao financiamento de suas propostas.

4.3. Pensando a Segurança Pública

Pensando a Segurança Pública foi um dos principais produtos realizados pelo Projeto Segurança Cidadã – Fase II. Funcionou como um projeto interno à Cooperação Técnica, que contemplou a realização de projetos de pesquisa produzidos por Núcleos das Universidades, com o objetivo de contribuir para o

aporte e acúmulo de conhecimento científico sobre o tema segurança pública, bem como embasar e avaliar a política nacional de segurança pública.

Ao todo, foram realizadas 8 edições do Pensando a Segurança Pública, de forma que, por meio de chamadas públicas, vários projetos de pesquisa foram selecionados para compor as publicações que vieram a público ao longo da realização da iniciativa. Inúmeras instituições e núcleos de pesquisa participaram das seleções públicas, a exemplo da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Sou da Paz, que tiveram suas propostas de pesquisas financiadas pela SENASP.

A metodologia escolhida privilegiou a realização de pesquisas aplicadas, enfocando o atendimento a demandas de diagnósticos, mapeamentos e informações sobre práticas exitosas na área – assuntos que potencialmente poderiam se desdobrar em diversificadas temáticas –, que pudessem orientar e melhor qualificar o planejamento e a execução das políticas futuras de segurança.

Iniciado em 2011, o projeto prosseguiu atuando até o ano de 2016 e utilizou como modelo a experiência trazida em outro projeto semelhante, o “Pensando o Direito” da Secretaria de Assuntos Legislativos. Sua variedade temática possibilitou a abertura de espaço para diferentes falas de atores relacionados com a pauta, oportunizando o debate a projeção de diferentes perspectivas sobre a segurança pública, como aquelas apresentadas pela sociedade civil, pesquisadores, profissionais e gestores da segurança pública.

Para a execução do Projeto, o Pensando a Segurança marcou um novo formato de trabalho, no qual se envolveu diretamente o trabalho com instituições parceiras, como Universidades, elegendo, para cada edição a ser realizada, perguntas específicas sobre a área de segurança cujas respostas deveriam ser perseguidas pelos diferentes atores na realização de seus estudos e posterior redação de seus artigos. Não funcionava como um canal de publicação de temas que tinham relação direta apenas com a pesquisa dos autores, mas, sobretudo, nasciam com o propósito de buscar alternativas para lidar com um cenário específico de problemáticas característico da gestão da política de segurança pública.

A primeira edição, publicada em 2011-2012, editada em três volumes, trabalhou os seguintes temas:

- Vol. 1 – Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações;
- Vol. 2 – Direitos Humanos;
- Vol. 3 – Políticas Públicas: análises e diagnósticos.

A segunda edição do projeto Pensando a Segurança, referente aos anos de 2012-2013, tratou no volume 4 sobre *Avaliações, Diagnósticos e Análises de Ações, Programas e Projetos em Segurança Pública*, enquanto o volume 5 teve como tema específico *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*.

A terceira edição, referente às pesquisas selecionadas para o ano de 2014 foram editadas em duas publicações, o volume 6 – *Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública* e o volume 7 – *Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública*

Finalmente, as pesquisas realizadas nos anos de 2015 e 2016 enfocaram em estudos sobre homicídios, sendo seus resultados ainda não publicados até o final da realização deste relatório. Também houve nesse mesmo período a seleção para um caderno especial sobre temáticas para subsídio à próxima Conferência Nacional de Segurança Pública, ainda sem data definida para ocorrer.

Os documentos publicados encontram-se disponíveis no sítio do Ministério da Justiça, para acesso e consulta do público interessado.

Figura 10 - Edições do Projeto Pensando a Segurança Pública disponíveis para o público até a data de dezembro/2016



Fonte: Portal Ministério da Justiça

5. AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA

Para a realização de análise financeira de um projeto é necessário o acompanhamento e monitoramento dos dados no decorrer do tempo. Para a execução de atividades que gerem utilização de recursos é sempre necessária a aprovação de um orçamento prévio, com rubricas que contemplem e especificam cada tipo de gastos aprovado no plano de trabalho naquela matriz.

A cada ano a revisão e a atualização do plano orçamentário devem ser feitas de acordo com o saldo restante do exercício anterior, a incorporação dos rendimentos somados nesse período e eventuais aportes de recursos que sejam feitos, deixando clara a origem de cada um desses recursos para garantir transparência na aprovação das contas. Esses dados serão a base para fundamentar cada gasto a ser realizado durante o ano, não deixando de fazer o acompanhamento de conciliação orçamentária mensal para checagem de saldos e percentuais de comprometimento do recurso.

Cada linha orçamentária detalha os gastos disponíveis para a realização das atividades do projeto e devem ter uma continuidade ano a ano. Novas linhas podem e devem ser agregadas quando necessárias em revisões, garantindo o fluxo de informações continuadas.

Analisando o monitoramento do Projeto BRA/04/029 disponibilizado nas revisões realizadas e relatórios de progresso é perceptível a falta de continuidade das informações, tornando difícil uma análise dos dados em longo prazo. Há alteração no modelo dos relatórios modificando a forma e os dados apresentados. Mudanças nos modelos de conta orçamentárias, sem continuidade no decorrer dos anos e sem relações diretas com a matriz aprovada também geram dificuldades no acompanhamento do desenvolvimento financeiro do Projeto, conforme exemplo a seguir:

Tabela 1 - Contas orçamentárias apresentadas na Revisão G com previsão até 2011

Sublinha Orçamentária	Descrição do Produto
11,01	Consultoria Internacional
15,01	Diárias
16,71	Monitoram. e Avaliação
17,02	Consultoria
21,01	Subcontratos
32,01	Treinamentos em Grupos
45,01	Material de consumo
45,02	Material permanente
45,03	Manutenção de Equipamentos
52,01	Custos de relatórios
53,01	Diversos
98,01	Taxa Administrativa (5%)

Fonte: Revisão Substantiva G

Tabela 2 - Contas orçamentárias apresentadas na Execução Financeira do relatório de progresso de 2009.

Conta	Descrição dos Insumos
71205	Consultorias Internacionais-Curto Prazo-Técnico
71305	Consultorias Nacionais-Curto Prazo-Técnico
71610	Passagens Locais
71615	Subsídio p Manutenção Diária - Viagens Internacionais
71620	Subsídio p Manutenção Diária - Viagens Nacionais
71625	Subsídio p Manutenção Diária - Participante de Reuniões
71635	Outros Custos de Viagem
72105	Contratos de Serviços - Construção e Engenharia
72120	Contratos de Serviços – Com.e Serv.Prestados às Empresas
72145	Contratos de Serviços - Treinamento e Serv. de Educação
72150	Contratos de Serviços - Serviços de Manufatura
72205	Maquinário de Escritório
72210	Maquinário e Equipamento
72399	Outros Materiais e Bens
73105	Aluguel
72410	Aquisição de Equipamentos Audio-Visuais
72510	Publicações
72135	Contratos de Serviços - Serviços de Comunicação
72815	Suprimentos - Tecnologia de Informação
73107	Aluguel de Salas de Reunião
73125	Serviços Comuns - Instalações
73305	Manutenção e Licenças de Hardware
74210	Impressões e Publicações
74220	Custos de Tradução
74525	Diversos
75105	Apoio Geral de Gestão – 5%

Fonte: Relatório de Progresso 2009.

Considerando as fontes analisadas das Revisões Substantivas e Relatórios de Progressos foi possível perceber que o valor total orçado para o Projeto varia de acordo com os anos e com a cotação do dólar, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 3 - Variação de Orçamento Total do Projeto

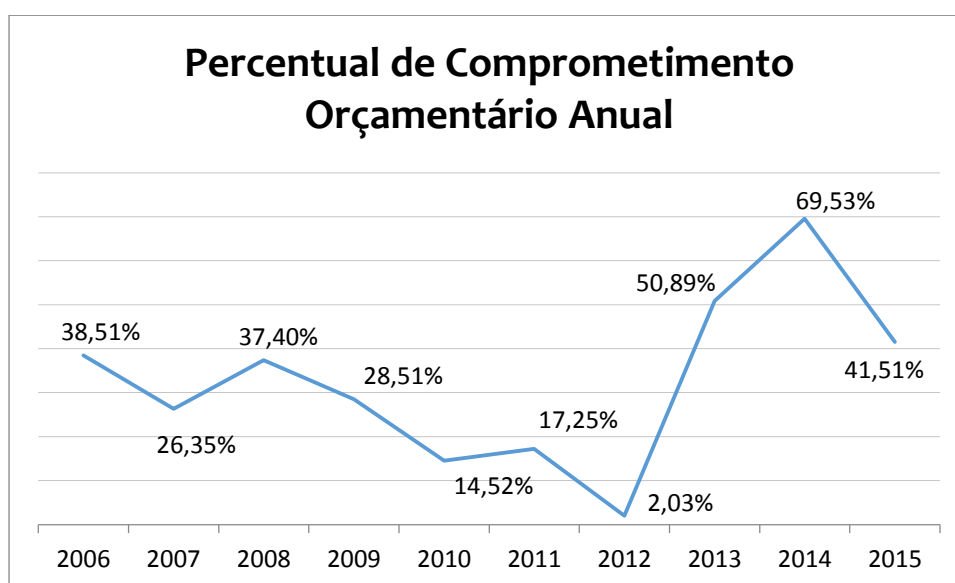
Relatório de Progresso	Início do Projeto	Término do Projeto	Orçamento Total do Projeto	Cotação do Dólar no período	Revisões Realizadas
2006	12/04/2016	31/12/2008	USD 21.551.778,00	USD 2,25	Revisão D
2007	2004	2011	USD 21.551.778,00	USD 2,25	Revisão F
	2004	2011	USD 68.960.534,00	USD 1,92	Revisão G
2008	2004	2011	USD 68.960.534,00	USD 1,92	
2009	2004	2011	USD 68.960.534,00	USD 1,92	
2010	2004	2011	USD 66.507.210,00	USD 1,87	Revisão Substantiva I
2011	2004	2012	USD 66.507.210,00	USD 1,87	
2012	22/12/2004	31/12/2013	USD 39.630.722,74	USD 1,87	Revisão Substantiva J

2013	2004	2013	USD 39.630.722,74	USD 1,87
2014	2004	2014	USD 39.630.722,74	USD 1,87
2015	22/12/2004	31/07/2016	USD 39.630.721,92	USD 1,87

Fonte: Relatório de Progresso 2006 a 2015. Elaboração própria.

Os orçamentos anuais são apresentados já em comparativo com os gastos realizados no período, sendo possível depreender o valor comprometido do orçamento previsto. A seguir, o gráfico demonstra ano a ano a relação entre os gastos previstos e realmente executados:

GRÁFICO 1 - Percentual de Comprometimento Orçamentário Anual



Fonte: Relatório de Progresso 2006 a 2015. Elaboração própria.

É possível notar o baixo desempenho de utilização de recursos no ano de 2012 e relacionar diretamente com período de suspensão das atividades do projeto definida pelo Comitê de Gestão e Acompanhamento. Apesar de retardar o andamento das atividades foi a melhor maneira de garantir que os objetivos do Projeto fossem atingidos com eficiência e eficácia.

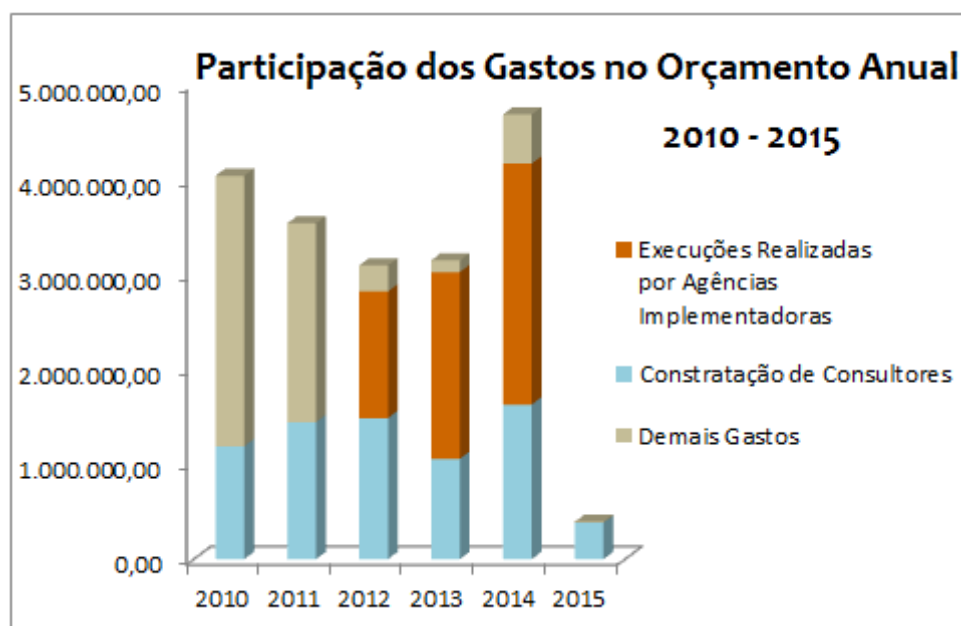
Em abril de 2012 a direção do Projeto deu início ao processo da Revisão Substantiva 'J', com o objetivo de estender o prazo, reduzir o valor global e fazer adequações de resultados e produtos da matriz lógica em operação desde a Revisão 'I'. Esse processo foi analisado e aprovado pelo Comitê – CGAP que suspendeu as atividades do projeto até a aprovação da referida revisão pela ABC e PNUD.

Outro evento que influenciou nas atividades do Projeto ainda em 2012 foi à impossibilidade por parte da CGL/MJ de publicar editais do Ministério da Justiça através da Empresa Brasil de Comunicações – EBC em razão do atraso na formalização de novo contrato com a referida empresa.

Nos anos de 2009 e 2010 a queda no valor total executado pelo Projeto se deve ao momento de alterações trazidas pelos Acórdãos 1339/2009 e 1256/2010 do Tribunal de Contas da União.

Dentre os itens que compõem os gastos realizados em cada ano, a presença de contratações de consultores ocupa grande parte desse orçamento realizado, estando presente em todo o período de atividades desenvolvidas. Entre os anos de 2010 e 2015 apenas os pagamentos das Execuções Realizadas por Agências Implementadoras ganham destaque junto aos gastos com Contratação de Consultores, conforme apresenta do gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 - Participação dos Gastos no Orçamento Anual (2010 - 2015)



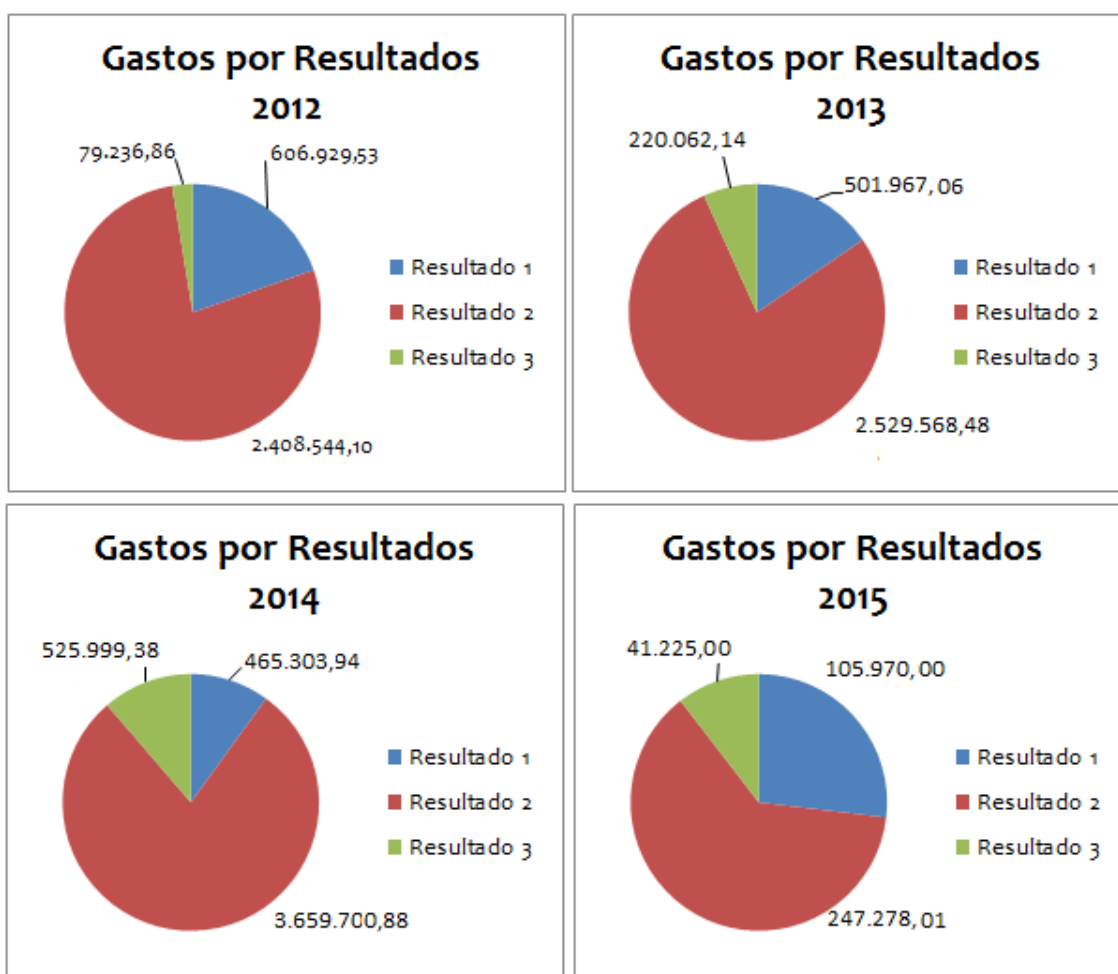
Fonte: Relatório de Progresso 2006 a 2015. Elaboração própria.

Com a entrada do sistema SIGAP a partir de 2012, os gastos passaram a ser contabilizados de acordo com os três primeiros resultados esperados pelo Projeto:

- Resultado 1 - Sistema Integrado de Ensino apoiado;
- Resultado 2 – Metodologias de gestão das instituições de segurança pública modernizadas;
- Resultado 3 - Polícia e segurança comunitária definidas como Política Pública no âmbito do SUSP

A seguir seguem os demonstrativos dos gastos relacionados aos Resultados citados apresentados na moeda real (R\$):

GRÁFICO 3 - Gastos por Resultados 2012 - 2015



Fonte: Relatório de Progresso 2012 a 2015. Elaboração própria.

Através dessa apresentação gráfica é possível perceber que a maior parte dos gastos dos últimos 04 anos do projeto estão voltados ao Resultado 2, alcançando a quantia de R\$8.845.091,47 (Oito milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, noventa e um reais e quarenta e sete centavos) enquanto os Resultados 1 e 3 tem seus gastos no valor de R\$1.680.170,53 (Um milhão, seiscentos e oitenta reais, cento e setenta reais e cinquenta e três centavos) e R\$866.523,38 (oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), respectivamente.

Com a compilação dos dados disponibilizados a análise financeira se torna fragmentada em grupos de 2 a 4 anos de projeto, não sendo possível retirar conclusões dos 12 anos contemplados pelo Projeto BRA/04/029. Os orçamentos previstos e monitoramentos realizados apresentam dados sem relações diretas com as metas previstas no decorrer dos anos. Sendo assim, não é possível depreender conclusões gerais sobre o conjunto dos 12 anos de atividades.

A recomendação é que os procedimentos de desenvolvimento orçamentário e seus acompanhamentos sejam criados com antecedência ao projeto. A lógica da gestão financeira exige o

acompanhamento contínuo de rotinas pré-definidas. Há a necessidade do investimento em treinamento para realização de tais atividades, com atualizações sempre que necessárias e, principalmente, sempre que alterado escopo, orçamento ou equipe responsável pelas atividades.

A continuidade das informações disponibilizadas em relatórios de progresso devem garantir o total entendimento dos recursos, suas utilizações, comprometimento e composições ao longo do tempo de duração de um projeto. Esses procedimentos indicados para a realização de acompanhamento financeiro são resultantes de boas práticas reconhecidas e recomendadas mundialmente no âmbito da gestão de projetos. Dessa maneira, recomenda-se que as próximas cooperações técnicas absorvam as lições aprendidas nesta operação de forma a rever o procedimentos e adotar padrões mais sólidos e constantes para garantir a transparência e adequação do acompanhamento Financeiro.

Bibliografia

DATAFOLHA, CRISP. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Minas Gerais: CRISP, 2013. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. 2016.

FREIRE, Moema Dutra. *Paradigmas de Segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias* in **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ed. 5, ano 3, ago/set 2009, págs. 100-115.

GOVERNO FEDERAL. **PIAPS/Avança Brasil: Plano de Prevenção da Violência**. Brasília: Presidência da República, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2000.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório de Atividades: Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (2003 a 2006). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública: Acordo de Cooperação Técnica**. Rio de Janeiro: SESI, 2003.

MUGÁ, Robert et alli. **Haciendo de las ciudades lugares más seguros: innovaciones sobre seguridad ciudadana em America Latina**. Instituto Igarapé, 2016.

PNUD. **Documento de Projeto – Fundo DAS: Fortalecimento da Cooperação Técnica Internacional em Convivência e Segurança Cidadã na Perspectiva da Governabilidade Democrática**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sem data.

SÁ E SILVA, Fábio de. “Nem isto, nem aquilo”: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012) in **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, págs. 412-433.

SERRATO, Héctor Riveros. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: Marco conceitual de interpretação-ação**. PNUD, mimeo, 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Study on Homicide 2013: Trends, Context, Data**. Viena: UNODC. 2014